

Relatório de Sustentabilidade

2025



Adene
Agência para a Energia

ÍNDICE

1 Mensagem do Conselho de Administração	12
2 Sobre este relatório	15
3 Sobre nós	17
4 As nossas principais realizações em 2025	20
5 Compromisso com a sustentabilidade	24
5.1 Princípios e linhas orientadoras da política de sustentabilidade	25
5.2 Alinhamento com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável	27
5.3 Os nossos principais indicadores ESG em 2025	29
6 Informações gerais	31
6.1 Base de elaboração	32
6.1.1 Base geral para a elaboração das demonstrações de sustentabilidade	32
6.1.2 Informações relativas a circunstâncias específicas	32
6.2 Governança	33
6.2.1 Papel dos órgãos de administração, de direção e de supervisão	33

6.2.2	Informações prestadas e questões de sustentabilidade abordadas pelos órgãos de administração, de direção e de supervisão	37
6.2.3	Integração do desempenho em matéria de sustentabilidade nos regimes de incentivos	38
6.2.4	Declaração sobre o dever de diligência	39
6.2.5	Gestão de riscos e controlos internos do reporte de sustentabilidade	39
6.3	Estratégia	40
6.3.1	Estratégia, modelo de negócio e cadeia de valor	40
6.3.2	Interesses e pontos de vista das partes interessadas	43
6.3.3	Impactes, riscos e oportunidades materiais e a sua interação com a estratégia e o modelo de negócio	43
6.4	Gestão dos impactes, riscos e oportunidades	43
6.4.1	Validação da dupla materialidade e dos temas materiais identificados	43

ÍNDICE

7	Informações ambientais	46
7.1	Alterações climáticas	47
7.1.1	Estratégia	47
7.1.2	Gestão de impactes, riscos e oportunidades	48
7.1.3	Métricas e metas	59
7.2	Recursos Hídricos e Marinhos	67
7.2.1	Gestão de impactes, riscos e oportunidades	67
7.2.2	Métricas e metas	70
7.3	Utilização dos Recursos e Economia Circular	72
7.3.1	Gestão de impactes, riscos e oportunidades	72
7.3.2	Métricas e metas	76
8	Informações sociais	78
8.1	Própria mão de obra	79
8.1.1	Estratégia	79
8.1.2	Gestão de impactes, riscos e oportunidades	80
8.1.3	Métricas e metas	87

8.2	Comunidades afetadas, consumidores e utilizadores finais	100
8.2.1	Estratégia	100
8.2.2	Gestão de impactes, riscos e oportunidades	101
8.2.3	Métricas e Metas	111
9	Informações sobre Governança	113
9.1	Conduta Empresarial	114
9.1.1	Governança	114
9.1.2	Gestão dos impactes, riscos e oportunidades	115
9.1.3	Métricas e Metas	118

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1.	Principais indicadores ESG	29	Tabela 15.	Metas e desempenho relativo ao programa ECO.AP 2030	61
Tabela 2.	Composição dos órgãos de administração, direção e supervisão	35	Tabela 16.	Consumo de energia por fonte	62
Tabela 3.	Diversidade de género nos órgãos de administração, direção e supervisão	35	Tabela 17.	Consumo de energia nas instalações da ADENE	63
Tabela 4.	Distribuição dos órgãos de administração, direção e supervisão por faixa etária	36	Tabela 18.	Consumo da frota da ADENE	63
Tabela 5.	Composição dos órgãos de administração, direção e supervisão por independência	37	Tabela 19.	Pegada de carbono da ADENE	65
Tabela 6.	Temas materiais identificados	45	Tabela 20.	Intensidade de GEE por receita líquida	66
Tabela 7.	Investimento total 2025–2027 (PAO 2025)	56	Tabela 21.	Metas e resultados do sistema de classificação voluntária AQUA+	70
Tabela 8.	Investimentos realizados 2025 (RAC 2025)	58	Tabela 22.	Consumos de água da ADENE	71
Tabela 9.	Metas de consumo de energia	59	Tabela 23.	Metas e desempenho relativos à própria mão de obra	87
Tabela 10.	Metas de redução anual de GEE	59	Tabela 24.	Número total de colaboradores e repartição por género	88
Tabela 11.	Sistemas de classificação voluntária e portais	60	Tabela 25.	Distribuição dos colaboradores assalariados permanentes e a termo por género	88
Tabela 12.	Metas e desempenho relativo ao SGCIE	60	Tabela 26.	Número de horas de trabalho não garantidas dos colaboradores assalariados, discriminadas por género	88
Tabela 13.	Metas e desempenho relativos ao SCE	61	Tabela 27.	Número de admissões, saídas e taxa de rotatividade (turnover)	89
Tabela 14.	Metas e desempenho relativos aos instrumentos, programas e iniciativas de política pública	61			

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 28.	Colaboradores por regime de trabalho (tempo completo e tempo parcial), por género	89	Tabela 42.	Dias perdidos devido a lesões e problemas de saúde	96
Tabela 29.	Colaboradores abrangidos por representantes dos colaboradores	90	Tabela 43.	Acidentes de trabalho registados	96
Tabela 30.	Composição dos quadros superiores por género	90	Tabela 44.	Mortes relacionadas com o trabalho, por categoria de colaborador	96
Tabela 31.	Distribuição dos colaboradores assalariados por faixa etária	91	Tabela 45.	Casos de problemas de saúde relacionados com o trabalho, por categoria de colaborador	96
Tabela 32.	Colaboradores abrangidos por salários adequados	91	Tabela 46.	Colaboradores abrangidos por licenças para assistência à família	97
Tabela 33.	Vencimento base mensal mais baixo por categoria (€)	92	Tabela 47.	Colaboradores que usufruíram de licenças para assistência à família	97
Tabela 34.	Vencimento base mensal mais alto por categoria (€)	92	Tabela 48.	Utilização de licenças para assistência por tipo e género	97
Tabela 35.	Coberturas de eventos significativos de vida	93	Tabela 49.	Disparidade salarial entre homens e mulheres (%)	98
Tabela 36.	Colaboradores assalariados com deficiência	94	Tabela 50.	Rácio entre a remuneração total anual da pessoa mais bem paga e a remuneração média dos colaboradores	98
Tabela 37.	Colaboradores assalariados com deficiência, por género	94	Tabela 51.	Incidentes de discriminação e queixas apresentadas	99
Tabela 38.	Colaboradores abrangidos por avaliações de desempenho	94	Tabela 52.	Incidentes graves em matéria de direitos humanos	99
Tabela 39.	Colaboradores abrangidos por avaliações de desempenho, por categoria profissional	95	Tabela 53.	Metas relacionadas com a gestão de IRO materiais nas comunidades afetadas e nos consumidores e utilizadores finais	111
Tabela 40.	Número médio de horas de formação por colaborador	95	Tabela 54.	Prazo de pagamento a fornecedores	119
Tabela 41.	Colaboradores abrangidos por gestão de saúde e segurança	95			

LISTA DE ACRÓNIMOS

AA1000SES

AA1000 Stakeholder Engagement Standard

ACC

Autoconsumo Coletivo

AL

Alojamentos locais

AML

Área Metropolitana de Lisboa

ANAFRE

Associação Nacional de Freguesias

ANMP

Associação Nacional de Municípios Portugueses

APA

Agência Portuguesa do Ambiente, I.P.

ApC

Agência para o Clima, I. P.

APCL

Associação Portuguesa contra a Leucemia

ARCE

Acordo de Racionalização dos Consumos de Energia

ATLNEC

Associação de Trabalhadores do Laboratório Nacional de Engenharia Civil

AVAC

Aquecimento, Ventilação e Ar Condicionado

CA

Conselho de Administração

CAS

Conselho de Administração Sombra

CCP

Código dos Contratos Públicos

CEN

Comité Européen de Normalisation

CENELEC

Comité Européen de Normalisation Électrotechnique

CER

Comunidades de Energia Renovável

CIG

Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género

CNIS

Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade

CO₂

Dióxido de carbono

CPC

Conselho de Prevenção da Corrupção

CSRD

Diretiva de Reporte de Sustentabilidade Corporativa

DCRI

Direção de Cooperação e Relações Institucionais

DEER

Direção de Edifícios e Eficiência de Recursos

DEPP

Direção de Estratégia, Políticas e Projetos

DFIE

Direção de Formação, Informação e Educação

DGEG

Direção-Geral de Energia e Geologia

DGPM

Direção-Geral de Política do Mar

DITE

Direção de Indústria e Transição Energética

DSM

Direção de Sustentabilidade e Mobilidade

ECO.AP

Programa de Eficiência de Recursos e Descarbonização na Administração Pública

EED

Diretiva de Eficiência Energética

EEPA

European Enterprise Promotion Awards

ELPPE

Estratégia Nacional de Longo Prazo para o Combate à Pobreza Energética

ELPRE

Estratégia de Longo Prazo para a Renovação de Edifícios

EnR

European Energy Network

EPBD

Energy Performance of Buildings Directive

ERSE

Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos

ESG

Environmental, Social and Governance

ESRS

European Sustainability Reporting Standards

ET

Empreendimentos turísticos

ETF

Entidade do Tesouro e Finança

GAG

Gabinete de Apoio à Gestão

GEE

Gases com efeito de estufa

GER

Gestores de energia e recursos

LISTA DE ACRÓNIMOS

I&DT

Investigação e Desenvolvimento Tecnológico

IPST

Instituto Português do Sangue e da Transplantação

IRO

Impactes, riscos e oportunidades

ISO

International Organization for Standardization

KPI

Key Performance Indicator (Indicador-Chave de Desempenho)

MAEn

Ministério do Ambiente e Energia

MER

Medidas de eficiência de recursos

MVC

Mercado Voluntário de Carbono

MWh/M€

Megawatt-hora por milhão de euros

ODS

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

OLMC

Operador Logístico de Mudança de Comercializador

OLMCA

Operador Logístico de Mudança de Comercializador e de Agregador

ONPE-PT

Observatório Nacional da Pobreza Energética

ONU

Organização das Nações Unidas

PACPE

Plano de Ação para o Combate à Pobreza Energética

PAEC

Plano de Ação para a Economia Circular

PALOP

Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa

PAO

Plano de Atividades e Orçamento

PED

Plano de Eficiência e Descarbonização

PGRIC

Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas

PI

Partes interessadas

PME

Pequenas e médias empresas

PNEC

Plano Nacional de Energia e Clima

PNRE

Plano Nacional de Renovação dos Edifícios

PPR

Plano de Prevenção de Riscos

PREn

Planos de Racionalização de Consumo de Energia

PRR

Plano de Recuperação e Resiliência

RAC

Relatório de Atividades e Contas

RCM

Resolução do Conselho de Ministros

REE

Rede Espaço Energia

REOT

Relatórios Trimestrais (Relatórios de Execução Orçamental Trimestrais)

REP

Relatórios de Execução e Progresso

RNAE

Associação das Agências de Energia e Ambiente

ROC

Revisor Oficial de Contas

RS

Relatório de Sustentabilidade

RU

Relatório Único

SCE

Sistema de Certificação Energética dos Edifícios

SGCIE

Sistema de Gestão dos Consumos Intensivos de Energia

SGF

Sistema de gestão de frotas

tCO₂e/M€

Toneladas de CO₂ equivalente por milhão de euros

tep

Tonelada equivalente de petróleo

UCM

Unidade de Comunicação e Marketing

UFC

Unidade Financeira e Controlo

UGR

Unidade de Gestão de Recursos

UJC

Unidade Jurídica e Compliance

USTI

Unidade de Sistemas e Tecnologias de Informação

TABELA DE CORRESPONDÊNCIA COM AS ESRS

ESRS	Requisito de divulgação	Localização
ESRS 2 – Informações gerais		
BP-1	Base geral para a elaboração das declarações de sustentabilidade	32
BP-2	Informações relativas a circunstâncias específicas	32
GOV-1	Papel dos órgãos de administração, de direção e de supervisão	33; 114
GOV-2	Informações prestadas e questões de sustentabilidade abordadas pelos órgãos de administração, de direção e de supervisão da empresa	37
GOV-3	Integração do desempenho em matéria de sustentabilidade nos regimes de incentivos	38
GOV-4	Declaração sobre o dever de diligência (due diligence)	39
GOV-5	Gestão de riscos e controlos internos sobre o relato de sustentabilidade	39
SBM-1	Estratégia, modelo de negócio e cadeia de valor	40
SBM-2	Interesses e pontos de vista das partes interessadas	43; 79; 100
SBM-3	Impactes, riscos e oportunidades materiais e sua interação com a estratégia e o modelo de negócios	43; 48; 79; 100
IRO-1	Descrição dos processos de identificação e avaliação dos impactes, riscos e oportunidades materiais	43; 48; 67; 72; 115
IRO-2	Requisitos de divulgação constantes de ESRS abrangidas pelas declarações de sustentabilidade da empresa	43
ESRS E – Informações ambientais		
ESRS E1 – Alterações climáticas		
E1-1	Plano de transição para a atenuação das alterações climáticas	47
E1-2	Políticas relacionadas com a atenuação das alterações climáticas e a adaptação às mesmas	49
E1-3	Ações e recursos relacionados com as políticas em matéria de alterações climáticas	50
E1-4	Metas relacionadas com a atenuação das alterações climáticas e a adaptação às mesmas	59
E1-5	Consumo energético e combinação de energia	62

TABELA DE CORRESPONDÊNCIA COM AS ESRS

ESRS	Requisito de divulgação	Localização
E1-6	Emissões brutas de GEE de âmbito 1, 2, 3 e emissões totais de GEE	64
E1-7	Projetos de remoção de GEE e de atenuação dos GEE financiados através de créditos de carbono	66
E1-8	Fixação interna do preço do carbono	66
E1-9	Efeitos financeiros previstos dos riscos materiais físicos e de transição e potenciais oportunidades relacionadas com o clima	66
ESRS E2 – Poluição		
E2-1	Políticas relacionadas com a poluição	49
E2-2	Ações e recursos relacionados com a poluição	50
E2-3	Metas relacionadas com a poluição	59
E2-4	Poluição do ar, da água e do solo	-
E2-5	Substâncias que suscitam preocupação e substâncias que suscitam elevada preocupação	-
E2-6	Efeitos financeiros previstos de riscos e oportunidades relacionados com a poluição	66
ESRS E3 – Recursos hídricos e marinhos		
E3-1	Políticas relacionadas com os recursos hídricos e marinhos	67
E3-2	Ações e recursos relacionados com os recursos hídricos e marinhos	68
E3-3	Metas relacionadas com os recursos hídricos e marinhos	70
E3-4	Consumo de água	70
E3-5	Efeitos financeiros previstos de riscos e oportunidades relacionados com os recursos hídricos e marinhos	71
ESRS E5 – Utilização dos recursos e economia circular		
E5-1	Políticas relacionadas com a utilização dos recursos e a economia circular	72
E5-2	Ações e recursos relacionados com a utilização dos recursos e a economia circular	73

TABELA DE CORRESPONDÊNCIA COM AS ESRS

ESRS	Requisito de divulgação	Localização
E5-3	Metas relacionadas com a utilização dos recursos e a economia circular	76
E5-4	Entradas de recursos	76
E5-5	Saídas de recursos	77
E5-6	Efeitos financeiros previstos dos riscos e oportunidades materiais relacionados com a utilização dos recursos e com a economia circular	77
ESRS S – Informações sociais		
ESRS S1 – Própria mão de obra		
S1-1	Políticas relacionadas com a própria mão de obra	80
S1-2	Processos para dialogar com a própria mão de obra e os representantes dos trabalhadores sobre impactes	81
S1-3	Processos para corrigir os impactes negativos e canais para os próprios trabalhadores expressarem preocupações	83
S1-4	Tomada de medidas sobre os impactes materiais na própria mão de obra e abordagens para atenuar os riscos materiais e procurar oportunidades materiais relacionadas com a própria mão de obra, bem como a eficácia dessas medidas.	84
S1-5	Metas relacionadas com a gestão dos impactes materiais negativos, a promoção de impactes positivos e a gestão de riscos e oportunidades materiais	87
S1-6	Características dos trabalhadores assalariados da empresa	88
S1-7	Características dos trabalhadores não assalariados na própria mão de obra da empresa	90
S1-8	Cobertura de negociação coletiva e diálogo social	90
S1-9	Métricas de diversidade	90
S1-10	Salários adequados	91
S1-11	Proteção social	93
S1-12	Pessoas com deficiência	94
S1-13	Métricas de formação e desenvolvimento de competências	95
S1-14	Métricas de saúde e segurança	95
S1-15	Métricas de equilíbrio entre a vida profissional e a vida privada	97
S1-16	Métricas de remuneração (disparidade salarial e remuneração total)	98

TABELA DE CORRESPONDÊNCIA COM AS ESRS

ESRS	Requisito de divulgação	Localização
ESRS S3 – Comunidades afetadas		
ESRS 2 SBM-3	Impactes, riscos e oportunidades materiais e a sua interação com a estratégia e o modelo de negócios	100
S3-1	Políticas relacionadas com as comunidades afetadas	101
S3-2	Processos para dialogar com as comunidades afetadas sobre impactes	102
S3-3	Processos para corrigir os impactes negativos e canais para as comunidades afetadas expressarem preocupações	103
S3-4	Tomar medidas sobre os impactes materiais nas comunidades afetadas e abordagens para gerir os riscos materiais e procurar oportunidades materiais relacionadas com as comunidades afetadas, bem como eficácia dessas ações	104
S3-5	Metas relacionadas com a gestão dos impactes materiais negativos, a promoção de impactes positivos e a gestão de riscos e oportunidades materiais	111
ESRS S4 – Consumidores e utilizadores finais		
S4-1	Políticas relacionadas com consumidores e utilizadores finais	101
S4-2	Processos para dialogar com os consumidores e utilizadores finais sobre impactes	102
S4-3	Processos para corrigir os impactes negativos e canais para os consumidores e utilizadores finais poderem expressar preocupações	103
S4-4	Adoção de medidas sobre impactes significativos nos consumidores e utilizadores finais, e abordagens para gerir os riscos materiais e procurar oportunidades materiais relacionadas com consumidores e utilizadores finais, e eficácia dessas ações	104
S4-5	Metas relacionadas com a gestão dos impactes materiais negativos, a promoção de impactes positivos e a gestão de riscos e oportunidades materiais	111
ESRS G – Informações sobre governação		
ESRS G1 – Conduta empresarial		
G1-1	Políticas de conduta empresarial e cultura empresarial	115
G1-2	Gestão das relações com os fornecedores	116
G1-3	Prevenção e deteção de corrupção e suborno	117
G1-4	Casos de corrupção ou suborno	118
G1-5	Influência política e atividades de representação de grupos de interesse	118
G1-6	Práticas de pagamento	118
G1-7	Tempo médio de pagamento de uma fatura 12 dias	118

Mensagem do Conselho de Administração

01 — MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Há 25 anos, a ADENE nasceu para ajudar Portugal a usar melhor a energia. O desafio era exigente e hoje continua a sê-lo. Ao longo deste quarto de século, transformámos a nossa missão em políticas, sistemas, programas e instrumentos que ajudaram a tornar a eficiência e a transição energética parte integrante da vida do país. Em 2025, este propósito ganhou uma nova dimensão, com mais impacto, mais proximidade e mais relevância para a vida das pessoas.

Este é o segundo Relatório de Sustentabilidade da ADENE. Mas é também o primeiro a ser escrito com 25 anos de história cumprida. E isso faz toda a diferença na forma como lemos os resultados de 2025, integrados numa trajetória de construção institucional, desenvolvimento de políticas públicas e criação de valor para o país.

A prova mais visível desta afirmação é a Rede Espaço Energia. Iniciámos o ano com os primeiros sete balcões. Terminámos com 117, distribuídos por todo o país, das grandes cidades ao interior, das Regiões Autónomas ao litoral. São espaços onde as famílias encontram apoio concreto para reduzir os seus consumos, melhorar o conforto das suas habitações e aceder a programas de apoio. Não é apenas comunicação. É presença. É proximidade. É a transição energética a chegar às pessoas.

Esta mesma vontade de chegar mais longe esteve por trás dos resultados da Academia ADENE que, em 2025, formou 1.578 técnicos, e da Rota da Energia, que levou ações de sensibilização a 41 municípios e a quase 8.000 participantes. Cada pessoa que sai mais informada representa uma decisão melhor tomada. Cada técnico formado é uma política pública que passa a ter quem a execute. O Portal Poupa Energia registou perto de 97 mil simulações e o Centro de Serviço a Clientes respondeu a mais de 38 mil interações, com 91% das chamadas atendidas em menos de 30 segundos e uma satisfação de 8,2 em 10. São números que confirmam que há uma procura real de informação e apoio, e a ADENE está a conseguir dar a resposta adequada.

No combate à pobreza energética, 2025 foi um ano de construção de instrumentos estruturantes. Publicámos o Plano de Ação para o Combate à Pobreza Energética 2025–2030. Desenvolvemos, pela primeira vez em Portugal, um índice de vulnerabilidade mapeando município a município. Concluimos o mapa e o atlas da pobreza energética e lançámos o Prémio LIGAR – Energia para Todos, para distinguir quem está a fazer a diferença neste domínio. Estas não são medidas de circunstância. São ferramentas para apoiar decisões com impacto real na qualidade de vida das pessoas e na coesão do território.

A descarbonização da economia portuguesa também avançou. O programa ECO.AP 2030 reforçou a sua implementação com 861 entidades registadas e 757 gestores de energia e recursos ativos. O Sistema de Certificação Energética dos Edifícios continuou a afirmar-se como um dos principais instrumentos da política pública para a eficiência energética, com mais de 262.000 certificados energéticos emitidos. O eCIRCULAR conquistou o 1.º lugar no Prémio Nacional EEPA 2025. O portal casA+ registou um crescimento de 27% nos pedidos de adesão. O CLASSE+ emitiu quase 125 mil etiquetas. O AQUA+ classificou 1.456 imóveis, mais do dobro da meta prevista. E o Mercado Voluntário de Carbono deu os seus primeiros passos com o lançamento da plataforma e da primeira metodologia nacional. A par destes sistemas, a ADENE contribuiu para a transposição das principais diretivas europeias de eficiência energética, desempenho dos edifícios e energias renováveis, trabalho menos visível, mas que define o quadro regulatório em que todos os outros instrumentos operam.

01 — MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Internamente, a ADENE também cresceu. A equipa passou para 172 colaboradores, todos com vínculo permanente e a tempo completo. O turnover reduziu-se de 8,2% para 3%, sinal de uma organização capaz de atrair talento e, sobretudo, de o reter. As mulheres representam hoje 54,5% das posições de liderança e os órgãos de administração, direção e supervisão são, pela primeira vez, maioritariamente femininos. Cada colaborador recebeu, em média, 44 horas de formação ao longo do ano. Registámos zero acidentes de trabalho, zero incidentes de discriminação e zero incidentes relacionados com direitos humanos. Estes não são apenas indicadores de governança. São a expressão da cultura organizacional que procuramos construir todos os dias.

O rigor da gestão foi igualmente reforçado. Reduzimos para metade o prazo médio de pagamento a fornecedores (de 24 para 12 dias), alcançando 95% de pagamentos dentro do prazo. Prosseguimos a implementação da nossa política de sustentabilidade, fortalecemos a cooperação institucional através de novas parcerias e consolidámos práticas de gestão assentes na transparência, na responsabilidade e na criação de valor para os nossos *stakeholders*.

No plano internacional, reforçámos a presença da ADENE nas redes e fóruns onde se discutem as soluções para os grandes desafios energéticos globais. Passámos a integrar o *Board of Directors* do eceee, representámos Portugal no Conselho de Administração do Fundo para Perdas e Danos das Nações Unidas, aprofundámos a cooperação ibérica através do futuro Observatório Ibérico da Energia e desenvolvemos missões e iniciativas de cooperação em vários continentes. Participámos ainda na preparação da presença portuguesa na COP30. Não estamos apenas a acompanhar a agenda global da energia e da sustentabilidade. Estamos também a contribuir ativamente para a sua construção.

A fusão das entidades do setor energético que se aproxima trará mudanças significativas para a ADENE e para todos os que trabalham neste domínio. Encaramos este processo com serenidade e com a convicção de que o que construímos ao longo de 25 anos, os instrumentos, as parcerias, as pessoas e a confiança que ganhámos, é a base mais sólida que podemos levar para o futuro.

A convicção que nos trouxe até aqui não mudou. Uma energia mais eficiente revela um país mais competitivo, mais justo e mais resiliente. É com essa certeza que seguimos em frente.

Agradecemos a todos os colaboradores, parceiros, cidadãos e entidades públicas que tornaram 2025 possível e que partilham connosco esta missão.

O Conselho de Administração

Sobre este relatório

02 — SOBRE ESTE RELATÓRIO

O presente Relatório de Sustentabilidade 2025 sistematiza o desempenho da ADENE – Agência para a Energia em matéria de sustentabilidade, no período compreendido entre 1 de janeiro e 31 de dezembro de 2025.

O relatório foi preparado, de forma voluntária, em alinhamento com os princípios e requisitos estabelecidos na Diretiva (UE) 2022/2464 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 14 de dezembro de 2022, relativa ao reporte de sustentabilidade das empresas (CSRD – *Corporate Sustainability Reporting Directive*), bem como com as Normas Europeias de Relato de Sustentabilidade (ESRS – *European Sustainability Reporting Standards*), aprovadas pelo Regulamento Delegado (UE) 2023/2772 da Comissão, de 31 de julho de 2023.

A estrutura do relatório segue a taxonomia definida pelas ESRS, organizando a informação pelos pilares Ambiental (E), Social (S) e Governança (G), antecedidos por uma secção dedicada às Informações Gerais.

Com o objetivo de promover a transparência e a rastreabilidade da informação divulgada, os requisitos de divulgação aplicáveis encontram-se identificados através da Tabela de Correspondência com as ESRS, permitindo estabelecer a ligação entre cada requisito normativo e a respetiva localização no presente relatório.

O Relatório de Sustentabilidade 2025 tem como principal objetivo reforçar a transparência, a comparabilidade e a qualidade da informação reportada pela ADENE relativamente aos seus impactes, riscos e oportunidades em matéria de sustentabilidade. Paralelamente, pretende apoiar uma tomada de decisão mais informada por parte das suas partes interessadas e contribuir para a promoção de uma economia mais sustentável.



Sobre nós

A ADENE é uma pessoa coletiva de tipo associativo com estatuto de utilidade pública, que se rege pelo disposto no Decreto-Lei n.º 223/2000, de 9 de setembro, na sua atual redação, pelos respetivos estatutos e, supletivamente, pelas normas referentes às associações em geral, especialmente o disposto nos artigos 157.º a 184.º do Código Civil.

De acordo com o referido decreto-lei, a ADENE tem como missão o desenvolvimento de atividades de interesse público na área da energia e suas interfaces com outras políticas setoriais, em articulação com as demais entidades com atribuições neste domínio, incluindo a eficiência energética na mobilidade e a eficiência hídrica.

A ADENE tem como visão ser uma entidade agregadora do setor energético e parceira da sustentabilidade, que mobiliza e dinamiza a aplicação da política pública, parceira de excelência do setor empresarial e associativo, próxima do cidadão, contribuindo para reforçar o posicionamento de Portugal na linha da frente da ação climática e da transição para um modelo energético sustentável e justo.

Neste contexto, a ADENE tem, designadamente, as seguintes atribuições:

- Colaborar com os organismos da Administração Pública na execução de atividades essenciais à concretização de políticas e medidas para o setor da energia e suas interfaces com outros setores, bem como à concretização de políticas e medidas para o setor do ambiente, designadamente as relativas ao uso eficiente da água, eficiência energética, eficiência de recursos e mobilidade;
- Promover, preferencialmente em parceria, projetos na área da eficiência energética, hídrica, de recursos e da mobilidade;
- Promover e participar em ações de divulgação e difusão de novas tecnologias energéticas e tecnologias mais limpas;
- Fomentar a transferência de tecnologias na área energética, promovendo a formação de parcerias entre as instituições de I&DT (investigação e desenvolvimento tecnológico), as empresas e as congéneres internacionais;

- Dinamizar a concretização de planos e ações tendentes ao aproveitamento das capacidades de intervenção existentes a nível nacional e que podem convergir na melhoria da gestão de energia, na promoção do crescimento verde e no maior aproveitamento de recursos endógenos, designadamente a nível local e regional;
- Prestar apoio na identificação e viabilização de medidas e projetos com fins energéticos, tendo em conta também a preservação do ambiente;
- Desenvolver ações inerentes à sensibilização e informação das empresas e do público em geral para as questões da energia e para a dimensão ambiental a elas associada;
- Promover ações de formação especializada na aplicação de instrumentos e tecnologias de gestão de energia;
- Participar em redes ou associações nacionais ou internacionais de entidades com vocação similar;
- Gerir outros sistemas que lhe sejam atribuídos por lei.

A ADENE é a entidade gestora do Sistema de Certificação Energética dos Edifícios (SCE) (cf. artigos 26.º e 27.º do Decreto-Lei n.º 101-D/2020, de 7 de dezembro, na sua atual redação, que estabelece os requisitos aplicáveis a edifícios para a melhoria do seu desempenho energético e regula o SCE, transpondo a Diretiva (UE) 2018/844 e parcialmente a Diretiva (UE) 2019/944), e a entidade gestora operacional do Sistema de Gestão dos Consumos Intensivos de Energia (cf. artigo 3.º, n.º 4, do Decreto-Lei n.º 71/2008, de 15 de abril, na sua atual redação).

Nos termos do disposto no artigo 292.º do Decreto-Lei n.º 15/2022, de 14 de janeiro, na sua atual redação, a ADENE continua a desempenhar as funções de Operador Logístico de Mudança de Comercializador (OLMC) até à atribuição da licença para o exercício da atividade de Operador Logístico de Mudança de Comercializador e de Agregador (OLMCA), prevista no artigo 153.º daquele diploma.

03 — SOBRE NÓS



Nos termos do disposto no n.º 3 da RCM n.º 8-A/2021, de 3 de fevereiro, que aprovou a Estratégia de Longo Prazo para a Renovação dos Edifícios (ELPRE), a ADENE integra o grupo de coordenação desta estratégia, criado pelo Despacho n.º 5172/2021, de 21 de maio, sob coordenação da Direção-Geral de Energia e Geologia (DGEG), a quem presta apoio técnico e operacional, em conjunto com o Laboratório Nacional de Engenharia Civil, I.P., e o Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I.P.

A ADENE é entidade responsável por, em articulação com as demais agências de energia e outros agentes locais, assegurar o apoio na dinamização e promoção do autoconsumo, bem como na capacitação, informação e esclarecimentos aos autoconsumidores e promotores do autoconsumo, o que acarreta, nomeadamente, a obrigação de a ADENE disponibilizar guias e manuais de apoio, de desenvolver uma ferramenta informática de simulação e de estabelecer uma linha de apoio dedicada aos interessados no autoconsumo, nos termos do disposto no artigo 90.º do Decreto-Lei n.º 15/2022, de 14 de janeiro.

O Decreto-Lei n.º 57-B/2022, de 6 setembro, que veio permitir o regresso dos clientes finais com consumos anuais inferiores ou iguais a 10 000 m³ ao regime de tarifas reguladas de venda de gás natural, até 31 de dezembro de 2025, incumbiu a ADENE, entre outras entidades, de disponibilizar no respetivo sítio na Internet informação clara e simples sobre o procedimento a adotar pelos referidos clientes que pretendam aderir ao regime de tarifa regulada de venda de gás natural, nos termos do disposto no n.º 4 do seu artigo 2.º.

Nos termos do disposto no artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 4/2024, de 5 de janeiro, relativo à instituição do Mercado Voluntário de Carbono (MVC), a ADENE assume competências no desenvolvimento e gestão da plataforma de registo de projetos e créditos de carbono, e no acompanhamento e monitorização do mercado, sob supervisão da Agência para o Clima (ApC).

No âmbito da Resolução do Conselho de Ministros n.º 26-A/2024, de 20 de fevereiro, alterada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 80/2024, de 21 de junho, que reconhece a situação de alerta na região do Algarve devido à seca e define um conjunto de medidas excecionais de mitigação, a ADENE foi incumbida de monitorizar os consumos de água e de desenvolver, em articulação com o Turismo de Portugal e a Região de Turismo do Algarve, o Selo de Eficiência Hídrica para o setor turístico.

O Despacho n.º 7100/2024, de 27 de junho, que regula a criação e o funcionamento dos Espaços Cidadão Energia, criou a Rede Espaço Energia, sob a coordenação da ADENE. Nessa sequência foi publicado o Aviso n.º 01/2025 do Fundo Ambiental, de 29 de janeiro, para apoiar financeiramente a constituição e operação inicial de balcões “Espaço Energia”, no quadro da reforma RP-C21-r44 (REPowerEU) do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR). A ADENE assumiu, através de contrato-programa com o Fundo Ambiental, a operacionalização do Aviso, assegurando a sua execução e acompanhamento.

Nos termos da Resolução do Conselho de Ministros n.º 150/2024, de 30 de outubro, que aprova o Programa de Eficiência de Recursos e de Descarbonização na Administração Pública (ECO.AP 2030) para o período até 2030, e que altera a Resolução do Conselho de Ministros n.º 104/2020, de 24 de novembro, a ADENE assegura o apoio operacional à execução deste Programa, em articulação com as entidades coordenadoras – a DGEG e a APA.

A ADENE assegura a gestão da Academia ADENE, que promove formação especializada na certificação energética de edifícios e o reforço de competências nos domínios da eficiência energética, das energias renováveis, da eficiência hídrica e da mobilidade eficiente.

Em setembro de 2019, a ADENE foi classificada pelo Instituto Nacional de Estatística como Entidade Pública Reclassificada do regime geral (não simplificado) nas contas nacionais, sujeita ao regime geral aplicável (cf. artigo 2.º, n.º 4 da Lei de Enquadramento Orçamental, aprovada pela Lei n.º 151/2015, de 11 de setembro, na sua atual redação), com efeitos a 1 de janeiro de 2020.

As nossas principais realizações em 2025

"No centro da nossa missão estão as pessoas."

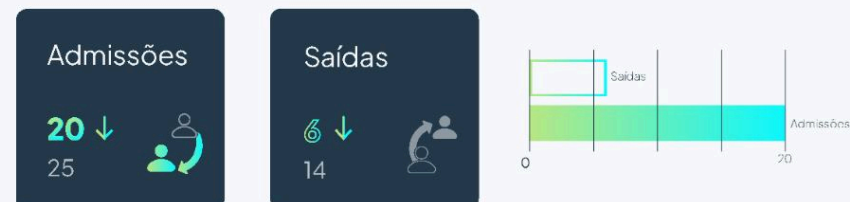
A ADENE, com uma missão centrada nas pessoas e a ambição de reforçar o posicionamento de Portugal na descarbonização, é uma parceira ativa da transição energética, fortalecendo parcerias, dinamizando a política pública e estando mais próxima dos cidadãos e das empresas.

Recursos Humanos

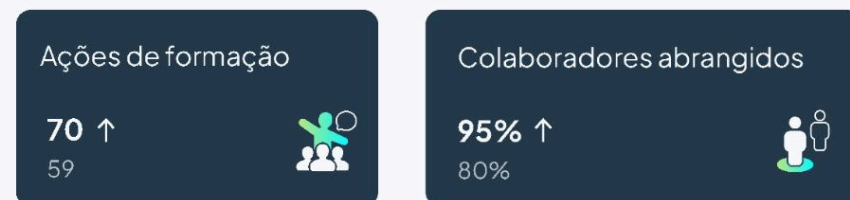
Distribuição



Recrutamento e seleção



Formação contínua



Dados de 2025 em comparação com 2024

Academia ADENE

N.º de técnicos qualificados



N.º de formandos

1.578



Nota: os dados dizem respeito ao total dos sistemas

Indicadores Técnicos

Projetos de desenvolvimento e inovação

18



Participação em órgãos sociais e em redes de agências

18



Iniciativas dedicadas ao consumidor

9



04 — AS NOSSAS PRINCIPAIS REALIZAÇÕES EM 2025

Destacam-se algumas realizações relevantes associadas à atividade da ADENE em 2025:

- Publicação do Plano de Ação para o Combate à Pobreza Energética (PACPE) 2025–2030, no âmbito do Observatório Nacional da Pobreza Energética;
- Criação do prémio LIGAR – Energia para Todos, no âmbito do Observatório Nacional da Pobreza Energética;
- Apoio ao lançamento público e coordenação da Rede Espaço Energia;
- Coordenação dos trabalhos para a elaboração do Plano Nacional de Literacia Energética;
- Lançamento do Mercado Voluntário de Carbono e divulgação da primeira metodologia;
- Coordenação dos grupos de trabalho para a transposição das diretivas relativas à eficiência energética e ao desempenho energético dos edifícios, com desenvolvimento de propostas legislativas e proposta referente ao Plano Nacional de Renovação dos Edifícios (PNRE);
- Submissão de 12 candidaturas para novos projetos técnicos de inovação com financiamento europeu;
- Organização do 2.º encontro nacional no âmbito da coordenação nacional do Pacto de Autarcas para o Clima e Energia;
- 3.ª edição da iniciativa Escola de Verão da ADENE.



RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE 2025

Compromisso com a Sustentabilidade

A trajetória da ADENE na sustentabilidade constitui um eixo estruturante da sua identidade institucional e evolução enquanto entidade de referência na transição energética e climática em Portugal. Ao longo das duas últimas décadas, a ADENE tem vindo a afirmar-se como um agente central para a resposta aos desafios emergentes evidenciando uma progressão contínua no sentido de uma atuação cada vez mais estruturada, inovadora e alinhada com compromissos nacionais e internacionais. Nos últimos anos, esta evolução tem vindo a ser intensificada e a adquirir novo enquadramento estratégico.

A ADENE aprovou, em 2025, a sua política de sustentabilidade, alinhada com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Durante o mesmo ano foi desenvolvido o primeiro relatório de sustentabilidade, elaborado de forma voluntária e em conformidade com a Diretiva de Reporte de Sustentabilidade Corporativa e com as Normas Europeias de Relato de Sustentabilidade, que inclui a análise de dupla materialidade. Estes dois documentos sustentaram a elaboração da estratégia de sustentabilidade da ADENE para 2030 e do respetivo plano de ação para 2026–2027. Ambos os documentos, aprovados em 2026, consolidam o compromisso da ADENE com a integração das dimensões ambiental, social e de governação na sua atividade.



5.1 Princípios e linhas orientadoras da política de sustentabilidade

A política de sustentabilidade da ADENE estabelece um conjunto de princípios e linhas orientadoras que estruturam a atuação nas dimensões ambiental, social e de governança, as três dimensões ESG (*Environmental, Social e Governance*).

Princípios:

1. Comportamento ético e integridade: através de uma atuação clara e aberta, baseada em boas práticas e promovendo a responsabilidade;
2. Cumprimento da legislação, normas e compromissos: implementando o quadro legal e regulamentar aplicável, bem como os requisitos voluntariamente subscritos com outras entidades;
3. Transparência e prestação de contas: assente na divulgação de informações relevantes através dos instrumentos de gestão e demais documentos de reporte legalmente exigidos;
4. Orientação para o cidadão: promovendo e realizando atividades de interesse público, contribuindo para o bem-estar social;
5. Promoção do desenvolvimento sustentável: integrando os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 das Nações Unidas no planeamento das atividades;
6. Melhoria contínua, eficácia e eficiência: procurando maximizar o cumprimento de objetivos e otimizar recursos e processos.

Linhas Orientadoras ESG

■ DIMENSÃO AMBIENTAL [E]

- Promoção da transição climática, em alinhamento com o Pacto Ecológico Europeu, a Lei de Bases do Clima, o Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050 e o Plano Nacional Energia e Clima 2030, assumindo o compromisso com a neutralidade climática;
- Consolidação da prioridade à eficiência energética, com foco no setor dos edifícios, indústria e mobilidade, e potenciando a implementação de fontes de energia renovável;
- Valorização do uso eficiente de recursos, designadamente energia, água e materiais, contribuindo para a eficiência hídrica e uma economia mais circular;
- Contribuição para o desenvolvimento de territórios mais verdes e resilientes, incentivando a adoção de práticas sustentáveis;
- Desenvolvimento de competências verdes através da capacitação de cidadãos, profissionais e organizações;
- Redução do impacto ambiental das operações internas da ADENE, nomeadamente através da implementação do Plano de Eficiência e Descarbonização ECO.AP 2030 da ADENE, bem como da elaboração de uma estratégia de compras públicas ecológicas, visando ser um exemplo de boas práticas neste domínio;
- Incorporação de soluções inovadoras, ajustando práticas sustentáveis à evolução dos desafios emergentes, da ciência e dos desafios da ação climática.

■ DIMENSÃO SOCIAL [S]

- Promoção do combate à pobreza energética, em alinhamento com a Estratégia de Longo Prazo para o Combate à Pobreza Energética, contribuindo para uma transição climática justa, democrática e coesa;
- Promoção da literacia energética e climática, contribuindo para uma sociedade mais informada;
- Fomento do diálogo e da participação ativa dos cidadãos, comunidades e organizações, capacitando-os para que assumam um papel central na transição para um futuro mais eficiente, equitativo e sustentável;
- Valorização do bem-estar social, através da aposta no desenvolvimento pessoal e na qualidade de vida dos colaboradores;
- Apoio ao desenvolvimento de iniciativas de carácter social, educativo e cultural que contribuam para o bem comum e melhoria da vida em sociedade, através da implementação do Plano de Responsabilidade Social da ADENE.

■ DIMENSÃO GOVERNANÇA [G]

- Gestão eficiente dos recursos humanos, materiais e financeiros, garantindo a sustentabilidade financeira;
- Implementação de sistemas robustos de monitorização e avaliação, orientados para a melhoria contínua e o cumprimento dos objetivos estratégicos;
- Fomento de uma cultura organizacional inclusiva e equitativa, concretizada, designadamente, através do Plano para a Igualdade, Inclusão e Não Discriminação da ADENE;
- Promoção da participação ativa e capacitação dos colaboradores, nomeadamente através de uma resposta ativa às necessidades de formação contínua e de iniciativas de envolvimento dos trabalhadores na reflexão estratégica da ADENE, como o Conselho de Administração Sombra;
- Consolidação de uma estrutura interna pautada pela ética e transparência, em linha com o Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, com disponibilização de canais de denúncia e reclamações, garantindo a confidencialidade e proteção, bem como a devida informação sobre prestação de contas;
- Promoção de um diálogo contínuo e colaboração estreita com os órgãos sociais da ADENE e demais partes interessadas, na adoção de medidas que promovam práticas cada vez mais sustentáveis nas várias dimensões de atuação da ADENE.

5.2 Alinhamento com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, adotada por todos os Estados-Membros das Nações Unidas em 2015, estabelece 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, que visam erradicar a pobreza, proteger o planeta e assegurar a prosperidade para todos até 2030. Esta agenda constitui um plano de ação comum para as pessoas e para o planeta, assente em três elementos interligados: crescimento económico, inclusão social e proteção ambiental.

Os ODS e as suas metas têm uma natureza universal, sendo aplicados a nível nacional, de acordo com as capacidades e contextos de desenvolvimento de cada país. A sua monitorização está a cargo da ONU. Em contexto europeu, a Comissão Europeia assume os ODS como parte integrante das suas diretrizes e políticas e considera-os no centro da formulação de políticas de ação internas e externas.

A ADENE, enquanto entidade de referência na transição energética e parceira da sustentabilidade, contribui ativamente para o cumprimento dos ODS através das suas áreas de atuação. O alinhamento com os ODS é estratégico e estruturante.

Por forma a trabalhar a integração dos ODS na estratégia corporativa, é necessário compreendê-los, identificar prioridades e objetivos, definir o modo de integração dos ODS na estratégia, bem como reportar e comunicar, interna e externamente, informações relacionadas com a temática. Neste contexto, num exercício realizado em 2023, a ADENE identificou que a sua atividade contribui diretamente para 11 dos 17 ODS, sendo que contribui de forma indireta para mais 4 ODS.



A ADENE contribui diretamente para 11 dos 17 ODS

05 — COMPROMISSO COM A SUSTENTABILIDADE

ODS com ligação direta às atividades ADENE

1	Erradicar a pobreza
4	Educação de qualidade
5	Igualdade de género
6	Água potável e saneamento
7	Energias renováveis e acessíveis
8	Trabalho digno e crescimento económico
9	Indústria, inovação e infraestruturas
11	Cidades e comunidades sustentáveis
12	Produção e consumo sustentáveis
13	Ação climática
16	Paz, justiça e instituições eficazes

ODS com ligação indireta às atividades ADENE

3	Saúde de qualidade
10	Reduzir as desigualdades
15	Proteger a vida terrestre
17	Parcerias para a implementação dos objetivos

Com a adesão à Aliança ODS Portugal, e submissão de compromisso ao Pacto Global da ONU, a ADENE integra uma rede de diálogo e cooperação, possibilitando a capacitação do corpo técnico e o reconhecimento nacional e internacional das iniciativas desenvolvidas para o cumprimento dos ODS aplicáveis e relacionados com a atividade da ADENE.

5.3 Os nossos principais indicadores ESG em 2025

Em 2025, a ADENE reforçou o compromisso com a sustentabilidade, monitorizando de forma sistemática e transparente os principais indicadores ESG, em conformidade com as normas europeias ESRS, refletindo o seu desempenho ambiental, social e de governação, os quais se apresentam na tabela seguinte.

Tabela 1. Principais indicadores ESG

Tema ESG	Métrica	Desempenho
Alterações climáticas (ESRS E1)	Consumo total de Energia	226,8 MWh
	Intensidade energética	85,6 MWh/M€
	Total das emissões de GEE (método de mercado)	16,8 tCO ₂ e
	Total das emissões de GEE (método de localização)	31,7 tCO ₂ e
	Intensidade de GEE por receita líquida (método de mercado)	6,3 tCO ₂ e/M€
	Intensidade de GEE por receita líquida (método de localização)	12,0 tCO ₂ e/M€
Recursos hídricos e marinhos (ESRS E3)	Consumo total de água	558,4 m ³
	Intensidade do consumo de água	210,6 m ³ /M€
Utilização de recursos e economia circular (ESRS E5)	Consumo de impressões e cópias (equivalente A4)	256.926
	Consumo de copos de uso único	2.600 unidades

Tema ESG	Métrica	Desempenho
Própria mão de obra (ESRS S1)	Número total de colaboradores assalariados	172
	Distribuição por gênero da força de trabalho	74 homens (43%); 98 mulheres (57%)
	Taxa de rotatividade (turnover)	3,0%; 1,3% (homens); 1,7% (mulheres)
	Colaboradores com deficiência	5 (2,91% do total)
	Média de horas de formação por colaborador abrangido	44h
	Mortes relacionadas com o trabalho	0
	Acidentes de trabalho registados	0
	Colaboradores que usaram licenças para assistência à família	3,49% (6 colaboradores)
	Disparidade salarial (homens/mulheres)	10,9 a favor dos homens
	Rácio da remuneração total anual (mais bem paga / média)	203,8%
	Incidentes de discriminação e queixas	0 em todas as categorias
Comunidades afetadas e Consumidores e utilizadores finais (ESRS S3, S4)	Simulações na plataforma Poupa Energia	96.839
	Técnicos formados (Rede Espaço Energia)	227
	Ações de formação (Academia ADENE)	75 ações
	Número total de formandos (Academia ADENE)	1.578
	Ações de sensibilização (Rota da Energia + Escola de Verão)	224 ações (7.952 participantes em 41 municípios); 217 em escolas (7.690 participantes); 39 alunos na Escola de Verão
	Ações de capacitação (Pacto de Autarcas)	8 ações (481 participantes); 225 entidades (105 municípios)
Conduta empresarial (ESRS G1)	Tempo médio de pagamento de uma fatura	12 dias

RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE 2025

Informações Gerais

6.1 Base de elaboração

6.1.1 Base geral para a elaboração das demonstrações de sustentabilidade

A ADENE elabora o seu Relatório de Sustentabilidade de forma individual, nos termos da ESRS 2, secção BP-1. A Agência para a Energia está obrigada a apresentar demonstrações financeiras e não elabora um Relatório de Sustentabilidade consolidado nos termos do artigo 48.º-I da Diretiva 2013/34/UE, que foi alterada pela Diretiva 2022/2464. Por esse motivo, não se aplicam as exceções previstas nesse âmbito.

A ADENE não detém participações em entidades incluídas num perímetro de consolidação, pelo que não existem empresas abrangidas pelas isenções de reporte previstas nos artigos 19.º-A, n.º 9, ou 29.º-A, n.º 8 da referida Diretiva.

No que respeita à abrangência da informação reportada, a ADENE considera os impactos materiais, bem como os riscos e oportunidades relevantes ao longo da sua cadeia de valor, tanto a montante como a jusante da sua atividade. Esta abordagem encontra-se alinhada com os princípios estabelecidos na ESRS 1, secção 5.1, e visa assegurar uma representação fiel, equilibrada e completa do seu desempenho em matéria de sustentabilidade.

6.1.2 Informações relativas a circunstâncias específicas

O presente Relatório de Sustentabilidade refere-se ao exercício de 2025 e constitui o segundo relatório elaborado pela ADENE. Sempre que aplicável, alterações à informação apresentada ou correções de lapsos face ao reportado no ano anterior são devidamente assinaladas em nota de rodapé.

As métricas reportadas baseiam-se maioritariamente em dados diretamente obtidos pela ADENE, não recorrendo a estimativas da cadeia de valor, exceto nos casos expressamente identificados no relatório.

Nessas situações, são descritas as respetivas bases de cálculo e, sempre que aplicável, as medidas previstas para reforçar a qualidade e precisão da informação reportada. A ADENE não identificou métricas ou montantes monetários sujeitos a um elevado nível de incerteza de medição, nem recorreu a aproximações suscetíveis de comprometer a fiabilidade da informação apresentada.

Não se verificaram desvios relativamente às definições de curto, médio e longo prazo previstas na ESRS 1, secção 6.4, encontrando-se os horizontes temporais adotados alinhados com o referencial normativo.

A ADENE não recorreu à divulgação de informação ao abrigo de outros referenciais legais ou normativos para dar cumprimento aos requisitos das ESRS, nem utilizou a inserção por remissão de informação para efeitos de reporte. Adicionalmente, a Agência para a Energia não aplicou as disposições transitórias previstas no Apêndice C da ESRS 1, por não se encontrar abrangida pelos respetivos critérios de aplicação. Os temas abrangidos pelas normas ESRS E4 "Biodiversidade e ecossistemas" e ESRS S2 "Trabalhadores na cadeia de valor" não foram identificados como materiais, conforme descrito na secção correspondente ao requisito ESRS 2 SBM-3. Consequentemente, não são divulgadas políticas, ações, metas ou métricas específicas relacionadas com estes temas.

Por fim, a ADENE não recorreu a normas emitidas pelo Sistema de Normalização, designadamente pela ISO ou pelo CEN/CENELEC, nem submeteu os dados ou processos associados ao presente relatório a verificação externa com base nesses referenciais. A única exceção corresponde à norma AA1000 Stakeholder Engagement Standard (AA1000SES), utilizada como referência metodológica para o processo de identificação e mapeamento das partes interessadas.

6.2 Governança

6.2.1 Papel dos órgãos de administração, de direção e de supervisão

Os órgãos responsáveis pela governança da ADENE incluem o Conselho de Administração, o Conselho Fiscal e a Assembleia Geral, cuja composição se encontra detalhada na certidão permanente da Agência para a Energia.

O Conselho de Administração é composto por membros com experiência e competências relevantes nos domínios da energia, ambiente, inovação, ação climática e políticas públicas, assegurando uma supervisão qualificada das matérias estratégicas e de sustentabilidade da Agência. Os membros do Conselho de Administração referentes ao ano em reporte são:

- Nelson Lage (Presidente)
- Bruno Veloso (Vice-Presidente)
- Ana Paula Rodrigues (Vice-Presidente)
- Bruno Sousa (Vogal não executivo)
- Teresa Ponce de Leão (Vogal não executiva)

O Conselho Fiscal é composto por Fernando José Peixinho de Araújo Rodrigues (Revisor Oficial de Contas (ROC) e Presidente¹), e Filipe Campos Silva (Vogal).

A mesa da Assembleia Geral é constituída por Artur Reis Lami (Presidente), Manuel Allen Valença (Primeiro Secretário) e Madalena Coelho da Rocha (Segunda Secretária).

Os membros dos órgãos de governança da ADENE dispõem de competências e experiência diversificadas, abrangendo contextos nacionais e internacionais, que contribuem para o acompanhamento e supervisão dos principais impactos, riscos e oportunidades (IRO) associados à atividade da Agência e às matérias de sustentabilidade.

Responsabilidades em matéria de sustentabilidade refletidas nos mandatos e políticas conexas

Conforme descrito no Capítulo 5, a ADENE aprovou, em 2025, a sua Política de Sustentabilidade, formalizando os princípios e linhas orientadoras que enquadram a sua atuação nesta matéria. Ainda assim, as responsabilidades associadas à sustentabilidade encontravam-se já integradas nos mecanismos de governança da Agência, designadamente através da sua missão e estatutos (Decreto-Lei n.º 223/2000), dos mandatos dos órgãos sociais e da estrutura organizacional e respetivos processos de reporte.

O Conselho de Administração assume a responsabilidade pela definição estratégica da ADENE e pela aprovação do Plano de Atividades e Orçamento (PAO), no qual são estabelecidos os objetivos estratégicos da Agência para a Energia. A monitorização da sua concretização é efetuada através de indicadores chave de desempenho (KPI), acompanhados regularmente nos Relatórios de Execução Orçamental Trimestrais (REOT) e no Relatório de Atividades e Contas (RAC).

¹ Nos termos dos Estatutos da ADENE, o Presidente do Conselho Fiscal é o ROC.

Identificação, avaliação e gestão dos IRO

A identificação, avaliação e gestão dos IRO associados à atividade da ADENE é assegurada através da sua estrutura organizacional, envolvendo o Conselho de Administração, as Direções Técnicas e de Apoio Funcional e as Unidades de Suporte, conforme apresentada de seguida:

- Direção de Sustentabilidade e Mobilidade (DSM)
- Direção de Edifícios e Eficiência de Recursos (DEER)
- Direção de Indústria e Transição Energética (DITE)
- Direção de Estratégia, Políticas e Projetos (DEPP)
- Direção de Formação, Informação e Educação (DFIE)
- Direção de Cooperação e Relações Institucionais (DCRI)
- Unidade Financeira e de Controlo (UFC)
- Unidade Jurídica e de Compliance (UJC)
- Unidade de Sistemas e Tecnologias de Informação (USTI)
- Unidade de Gestão de Recursos (UGR)
- Unidade de Comunicação e Marketing (UCM)
- Gabinete de Apoio à Gestão (GAG)
- Comunicação Estratégica (CE)
- Privacidade, Segurança de Informação e Risco (PSIR)
- Apoio Técnico Externo (ATE)

A ADENE integra ainda a Unidade Operador Logístico de Mudança de Comercializador (“U-OLMC”), uma unidade interna dotada de autonomia técnica e administrativa e sujeita a um regime de separação contabilística. As diferentes Direções e Unidades da Agência para a Energia assumem responsabilidades específicas em áreas como a energia, a eficiência hídrica, a mobilidade, o planeamento estratégico e as relações institucionais.

A supervisão da atuação da Agência para a Energia é assegurada pelo Conselho de Administração, através de mecanismos de monitorização e reporte, incluindo o RAC e os REOT. Complementarmente, encontram-se implementados mecanismos de controlo interno e gestão, como o Plano de Prevenção de Riscos de 2023, encontrando-se em aprovação o Plano de Prevenção de Riscos referente ao período de 2024–2026, que contribuem para a identificação, avaliação e gestão responsável dos IRO associados à atividade da Agência para a Energia.

Supervisão da definição de metas e acompanhamento dos progressos

Os objetivos estratégicos da ADENE são definidos tendo por base a sua missão, visão, valores e modelo conceptual, procurando responder às atribuições e atividades da Agência para a Energia. Estes objetivos encontram-se refletidos no PAO e são acompanhados regularmente através de KPI, monitorizados com periodicidade trimestral e anual e divulgados, respetivamente, nos REOT e RAC.

A supervisão da definição, implementação e monitorização dos objetivos estratégicos, incluindo os relacionados com matérias de sustentabilidade, é assegurada pelo Conselho de Administração, que acompanha a evolução dos resultados alcançados e o respetivo grau de realização.

Competências e conhecimentos especializados em sustentabilidade

O Conselho de Administração da ADENE detém, no seu conjunto, experiência e competências relevantes nos domínios da sustentabilidade, incluindo energia, ambiente, inovação, ação climática e políticas públicas.

Adicionalmente, a ADENE recorre a apoio especializado sempre que necessário para assegurar o acompanhamento de matérias técnicas e regulamentares específicas.

No âmbito da elaboração do presente Relatório de Sustentabilidade, os trabalhos foram coordenados pela Direção de Sustentabilidade e Mobilidade (DSM), em estreita articulação com a Direção de Estratégia, Políticas e Projetos (DEPP). O processo envolveu ainda as restantes Direções e Unidades da ADENE, responsáveis pela disponibilização e validação da informação reportada nas respetivas áreas de atuação, assegurando a consistência, fiabilidade e completude dos dados divulgados.

Estas competências e mecanismos de coordenação permitem à ADENE assegurar uma adequada identificação, avaliação e monitorização dos impactes, riscos e oportunidades materiais, em conformidade com os requisitos de reporte de sustentabilidade aplicáveis.

As tabelas seguintes apresentam a composição dos órgãos de administração, direção e supervisão, bem como a respetiva distribuição por género, faixa etária e independência.

Tabela 2. Composição dos órgãos de administração, direção e supervisão ⁽¹⁾

Órgãos		2024	2025
Administração	Executivos	3	3
	Não executivos	2	2
Direção	Executivos	39	44
	Não executivos	0	0
Supervisão	Executivos	0	0
	Não executivos	2	2
Total	Executivos	42	47
	Não executivos	4	4

(1) Como definido em "ESRS 2 Requisito de divulgação: GOV-1 — Papel dos órgãos de administração, de direção e de supervisão"

Tabela 3. Diversidade de género nos órgãos de administração, direção e supervisão

Membros	Género	2024		2025	
		N.º	%	N.º	%
Administração	Mulheres	2	40	2	40
	Homens	3	60	3	60
Direção	Mulheres	20	51,3	24	54,5
	Homens	19	48,7	20	45,5
Supervisão	Mulheres	0	0	0	0
	Homens	2	100	2	100
Total	Mulheres	22	47,8	26	51,0
	Homens	24	52,2	25	49,0

06 — INFORMAÇÕES GERAIS

Tabela 4. Distribuição dos órgãos de administração, direção e supervisão por faixa etária

Órgão	Ano	<25	25–35	36–45	46–55	56–65	>65	Total
Administração	2024	–	–	1	3	–	1	5
	2025	–	–	1	3	–	1	5
Direção	2024	–	6	13	14	6	–	39
	2025	–	4	14	20	6	–	44
Supervisão	2024	–	–	–	–	2	–	2
	2025	–	–	–	–	2	–	2
Total	2024	–	6	14	17	8	1	46
	2025	–	4	15	23	8	1	51
% do total	2025	0,0%	7,8%	29,4%	45,1%	15,7%	2,0%	100%

Tabela 5. Composição dos órgãos de administração, direção e supervisão por independência

Membros		2024		2025	
		N.º	%	N.º	%
Administração	Independentes	2	40	2	40
	Não independentes	3	60	3	60
Direção	Independentes	0	0	0	0
	Não independentes	39	100	44	100
Supervisão	Independentes	2	100	2	100
	Não independentes	0	0	0	0
Total	Independentes	4	8,7	4	7,8
	Não independentes	42	91,3	47	92,2

6.2.2 Informações prestadas e questões de sustentabilidade abordadas pelos órgãos de administração, de direção e de supervisão

Durante o período de reporte, os órgãos de administração, de direção e de supervisão da ADENE foram regularmente informados sobre matérias relevantes de sustentabilidade, nomeadamente os IRO, os processos de devida diligência implementados e o acompanhamento das políticas, ações e metas e indicadores associados.

Os órgãos sociais da ADENE, Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Assembleia Geral, reúnem-se com periodicidades distintas, de acordo com as respetivas competências estatutárias. O Conselho de Administração, enquanto órgão responsável pela definição estratégica da Agência para a Energia, reúne com maior frequência.

06 — INFORMAÇÕES GERAIS

A Assembleia Geral reúne ordinariamente duas vezes por ano e, extraordinariamente, sempre que convocada para esse efeito. O Conselho Fiscal reúne, em regra, trimestralmente, sem prejuízo da realização de reuniões adicionais sempre que necessário.

No âmbito destas reuniões, são analisados os principais instrumentos de gestão, designadamente o PAO, os REOT e o RAC, os quais incluem informação relevante para o acompanhamento do desempenho da Agência para a Energia, incluindo em matéria de sustentabilidade. A informação é preparada e disponibilizada pelas Direções e Unidades competentes, assegurando o acompanhamento e monitorização dos principais IRO associados à atividade da ADENE.

Importa referir que a análise de dupla materialidade realizada pela ADENE em 2025 permitiu identificar os principais IRO associados à sua atividade, os quais foram apresentados e discutidos ao nível dos órgãos sociais.

Neste contexto, a ADENE assegura que os seus órgãos de governação dispõem da informação necessária para acompanhar e supervisionar a integração das matérias de sustentabilidade na estratégia, na gestão e na atividade da Agência para a Energia, bem como a evolução dos respetivos impactes, riscos e oportunidades materiais.

6.2.3 Integração do desempenho em matéria de sustentabilidade nos regimes de incentivos

A ADENE dispõe de práticas internas relacionadas com os incentivos, enquadradas no seu Sistema de Gestão de Desempenho, que constitui um instrumento de monitorização, avaliação e reconhecimento do desempenho individual e coletivo dos colaboradores. Este sistema estabelece princípios e critérios destinados a assegurar a coerência, transparência e alinhamento entre os objetivos individuais, das equipas e da Agência para a Energia.

Todos os colaboradores participam no processo de definição e acompanhamento dos seus objetivos de desempenho, os quais se encontram alinhados com os objetivos estratégicos da ADENE, incluindo, quando aplicável, objetivos relacionados com as suas áreas de atuação e contributo para os resultados da Agência para a Energia.

A atribuição de prémios ou a evolução remuneratória pode decorrer dos resultados obtidos no âmbito da avaliação de desempenho, não constituindo, contudo, uma consequência automática, uma vez que estes benefícios se encontram sujeitos ao enquadramento em sede de Orçamento de Estado e às disponibilidades financeiras da Agência para a Energia.

A remuneração do Conselho de Administração é fixada nos termos dos Estatutos da ADENE, por analogia com o Estatuto do Gestor Público, não estando diretamente dependente do desempenho em matéria de sustentabilidade.

No que respeita aos colaboradores da ADENE, existem incentivos associados à adoção de práticas mais sustentáveis, designadamente no domínio da mobilidade.

Neste âmbito, a ADENE dispõe de um Regulamento Interno de Mobilidade, que prevê a atribuição de um subsídio de mobilidade sustentável, nos termos do artigo 194.º, n.º 4 do Código do Trabalho. Este mecanismo tem como objetivo apoiar os custos de deslocação dos colaboradores e incentivar a utilização de meios de transporte com menor impacte ambiental.

06 — INFORMAÇÕES GERAIS

A ADENE promove a utilização de transportes públicos e de outros modos de mobilidade sustentável nas deslocações profissionais dentro da Área Metropolitana de Lisboa (AML) e nas deslocações diárias entre casa e o local de trabalho.

Neste âmbito, os colaboradores podem beneficiar das seguintes modalidades de apoio:

- Participação do valor correspondente ao passe social "Navegante", de acordo com os valores legalmente em vigor;
- Participação até 61,20 €/mês para outras tipologias de passe social válidas na AML;
- Possibilidade de acumular ao apoio ao transporte público um montante adicional, até ao limite de 61,20 €/mês, para estacionamento junto de interfaces de transporte público;
- Participação de uma avença mensal de estacionamento fora das instalações da ADENE, até 50,00 €/mês, mediante o compromisso de utilização da viatura própria para deslocações profissionais na AML.

O regulamento estabelece ainda condições específicas de elegibilidade e acumulação destes apoios, procurando incentivar a adoção de soluções de mobilidade com menor impacto ambiental.

O sistema de avaliação de desempenho pode refletir, de forma indireta, o contributo dos colaboradores para a concretização de iniciativas, projetos e objetivos relacionados com a sustentabilidade, na medida em que estes se encontram integrados nas atividades e objetivos da ADENE.

Neste contexto, a avaliação de desempenho pode incorporar objetivos associados às diferentes áreas de atuação da Agência para a Energia, incluindo matérias com relevância para a sustentabilidade. A definição, aprovação e atualização dos regimes de incentivos são efetuadas de acordo com os mecanismos internos de governação e gestão aplicáveis.

6.2.4 Declaração sobre o dever de diligência

Atendendo à natureza jurídica da ADENE e ao enquadramento das suas atividades, não são aplicáveis os requisitos relativos ao dever de diligência previstos nas ESRS.

Não obstante, a ADENE desenvolve a sua atividade de acordo com princípios de responsabilidade, ética, integridade e boa governação, procurando identificar e gerir os IRO associados à sua atuação. As políticas, ações, metas e mecanismos de gestão relevantes para as matérias de sustentabilidade encontram-se descritos ao longo do presente relatório, nos respetivos requisitos.

6.2.5 Gestão de riscos e controlos internos do reporte de sustentabilidade

A ADENE dispõe de um conjunto de instrumentos de gestão de riscos e controlo interno que suportam a identificação, avaliação e mitigação dos riscos associados à sua atividade, incluindo o Plano de Prevenção de Riscos (PPR), o Código de Conduta e o Canal de Denúncias, conforme reportado no capítulo associado à Governação.

A gestão de riscos encontra-se integrada nos processos de governação da Agência para a Energia, sendo suportada por uma matriz de risco que contempla riscos operacionais, estratégicos, de conformidade e reputacionais. A matriz inclui, entre outros, riscos relacionados com a prestação de informação a terceiros, a atuação dos sistemas geridos pela ADENE e a interação com diferentes partes interessadas. Importa referir que à data do presente relatório, a matriz encontra-se em processo de aprovação e será posteriormente disponibilizada na intranet e no site institucional da ADENE.

Os mecanismos de controlo interno implementados contribuem igualmente para assegurar a qualidade, consistência e fiabilidade da informação divulgada no presente Relatório de Sustentabilidade, envolvendo as Direções e Unidades responsáveis pela recolha, validação e reporte da informação nas respetivas áreas de atuação.

6.3 Estratégia

6.3.1 Estratégia, modelo de negócio e cadeia de valor

A ADENE é uma pessoa coletiva de tipo associativo com estatuto de utilidade pública, promovendo e realizando atividades na área da energia, incluindo a eficiência energética na mobilidade e eficiência hídrica. Entre as principais atividades destacam-se:

Sistema de Certificação Energética dos Edifícios (SCE)

Gestão e operação do sistema de certificação energética dos edifícios, implementado em 2007, no âmbito da transposição da Diretiva relativa ao Desempenho Energético dos Edifícios. O SCE permite avaliar e caracterizar o desempenho energético dos edifícios, através da emissão dos certificados energéticos por peritos qualificados, identificando oportunidades de melhoria.

O SCE constitui um instrumento relevante de apoio à decisão do consumidor, à definição de políticas públicas e à renovação do parque edificado, contribuindo para a melhoria do desempenho energético dos edifícios, do conforto térmico, da qualidade do ar interior, da saúde e do bem-estar dos ocupantes, bem como para a concretização do princípio da prioridade à eficiência energética (energy efficiency first principle). Desempenha igualmente um papel fundamental na caracterização e validação dos resultados das intervenções apoiadas por instrumentos de financiamento, nomeadamente no âmbito do PRR e do Portugal 2030.

Sistema de Gestão dos Consumos Intensivos de Energia (SGCIE)

Gestão operacional do sistema de implementação obrigatória para instalações consumidoras intensivas de energia, que prevê a realização de auditorias energéticas periódicas, a definição de planos de racionalização e a promoção da eficiência energética e da utilização de fontes de energia renovável.

Portal casA+

Portal digital destinado a proprietários e arrendatários de imóveis, onde é possível consultar e registar as características da habitação, encontrar os melhores profissionais e soluções de eficiência energética, conhecer os incentivos disponíveis no mercado e centralizar toda a informação relevante.

CLASSE+

Sistema de etiquetagem energética voluntária de elementos da envolvente dos edifícios que permite comparar o respetivo desempenho energético e distinguir as soluções mais eficientes.

AQUA+

Sistema voluntário de avaliação e classificação da eficiência hídrica de edifícios residenciais e de comércio e serviços (empreendimentos turísticos e escritórios). Promove a gestão eficiente da água, através da implementação de um plano de ação para a eficiência hídrica.

MOVE+

Sistema voluntário de avaliação e classificação do desempenho energético das práticas de mobilidade das empresas e das suas frotas automóveis, aplicável a frotas de veículos ligeiros e pesados (mercadorias e passageiros). Identifica oportunidades de melhoria de desempenho, nomeadamente na poupança de combustível e na redução de impacto ambiental, promovendo uma mobilidade sustentável.

eCIRCULAR

Sistema voluntário de avaliação e classificação em economia circular para organizações de diversos setores, com emissão de uma classificação (de A+ a F). Paralelamente, são propostas medidas de melhoria ao nível da gestão de recursos e das estratégias e práticas da organização, incentivando a adoção de práticas circulares.

OLMC (Operador Logístico de Mudança de Comercializador)

Plataforma centralizada que permite gerir, de forma célere e padronizada, a mudança de comercializador de eletricidade e gás, aumentando a transparência e facilitando o acesso à informação pelos consumidores finais.

Poupa Energia

Portal digital desenvolvido para apoiar famílias e pequenas e médias empresas. Permite consultar informações sobre a mudança de comercializador de energia, simular qual o comercializador e o tarifário mais adequados ao perfil de consumo de cada utilizador, e a adesão direta ao novo serviço proposto. Disponibiliza, ainda, conteúdos sobre autoconsumo (individual e coletivo), promovendo a literacia, bem como escolhas mais eficientes e sustentáveis.

ECO.AP 2030

O ECO.AP 2030 é o programa que visa promover a eficiência de recursos (energia, água e materiais) e descarbonização no setor público, em alinhamento com o Plano Nacional de Energia e Clima (PNEC) 2030, a Diretiva de Eficiência Energética (EED) e ainda a Lei de Bases do Clima. Estabelece um conjunto de objetivos e metas até 2030 nestes domínios e concretiza-se através da elaboração e implementação de medidas de eficiência de recursos (MER) estabelecidos por cada uma das entidades nos seus Planos de Eficiência e de Descarbonização ECO.AP 2030. O programa é monitorizado pelo Barómetro ECO.AP desenvolvido e gerido pela ADENE. As entidades públicas devem designar os seus Gestores de Energia e Recursos (GER) que se registam no Barómetro ECO.AP.

Observatório Nacional da Pobreza Energética

O Observatório Nacional da Pobreza Energética (ONPE-PT) tem por missão o acompanhamento da evolução da pobreza energética a nível nacional, apoiando o desenvolvimento de políticas públicas e a implementação da Estratégia Nacional de Longo Prazo para o Combate à Pobreza Energética (ELPPE).

Rede Espaço Energia

Rede de proximidade para apoiar cidadãos e organizações na adoção de medidas de eficiência energética, energias renováveis e comportamentos mais sustentáveis. Nos balcões do Espaço Energia, o cidadão tem acesso a informação e apoio personalizado na adoção de medidas de poupança, que se refletem na fatura de energia, e também na melhoria do conforto das habitações, por exemplo, no conforto térmico com a redução de situações extremas de exposição ao frio ou ao calor.

Mercado Voluntário de Carbono (MVC)

O MVC é um sistema onde pessoas ou organizações podem comprar e vender créditos de carbono, de forma voluntária, permitindo gerar incentivos económicos para alavancar a concretização de projetos de redução de emissões de gases com efeito de estufa (GEE) ou de sequestro de carbono, a par de cobenefícios ambientais e socioeconómicos, como a proteção da biodiversidade e do capital natural ou o aumento da resiliência do território.

Projetos técnicos de inovação

Na área de desenvolvimento e inovação, concretiza-se um conjunto de projetos técnicos de inovação incidindo sobre diferentes áreas temáticas e vertentes de atuação da ADENE, numa lógica de aproveitamento de sinergias e de maximização da replicabilidade dos resultados atingidos. Estes contribuem para alavancar e melhorar os sistemas geridos pela ADENE, bem como as atividades de formação, qualificação, educação, informação e outros programas e iniciativas a cargo desta Agência.

Academia ADENE

Referência ao nível da formação e qualificação, focando a sua atuação no desenvolvimento de competências nas várias áreas temáticas necessárias à transição climática, apostando na criação de competências verdes através da formação, contribuindo para o desenvolvimento profissional e técnico do setor.

Rota da Energia

A Rota da Energia é uma iniciativa que promove a literacia energética dos cidadãos. Através de sessões presenciais e à distância, leva o conhecimento às pessoas, instigando a vontade de saber mais sobre o mundo da energia.

Roteiro da Indústria

O Roteiro da Indústria é uma iniciativa que pretende sensibilizar o setor da indústria nacional, através de sessões informativas e formativas presenciais, levando o conhecimento e novas oportunidades de liderar o caminho da descarbonização e sustentabilidade, com foco na eficiência energética e de recursos.

Observatório da Energia

O Observatório da Energia é uma plataforma digital desenvolvida e gerida pela ADENE, que disponibiliza informação relevante sobre o setor da energia em Portugal. Promove estudos de avaliação de políticas públicas em parceria com Universidades e Centros de Investigação, alicerçado numa plataforma online de informação de referência sobre o setor da energia.

A atividade da ADENE, assente em inputs fundamentais como um corpo técnico altamente qualificado, autofinanciamento, acesso a fundos públicos e europeus e parcerias estratégicas com diversas partes interessadas do setor, potencia o desenvolvimento de outputs diversificados, traduzidos em serviços, plataformas e sistemas que impulsionam a transformação sustentável da sociedade em geral.

Os resultados destas atividades refletem-se em benefícios concretos, tais como maior literacia energética para os cidadãos, ganhos de eficiência para as organizações e apoio técnico especializado às entidades públicas na implementação de políticas ligadas à energia.

A cadeia de valor da ADENE integra relações a montante com reguladores, entidades financiadoras e fornecedores; operações internas focadas no desenvolvimento, gestão e execução das atividades pelas suas equipas técnicas e relações a jusante que englobam os beneficiários diretos, como cidadãos, empresas e entidades públicas, entre outras entidades.

A ADENE não contempla, nas suas atividades, quaisquer operações relacionadas com a produção de produtos químicos, armas controversas (nomeadamente minas antipessoais, munições de fragmentação, armas químicas ou biológicas), nem com o cultivo ou produção de tabaco. Enquanto entidade associativa de utilidade pública de natureza não empresarial, a ADENE atua, incluindo, mas sem se limitar, no domínio da promoção da eficiência energética, hídrica e da economia circular, desenvolvendo atividades de carácter técnico e formativo, sem envolvimento em setores que possam ser considerados sensíveis ou restritivos do ponto de vista ético ou regulatório.

A ADENE alinha os seus objetivos de sustentabilidade com a sua missão de interesse público, visão e valores, com o propósito de impulsionar a transição energética e climática em Portugal. Reforça, ainda, o seu compromisso com a sustentabilidade, um dos seus valores, e o futuro das cidades e do planeta, o que reflete a sua visão e estratégia, e o seu compromisso com os grandes desafios da transição climática. A estratégia da ADENE, focada na criação de impacto na sociedade através de soluções de eficiência para a descarbonização, alinha todas as atividades da ADENE no contributo para a sustentabilidade.

6.3.2 Interesses e pontos de vista das partes interessadas

A ADENE reconhece a importância de um envolvimento contínuo e estruturado com as suas partes interessadas, como parte fundamental da sua atuação estratégica e compromisso com a sustentabilidade.

As partes interessadas relevantes foram mapeadas e categorizadas como internas (colaboradores, Conselho de Administração e parceiros protocolados) e externas [entidades reguladoras e governamentais como a Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE), Agência Portuguesa do Ambiente (APA), Direção-Geral de Energia e Geologia (DGEG), Agência para o Clima (ApC), Entidade do Tesouro e Finanças (ETF) e Ministério do Ambiente e Energia (MAEn), com base na sua influência e interesse na atividade da Agência, de acordo com a norma AA1000 Stakeholder Engagement Standard (AA1000SES).

6.3.3 Impactes, riscos e oportunidades materiais e a sua interação com a estratégia e o modelo de negócio

Os impactes, riscos e oportunidades materiais são os que decorrem da análise de dupla materialidade, adiante detalhada. Serão abordados no âmbito das informações ambientais e sociais, ao longo do presente relatório.

6.4 Gestão dos impactes, riscos e oportunidades: Análise de dupla materialidade

6.4.1 Validação da dupla materialidade e dos temas materiais identificados

No período de reporte em apreço, e na sequência da análise da necessidade de reavaliação integral da dupla materialidade, realizada em conformidade com o disposto na Diretiva CSRD e nas Normas ESRS, concluiu-se não se verificar nenhuma das circunstâncias que justificariam a repetição do processo, designadamente alterações estruturais, mudanças no modelo de negócio ou nas atividades desenvolvidas, identificação de erros ou lacunas no processo anterior, revisão dos limiares de materialidade ou exigências adicionais em matéria de garantia de fiabilidade.

Neste contexto, e atendendo à inexistência de alterações relevantes na natureza das atividades desenvolvidas pela ADENE, no seu contexto operacional e no enquadramento estratégico em que se insere, bem como ao facto de a análise de dupla materialidade ter sido realizada no exercício anterior, determinou-se não proceder à sua reavaliação integral, incluindo a não realização de um novo processo de auscultação de partes interessadas. Assim, o procedimento adotado no presente exercício foi enquadrado como um processo de revisão, atualização e validação dos resultados anteriormente obtidos, mantendo-se válidos os resultados apurados, nomeadamente no que respeita à identificação dos impactes, riscos e oportunidades materiais, à matriz de dupla materialidade e à determinação dos temas materiais para efeitos de relato de sustentabilidade.

Da análise de dupla materialidade resultou a identificação de 16 subtemas de sustentabilidade materiais, aos quais se associam 127 impactes, 77 riscos e 54 oportunidades. Para efeitos de reporte, consideraram-se materiais todas as temáticas com uma pontuação superior a 3, de acordo com os critérios definidos no processo de avaliação. No conjunto dos temas analisados, salienta-se que "Biodiversidade e ecossistemas" e "Colaboradores na cadeia de valor" não foram considerados materiais.

Considera-se que os impactes, riscos e oportunidades identificados continuam a refletir, de forma adequada e fidedigna, quer os impactes significativos da atividade da ADENE sobre o ambiente e a sociedade (materialidade de impacto), quer os riscos e oportunidades suscetíveis de influenciar o seu desempenho, posição financeira e perspetivas futuras (materialidade financeira), em conformidade com os princípios estabelecidos pela Diretiva CSRD e pelas Normas ESRS.

Neste sentido, os temas materiais identificados mantêm-se como referencial estruturante do presente relatório, assegurando a consistência, comparabilidade e coerência da informação divulgada ao longo do tempo.

Importa referir que o Conselho de Administração da ADENE acompanha de forma contínua os interesses, expectativas e perspetivas das partes interessadas, através de mecanismos regulares de informação, consulta e apoio à tomada de decisão.

Matriz de dupla materialidade da ADENE

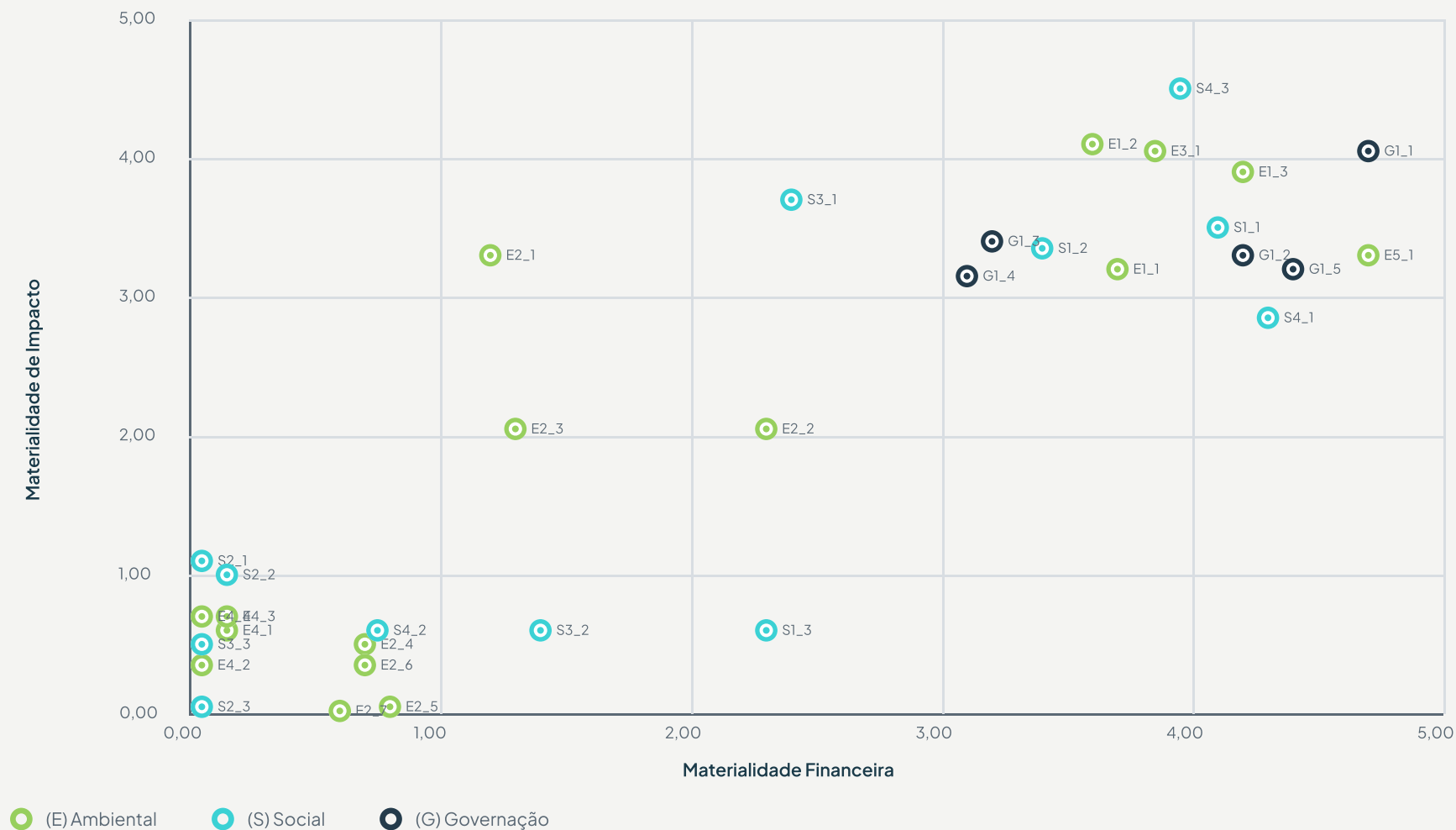


Tabela 6. Temas materiais identificados

Tema	Subtema	Código da matriz	Materialidade
● E1 – Alterações climáticas	Adaptação às alterações climáticas	E1_1	Material
	Mitigação das alterações climáticas	E1_2	Material
	Energia	E1_3	Material
● E2 – Poluição	Poluição do ar	E2_1	Material
	Poluição da água	E2_2	Não material
	Poluição do solo	E2_3	Não material
	Poluição dos organismos vivos e dos recursos alimentares	E2_4	Não material
	Substâncias que suscitam preocupação	E2_5	Não material
	Substâncias que suscitam elevada preocupação	E2_6	Não material
	Microplásticos	E2_7	Não material
● E3 – Água	Água	E3_1	Material
● E4 – Biodiversidade e ecossistemas	Fatores de impacto direto na perda de biodiversidade	E4_1	Não material
	Impactes no estado das espécies	E4_2	Não material
	Impactes na extensão e no estado dos ecossistemas	E4_3	Não material
	Impactes e dependências dos serviços ecossistêmicos	E4_4	Não material
● E5 – Economia circular	Resíduos	E5_1	Material
● S1 – Própria mão de obra	Condições de trabalho	S1_1	Material
	Igualdade de tratamento e de oportunidades para todos	S1_2	Material
	Outros direitos relacionados com o trabalho	S1_3	Não material
● S2 – Colaboradores na cadeia de valor	Condições de trabalho	S2_1	Não material
	Igualdade de tratamento e de oportunidades para todos	S2_2	Não material
	Outros direitos relacionados com o trabalho	S2_3	Não material
● S3 – Comunidades afetadas	Direitos económicos, sociais e culturais das comunidades	S3_1	Material
	Direitos civis e políticos das comunidades	S3_2	Não material
	Direitos dos povos indígenas	S3_3	Não material
● S4 – Consumidores e utilizadores finais	Impactes relacionados com a informação para os consumidores e/ou utilizadores finais	S4_1	Material
	Segurança pessoal dos consumidores e/ou utilizadores finais	S4_2	Não material
	Inclusão social dos consumidores e/ou utilizadores finais	S4_3	Material
● G1 – Conduta empresarial	Cultura empresarial	G1_1	Material
	Proteção de denunciantes	G1_2	Material
	Contexto político e representação de grupos de interesse	G1_3	Material
	Relações com fornecedores	G1_4	Material
	Corrupção	G1_5	Material

RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE 2025

Informações Ambientais



Adene
Agência para a Energia

7.1 Alterações climáticas²

7.1.1 Estratégia

7.1.1.1 Plano de transição para a atenuação das alterações climáticas

A ADENE dispõe do Plano de Eficiência e Descarbonização ECO.AP 2030, triénio 2025–2027 (PED ECO.AP 2030 | 25–27), elaborado no âmbito do Programa de Eficiência de Recursos e de Descarbonização na Administração Pública para o período até 2030 (ECO.AP 2030), em conformidade com o previsto na Resolução do Conselho de Ministros n.º 150/2024, de 30 de outubro, que altera a Resolução do Conselho de Ministros n.º 104/2020, de 24 de novembro.

O plano referente ao triénio 2025–2027 define metas de redução anuais tendo por referência o ano de 2023. Para o ano de 2025, encontravam-se estabelecidas metas de redução de 0,30 tep/ano associadas ao consumo de energia de origem nas instalações e de 0,35 tCO₂e/ano associadas às emissões decorrentes do consumo de energia de origem não renovável nas instalações.

Entre os principais impulsionadores da descarbonização, destacam-se várias ações focadas nas operações próprias da ADENE. No domínio das instalações, incluem-se ações de sensibilização para a utilização eficiente de equipamentos elétricos, sistemas de iluminação e de Aquecimento, Ventilação e Ar Condicionado (AVAC). No âmbito das frotas, prevê-se a adoção de um sistema de gestão de frotas, bem como a promoção de ações de capacitação em eco condução. Não se identificam, neste contexto, alterações na carteira de produtos ou serviços da ADENE, nem a adoção de tecnologias de descarbonização em larga escala.

O PED ECO.AP 2030 para o triénio 2025–2027 prevê um investimento no valor de 2.500 euros, alocado à área das frotas. No período em análise, a execução financeira não se concretizou, estando esta oportunidade prevista para o ano de 2026. As restantes medidas previstas no plano, nomeadamente ações de sensibilização e capacitação, não implicam investimento direto, assentando sobretudo em custos operacionais ou em mudanças comportamentais.

Importa ainda referir que o plano não contempla uma avaliação de emissões de GEE bloqueadas associadas a ativos ou produtos, nem estabelece referência ao alinhamento com o Regulamento da Taxonomia da União Europeia. De igual modo, não são reportados investimentos (CapEx) em atividades relacionadas com carvão, petróleo ou gás, sendo os recursos financeiros orientados para a melhoria da eficiência energética e da gestão de energia.

Este plano enquadra-se no objetivo estratégico “Contribuir para a implementação da política energética e climática nacionais e suas interfaces com outras políticas setoriais, em linha com os objetivos estratégicos do Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050 e do Plano Nacional de Energia e Clima 2030”. As estimativas de investimento e de poupança foram quantificadas, evidenciando coerência com o planeamento financeiro da ADENE. Salienta-se, por fim, que o plano foi formalmente aprovado pelo Conselho de Administração.

² No contexto do tema “Poluição”, apenas o subtema “Poluição do Ar” foi considerado material para efeitos de reporte. Considerando a sua relação com as emissões atmosféricas, e atendendo à atividade da ADENE, este subtema é reportado conjuntamente com a temática “Alterações Climáticas”.

07 — INFORMAÇÕES AMBIENTAIS

7.1.1.2 Impactes materiais, riscos e oportunidades e a sua interação com a estratégia e o modelo de negócio

O plano ECO.AP 2030 permite identificar os consumos elevados de energia e as emissões GEE como riscos operacionais e de eficiência que requerem mitigação. Neste contexto, o plano configura-se como a principal resposta estruturada e estratégica a esses riscos, orientando a implementação de medidas concretas de descarbonização, suportadas por metas definidas e por mecanismos de monitorização, como o Barómetro ECO.AP.

As alterações climáticas constituem um dos principais desafios globais da atualidade, colocando riscos relevantes para a atividade da ADENE, mas simultaneamente criando oportunidades associadas à inovação, adaptação e criação de valor.

No Capítulo 6 são apresentados os impactes materiais, riscos e oportunidades, bem como a sua interação com a estratégia e o modelo de negócio, incluindo os subtópicos considerados materiais no âmbito do tema EI – Alterações Climáticas.

No presente exercício, não foi desenvolvida uma análise de resiliência da estratégia e do modelo de negócio face às alterações climáticas.



7.1.2 Gestão de impactes, riscos e oportunidades

7.1.2.1 Descrição dos processos para identificar e avaliar os impactes, os riscos e as oportunidades materiais relacionados com o clima e a poluição do ar

A ADENE implementa um processo sistemático de identificação de impactes, riscos e oportunidades (IRO) relacionados com o clima, enquadrado, designadamente, no âmbito do Plano de Eficiência e Descarbonização ECO.AP 2030. Este processo assenta na caracterização dos consumos de energia e água nas instalações, dos consumos energéticos associados à frota, bem como no acompanhamento do consumo de materiais (nomeadamente impressões e materiais de uso único) e no cálculo das emissões de GEE.

Neste contexto, são identificadas as áreas de maior consumo energético, designadamente os sistemas AVAC e o datacenter, constituindo-se estes elementos como prioritários para a implementação de medidas de eficiência. Não obstante, não foi desenvolvido um processo específico de identificação e avaliação de riscos físicos ou de transição relacionados com o clima com base em cenários climáticos.

Paralelamente, a ADENE desenvolve um processo estruturado de identificação de IRO associados à poluição do ar, em linha com o seu posicionamento no que respeita à descarbonização. Neste âmbito, destaca-se a transição da frota automóvel para veículos elétricos e híbridos, em substituição de viaturas movidas a combustíveis fósseis, contribuindo para a redução das emissões de GEE e para a melhoria da qualidade do ar, com impactes positivos ao nível da saúde pública e do bem-estar dos colaboradores.

07 — INFORMAÇÕES AMBIENTAIS

Adicionalmente, através do sistema MOVE+, o sistema de avaliação e classificação do desempenho das práticas de mobilidade das empresas, incluindo das frotas, promove-se a identificação de oportunidades de melhoria, designadamente ao nível da eficiência no consumo de energia e da redução do impacto ambiental, contribuindo para uma mobilidade sustentável.

7.1.2.2 Políticas relacionadas com a mitigação das alterações climáticas e a adaptação às mesmas

No âmbito da mitigação das alterações climáticas, as políticas da ADENE encontram-se orientadas para três eixos principais: o aumento da eficiência energética nas instalações, a melhoria do desempenho energético da frota e a redução das emissões de GEE, os quais se encontram refletidos no PED ECO.AP 2030. Estas políticas são operacionalizadas através de medidas concretas, nomeadamente campanhas de sensibilização para a utilização eficiente de equipamentos elétricos e informáticos, sistemas de iluminação e AVAC, a implementação de um sistema de gestão de frotas (SGF) e a promoção de ações de formação em eco-condução, fomentando uma cultura organizacional assente na eficiência e na responsabilidade ambiental.

Considerando a natureza da sua missão, uma parte significativa das atividades desenvolvidas pela ADENE contribui direta ou indiretamente para a promoção da transição energética, reforçando o seu contributo para a descarbonização e para a resposta aos desafios das alterações climáticas a nível nacional.

A abordagem da Agência para a Energia integra, de forma complementar, as dimensões de mitigação e adaptação. No domínio da mitigação, destacam-se as ações orientadas para a redução do consumo de energia e das emissões de GEE.

No âmbito da adaptação, evidenciam-se iniciativas associadas à eficiência hídrica, promovendo o uso sustentável da água e a redução da vulnerabilidade a cenários de escassez.

A eficiência energética assume-se como um vetor transversal às políticas da ADENE, suportado por medidas operacionais e comportamentais aplicadas às instalações e à frota. Não obstante a integração de viaturas elétricas e híbridas, não se encontram previstas intervenções ao nível da instalação de fontes de energia renovável ou de infraestruturas de apoio à mobilidade suave nas instalações, como o estacionamento para velocípedes, em virtude de estas se encontrarem em regime de arrendamento, sendo tais intervenções da responsabilidade do proprietário do imóvel.

Esta abordagem encontra-se alinhada com a linha orientadora da política de sustentabilidade da ADENE, na dimensão ambiental, relativa à redução do impacto ambiental das suas operações internas, nomeadamente através da implementação do PED ECO.AP 2030 e da adoção de práticas de gestão sustentável dos recursos, procurando afirmar a Agência para a Energia como uma referência em boas práticas ambientais. Enquadra-se igualmente nos princípios e eixos de intervenção definidos no plano de responsabilidade social da ADENE, que promovem a sustentabilidade ambiental e a consciencialização ecológica através da utilização eficiente dos recursos e da redução dos consumos.

Paralelamente, a ADENE promove práticas de utilização eficiente de recursos, incluindo a água e os materiais, contribuindo para a redução dos impactos ambientais e para o reforço da resiliência face aos desafios ambientais e climáticos. As medidas de redução de emissões de GEE adotadas contribuem igualmente para a mitigação da poluição atmosférica, conforme descrito no ponto anterior.

07 — INFORMAÇÕES AMBIENTAIS

7.1.2.3 Ações e recursos relacionados com as políticas em matéria de alterações climáticas e poluição do ar

No triénio 2025–2027, as ações de mitigação implementadas incluem a sensibilização para a utilização eficiente de equipamentos elétricos, sistemas de iluminação e AVAC, a implementação de um SGF e a promoção de formação em eco-condução, tendo sido alocado um investimento de 2.500,00 € associado à área das frotas. Neste período, não foram definidas metas específicas para a redução de emissões GEE, tendo o enfoque incidido na redução do consumo de energia.

O PED ECO.AP 2030 para o triénio 2025–2027 estabelece metas de redução anuais de emissões GEE (âmbitos 1 e 2), tendo por referência o ano de 2023, prevendo-se reduções acumuladas de 0,35 tCO₂e/ano em 2025, 2,87 tCO₂e/ano em 2026 e 3,45 tCO₂e/ano em 2027.

No que respeita ao consumo de energia, o plano prevê uma poupança anual de 0,3 toneladas equivalentes de petróleo (tep) por ano nas instalações. Relativamente à frota automóvel, estima-se uma redução anual de 1.009,20 litros de gasolina através da implementação do SGF e de 336,40 litros adicionais resultantes da adoção de práticas de eco-condução, correspondendo a uma redução acumulada de 1,92 tep em 2027.

No domínio da adaptação às alterações climáticas, a ADENE prevê a realização de ações de sensibilização internas dirigidas aos colaboradores, com vista à promoção da eficiência hídrica e da utilização sustentável dos recursos hídricos.

Estas iniciativas encontram-se previstas com uma periodicidade de duas ações por ano, podendo ser ajustadas em função da evolução dos indicadores de desempenho definidos. A concretização destas iniciativas não implica investimento adicional, sendo assegurada através de recursos humanos e materiais internos da Agência para a Energia.

Importa salientar que estas ações não foram realizadas durante o exercício de 2025. No entanto, importa referir que foram elaboradas mensagens de sensibilização para a redução do consumo de energia e de recursos hídricos, as quais vieram a ser integradas nas novas instalações da ADENE. Neste contexto, a implementação das ações previstas encontra-se programada para 2026.

No âmbito da sua atividade e missão, a ADENE desenvolve e opera diversos instrumentos que contribuem para a promoção da eficiência energética, da descarbonização e da adaptação às alterações climáticas.

O Sistema de Certificação Energética dos Edifícios (SCE) continuou a desempenhar um papel relevante na promoção da eficiência energética e no apoio à renovação do parque edificado, através da avaliação e caracterização do desempenho energético dos edifícios. Em 2025, foram emitidos 262.015 certificados energéticos, o que representa um aumento de cerca de 5% face aos 249.625 certificados emitidos em 2024, evidenciando a relevância e a procura continuada deste instrumento na caracterização do desempenho energético dos edifícios. No mesmo período, o SCE assegurou elevados níveis de resposta aos seus utilizadores, com 99% das chamadas atendidas no próprio dia e 92% dos pedidos recebidos por correio eletrónico respondidos no mesmo prazo.

07 — INFORMAÇÕES AMBIENTAIS

No âmbito do Sistema de Gestão dos Consumos Intensivos de Energia (SGCIE), as instalações com consumos superiores a 500 tep/ano estão sujeitas à realização de auditorias energéticas e à elaboração de Planos de Racionalização de Consumo de Energia (PREn), os quais podem dar origem à celebração de Acordos de Racionalização de Consumos de Energia (ARCE), possibilitando o acesso aos incentivos e benefícios previstos na legislação aplicável. Em 2025, foram analisados 161 PREn e 311 Relatórios de Execução e Progresso (REP), representando um aumento face aos 155 planos e 250 relatórios analisados em 2024. Através destes instrumentos, foi identificado um potencial de poupança energética de 260,6 ktep, superior aos 238,6 ktep apurados no período anterior, bem como uma poupança média de 189,9 tep por instalação, face aos 174,4 tep registados em 2024.

O portal casA+ continuou a assumir um papel relevante no apoio aos cidadãos na melhoria do desempenho energético das habitações e no acesso a programas de financiamento. Em 2025, registou 9.402 pedidos de adesão e 841 pedidos de intervenção por parte de proprietários, correspondendo a aumentos de 26,6% e 71,3%, respetivamente, face a 2024.

O sistema CLASSE+ prosseguiu a sua atividade de avaliação e classificação da eficiência energética das componentes passivas do edifício, tendo emitido 124.791 etiquetas em 2025, face às 136.746 etiquetas emitidas em 2024. O sistema contou ainda com 689 aderentes, o que representa uma redução de 2,8% relativamente ao número de aderentes registados no ano anterior.

O sistema MOVE+ continuou a promover a eficiência energética e a descarbonização das frotas automóveis. Em 2025, foram classificadas 16 frotas e 4.052 viaturas. Na totalidade das frotas classificadas foi identificado um potencial de poupança anual de 13,3 milhões de litros de combustível, correspondente a cerca de 20,4 milhões de euros em custos evitados e à redução potencial de 32.282 toneladas de CO₂eq. O potencial médio de redução do consumo de combustível e das emissões específicas foi de 36%, acima dos 24% registados em 2024.

O Barómetro ECO.AP, plataforma de monitorização do Programa ECO.AP 2030, continuou a apoiar o acompanhamento das medidas de eficiência de recursos e de descarbonização na Administração Pública. Em 2025, a plataforma integrou informação relativa a 861 entidades públicas, 14.574 instalações, 757 gestores de energia e recursos (GER) e 20.330 veículos, face a 798 entidades, 15.103 instalações, 698 GER e 12.891 veículos registados em 2024. Importa ainda referir que em 2025, 95 entidades aprovaram e submeteram no Barómetro ECO.AP os seus PED, com identificação de medidas de eficiência de recursos (MER) para o triénio 2025–2027.

O sistema eCIRCULAR continuou a apoiar a integração dos princípios da economia circular nas organizações, apoiando a avaliação de aspetos relacionados com a eficiência no uso de recursos, o consumo de energia e as emissões de gases com efeito de estufa. Em 2025, foram classificadas 13 instalações, tendo ainda sido registados 30 participantes nas ações de formação realizadas e 15 novos auditores reconhecidos, reforçando a capacitação e disseminação da classificação eCIRCULAR.

07 — INFORMAÇÕES AMBIENTAIS

No domínio da mobilidade sustentável, a ADENE promoveu 9 iniciativas em 2025, das quais se destacam a conclusão do estudo “Mobilidade Sustentável no Setor Turístico”, desenvolvido em parceria com o Turismo de Portugal, e a continuidade dos trabalhos de desenvolvimento de um simulador destinado a apoiar a tomada de decisão dos utilizadores na escolha de comercializadores de eletricidade para a mobilidade elétrica.

O Mercado Voluntário de Carbono (MVC) continuou a contribuir para a promoção da ação climática e para a concretização dos ODS. Em 2025, destaca-se o apoio ao desenvolvimento e operacionalização do mercado, nomeadamente através da realização do evento de lançamento e da divulgação da primeira metodologia de carbono, do desenvolvimento da plataforma de registo de projetos e créditos de carbono, bem como da implementação do sistema de qualificação de verificadores do MVC.

Em conjunto, estas iniciativas refletem o papel da ADENE na promoção da transição energética e da ação climática, através do desenvolvimento e operacionalização de instrumentos que contribuem para a melhoria da eficiência energética, a redução das emissões de GEE e o reforço da capacidade de adaptação às alterações climáticas. A atuação da Agência para a Energia abrange diferentes setores e públicos-alvo, desde os edifícios, a indústria e a Administração Pública, promovendo igualmente a mobilidade sustentável e a economia circular, assim como a adoção de práticas e soluções alinhadas com os objetivos nacionais e europeus de descarbonização e neutralidade carbónica.

INICIATIVAS EM DESTAQUE

Energia que transforma



Implementação do Plano de Eficiência e Descarbonização ECO.AP 2030 da ADENE para o período de 2025–2027.



Reforço da integração dos critérios *Environmental, Social and Governance* (ESG) no SCE, em alinhamento com a taxonomia europeia para o setor bancário.



Participação na conferência sobre sustentabilidade no setor da construção promovida pelo Diário Imobiliário, na Semana da Reabilitação Urbana de Lisboa e do Porto e na conferência Ambiente e Sustentabilidade da Ordem dos Engenheiros Técnicos.

INICIATIVAS EM DESTAQUE

Energia que transforma



Apoio aos Prêmios Nacionais de Reabilitação Urbana 2025, no âmbito dos quais a ADENE assegurou a avaliação dos projetos candidatos na categoria de sustentabilidade.



Desenvolvimento do Roteiro para a Administração Local, apoiando a implementação de medidas de eficiência energética e descarbonização no âmbito do ECO.AP 2030.



Conclusão dos trabalhos preparatórios para a transposição da Diretiva relativa ao desempenho energético dos edifícios (EPBD), incluindo o projeto de diploma e o Plano Nacional de Renovação dos Edifícios.



Publicação do plano de ação para o combate à pobreza energética (PACPE) 2025–2030, reforçando o compromisso com uma transição energética mais justa e inclusiva.



Apoio à transposição da Diretiva Europeia de Energias Renováveis, contribuindo para a aceleração da transição energética.



Capacitação do setor industrial através de workshops sobre eficiência energética desenvolvidos no âmbito do Roteiro da Indústria.

INICIATIVAS EM DESTAQUE

Energia que transforma



No âmbito do casA+, participação na sessão do Pacto de Autarcas sobre o Fundo Verde de Cascais e na Rede EU Peers, no âmbito da European Sustainable Energy Week.



Apoio à criação de critérios ambientais e climáticos para a plataforma "Imóvel + Sustentável" da ANAI, em alinhamento com a Taxonomia Europeia, e à capacitação de avaliadores imobiliários.



Realização de workshops dirigidos a empresas com os temas "Novos aderentes" e "Marcação CE" no âmbito do CLASSE+.



Apoio à elaboração do Plano Social para o Clima, contribuindo para o desenvolvimento de medidas nas áreas dos edifícios e da mobilidade.



Promoção da mobilidade sustentável através da parceria com a Fleet Magazine na atribuição do "Prémio Frota Verde" dos Fleet Awards Portugal.



Contributo técnico em dois episódios do Minuto Energia (uma parceria RTP e ADENE), nomeadamente sobre boas práticas de mobilidade sustentável, incluindo uma frota classificada com o MOVE+, e o papel do Mercado Voluntário de Carbono na transição climática.

INICIATIVAS EM DESTAQUE

Energia que transforma



Participação em eventos, no âmbito do MOVE+, incluindo a conferência "Desafios no setor automóvel e na mobilidade elétrica em 2025", o "Seminário de Transporte Rodoviário (Passageiros e Mercadorias)" e o evento "Pesados com Pegada Leve".



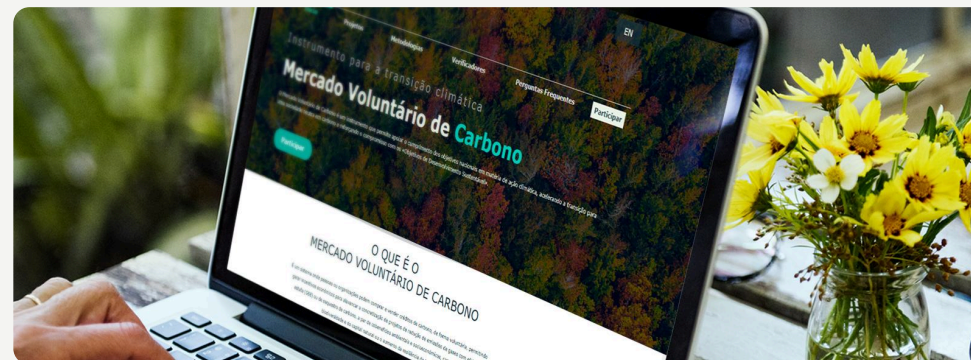
Lançamento do MOVE+ Empresas, o novo sistema de avaliação e classificação da ADENE para apoiar as organizações na transição para modelos de mobilidade mais sustentáveis e eficientes.



Conclusão e divulgação do estudo "Mobilidade Sustentável no setor do Turismo 2024", desenvolvido em parceria com o Turismo de Portugal, sobre as práticas de mobilidade em alojamentos turísticos.



Lançamento do Mercado Voluntário de Carbono (MVC), com a apresentação da plataforma de registo de projetos e créditos de carbono e da primeira metodologia nacional.



Participação em eventos, no âmbito do MVC, incluindo "Rumo ao Net Zero: soluções de base natural para a captura de CO2", "Carbono e biodiversidade: mecanismos de mercado para financiar a natureza e o clima", "V Simpósio Nacional da Castanha" e "Agroglobal 2025".

07 — INFORMAÇÕES AMBIENTAIS

7.1.2.4 Investimento no âmbito das alterações climáticas e poluição do ar

De acordo com o Plano de Atividades e Orçamento (PAO), o investimento planeado para o período de 2025–2027 ascende a cerca de 3,5 milhões de euros, concentrando-se maioritariamente no desenvolvimento, modernização e evolução dos sistemas e plataformas digitais que suportam a atividade da ADENE.

Tabela 7. Investimento total 2025–2027 (PAO 2025)

Unidade €

Investimento Total	Executado 2023	PAO 2024	Executado 2024 Est.	% Execução	PAO 2025–2027			Total
					2025	2026	2027	
		(1)	(2)	(3)=(2)/(1)				2025–2027
Energia	22.621,83	934.212,10	823.986,32	88,2%	866.227,24	872.571,53	327.331,51	2.066.130,28
Gestão de Sistemas e Certificação	7.136,83	584.291,40	783.596,08	134,1%	710.969,00	869.319,50	326.518,50	1.906.807,00
Desenvolvimento e Inovação	0,00	68.111,00	24.390,24	35,8%	24.390,24	3.252,03	813,01	28.455,28
Apoio ao desenho e Implementação de Políticas Públicas	1.485,00	126.941,40	0,00	0,0%	90.868,00	0,00	0,00	90.868,00
Formação e Qualificação	14.000,00	13.561,60	16.000,00	118,0%	0,00	0,00	0,00	0,00
Educação e Informação	0,00	141.306,70	0,00	0,0%	40.000,00	0,00	0,00	40.000,00
Hídrica	42.317,48	23.867,60	24.592,73	103,0%	76.317,58	20.000,00	20.000,00	116.317,58
Gestão de Sistemas e Certificação	10.930,11	15.867,60	0,00	0,0%	76.317,58	20.000,00	20.000,00	116.317,58
Desenvolvimento e Inovação	31.387,37	8.000,00	24.592,73	>300%	0,00	0,00	0,00	0,00
OLMC	95.506,00	232.725,70	274.666,67	118,0%	195.121,95	340.000,00	220.000,00	755.121,95
Suporte	61.312,72	178.233,50	188.831,49	105,9%	324.833,33	120.833,33	122.333,33	568.000,00
Digitalização e Sistemas de Informação	46.820,00	79.110,20	127.219,32	160,8%	241.500,00	82.500,00	84.000,00	408.000,00
Qualidade da Gestão dos Processos	2.880,00	940,80	550,00	58,5%	33.333,33	33.333,33	33.333,33	100.000,00
Melhoria Contínua do Sistema Orçamental e de Reporte	11.612,72	18.844,20	61.062,17	>300%	0,00	5.000,00	5.000,00	10.000,00
Instalações e Recursos Materiais	0,00	0,00	0,00	0,0%	0,00	0,00	0,00	0,00
Recrutamento e Capacitação de Valor Acrescentado	0,00	79.338,30	0,00	0,0%	50.000,00	0,00	0,00	50.000,00
Investimento Total	221.758,03	1.369.038,90	1.312.077,21	95,8%	1.462.500,10	1.353.404,86	689.664,84	3.505.569,81

07 — INFORMAÇÕES AMBIENTAIS

Importa salientar que o PAO organiza os investimentos por áreas de atuação e eixos de reporte (energia, hídrica, OLMC e suporte), não contemplando a sua desagregação por iniciativas ou projetos individuais.

No eixo Energia, destacam-se os investimentos previstos associados à gestão de sistemas e certificação, incluindo a evolução do SCE, do SGCIE, do portal casA+, dos sistemas de classificação voluntária eCIRCULAR, MOVE+ e CLASSE+, bem como da plataforma do Mercado Voluntário de Carbono. Estes investimentos visam reforçar a digitalização dos serviços, otimizar processos, aumentar a capacidade de resposta dos sistemas e assegurar a conformidade com novos requisitos regulamentares.

No eixo Hídrica, os investimentos previstos para 2025 incidiam sobretudo na evolução da plataforma AQUA+, através do desenvolvimento de novas funcionalidades e da adaptação às metodologias existentes e futuras.

No âmbito da OLMC, os investimentos previstos destinavam-se à manutenção evolutiva e à reengenharia de processos, em alinhamento com as orientações da ERSE.

Por sua vez, na área de Suporte, os investimentos concentravam-se sobretudo na digitalização e modernização interna da Agência para a Energia, incluindo a implementação de soluções de gestão documental e arquivo eletrónico, o desenvolvimento do portal do colaborador e o reforço dos sistemas de informação e reporte, contribuindo para a melhoria da eficiência operacional e da gestão organizacional.

De acordo com o Relatório de Atividades e Contas (RAC) de 2025, os eixos de reporte que mais contribuíram para o investimento total da ADENE foram a Energia (51,2%), o Suporte (28,0%), e o OLMC (12,7%), enquanto o eixo Hídrica representou apenas 8,1% do investimento realizado.

Em 2025, os ativos intangíveis representaram 71,7% do investimento total, enquanto os ativos tangíveis corresponderam a 28,3%. Apesar do investimento realizado ter ficado aquém do inicialmente previsto no PAO, em resultado de atrasos em procedimentos de contratação pública e do adiamento ou não concretização de algumas iniciativas, os investimentos efetuados permitiram dar continuidade à modernização tecnológica da Agência e ao desenvolvimento dos sistemas que suportam a sua atividade.

No eixo Energia, destacam-se os investimentos associados ao desenvolvimento da plataforma do Mercado Voluntário de Carbono, à conclusão da nova plataforma CLASSE+, à evolução da plataforma MOVE+, à melhoria do portal Poupa Energia e à plataforma de gestão da formação da Academia ADENE. Paralelamente, prosseguiu a reformulação do portal do Observatório da Energia, através do desenvolvimento de novos conteúdos e funcionalidades.

No eixo Hídrica, os investimentos realizados estiveram associados à evolução da plataforma AQUA+ e à adaptação dos sistemas de suporte ao Compromisso com a Eficiência Hídrica.

No âmbito do OLMC, os investimentos efetuados centraram-se na manutenção evolutiva do portal OLMC e no reforço dos serviços de operação, suporte e manutenção, contribuindo para a sua fiabilidade e capacidade operacional.

Ao nível do Suporte, destacam-se os investimentos realizados na renovação do parque informático da ADENE, incluindo a aquisição de equipamentos informáticos e periféricos, contribuindo para a modernização das infraestruturas tecnológicas e para o reforço das condições de suporte às atividades da Agência para a Energia.

De forma transversal, os investimentos concretizados em 2025 contribuíram para a digitalização dos processos, a melhoria da qualidade dos serviços disponibilizados e o reforço dos instrumentos de apoio à transição energética.

07 — INFORMAÇÕES AMBIENTAIS

De acordo com o Relatório de Atividades e Contas (RAC) de 2025, os eixos de reporte na área dos investimentos são: energia, hídrica, OLMC e suporte. De forma transversal, os investimentos concentrados em 2025 contribuíram para a digitalização dos processos, a melhoria da qualidade dos serviços disponibilizados e o reforço dos instrumentos de apoio à transição energética.

Tabela 8. Investimentos realizados 2025 (RAC 2025)

Valores em €

Investimento Total	2025		2024		Δ
	Executado (1)	PAO (2)	Executado (3)	Exec vs PAO (1-2)/(2)	2025 vs 2024 (1-3)/(3)
Energia	289.358,97	866.227,24	390.868,77	-66,6%	-26,0%
Apoio ao desenho e Implementação de Políticas Públicas	36.337,72	90.868,00	58.354,57	-60,0%	-37,7%
Desenvolvimento e Inovação	6.626,63	24.390,24	23.796,81	-72,8%	-72,2%
Educação e Informação	23.716,68	40.000,00	0,00	-40,7%	
Formação e Qualificação	20.000,00	0,00	6.000,00		233,3%
Gestão de Sistemas e Certificação	202.677,94	710.969,00	302.717,39	-71,5%	-33,0%
Hídrica	45.904,70	76.317,58	52.208,06	-39,9%	-12,1%
Desenvolvimento e Inovação	0,00	0,00	2.477,61		-100,0%
Gestão de Sistemas e Certificação	45.904,70	76.317,58	49.730,45	-39,9%	-7,7%
OLMC	71.587,50	195.121,95	160.137,50	-63,3%	-55,3%
Suporte	157.907,45	324.833,33	21.927,00	-51,4%	>300%
Digitalização e Sistemas de Informação	157.907,45	241.500,00	21.927,00	-34,6%	>300%
Instalações e Recursos Materiais	0,00	0,00	0,00		
Melhoria contínua do sistema orçamental e de reporte	0,00	0,00	0,00		
Qualidade da Gestão e dos Processos	0,00	33.333,33	0,00	-100,0%	
Recrutamento e capacitação de valor acrescentado	0,00	50.000,00	0,00	-100,0%	
Total Investimento	564.758,62	1.462.500,10	625.141,33	-61,4%	-9,7%

7.1.3 Métricas e metas

7.1.3.1 Metas relacionadas com a mitigação e adaptação às alterações climáticas

A tabela seguinte apresenta as metas definidas pela ADENE no âmbito do Plano de Eficiência e Descarbonização (PED) ECO.AP 2030 para o triénio 2025–2027, tendo por referência o ano de 2023 para o consumo de energia.

Tabela 9. Metas de consumo de energia

Identificação	Consumo 2023 (tep/ano)	Metas 2025	Metas 2026	Metas 2027
Energia nas instalações (não renovável)	30,47	0,3	0,3	0,3
Energia nas instalações (renovável)	-			
Energia nas frotas	5,41	-	0,86	1,06

Os anos de referência são comuns a todas as entidades públicas abrangidas pelo Programa ECO.AP 2030. Para o triénio 2025–2027, foi definido como ano de referência o ano de 2023, por corresponder ao último ano com informação completa disponível à data de elaboração e submissão dos PED ECO.AP 2030, cujo prazo decorreu até 31/12/2024. Neste contexto, os valores de referência utilizados para monitorização e avaliação mantêm-se inalterados ao longo do triénio.

Este plano estabelece ainda metas específicas de redução de emissões de GEE, definidas de acordo com a metodologia ECO.AP 2030 e tendo por referência o ano de 2023.

Tabela 10. Metas de redução anual de GEE

Impacte	GEE 2023 (tCO _{2e} /ano)	Metas 2025	Metas 2026	Metas 2027
Energia instalações (não renovável)	35,44	0,35	0,35	0,35
Energia frotas	15,24	-	2,52	3,10

Importa salientar que as metas definidas pela ADENE não resultam da aplicação de metodologias científicas alinhadas com o objetivo de limitar o aumento da temperatura global a 1,5 °C, nem se encontram associadas a referenciais setoriais específicos. Os objetivos estabelecidos centram-se na melhoria da eficiência na utilização de recursos e na redução das emissões associadas à atividade da Agência.

07 — INFORMAÇÕES AMBIENTAIS

A sua definição seguiu a metodologia aprovada pela Comissão de Coordenação do ECO.AP 2030, constituída pela Direção-Geral de Energia e Geologia (DGEG) e pela Agência Portuguesa do Ambiente (APA), descrita no respetivo PED ECO.AP 2030 da ADENE.

Importa referir que, no âmbito do programa ECO.AP 2030, foi estabelecida a meta de redução do consumo de energia primária em 40% nas entidades públicas até 2030, tendo por referência o ano de 2019. Adicionalmente, encontra-se definida a meta de redução anual de 1,9% do consumo total de energia final a partir de 2025, face ao consumo registado em 2021.

Adicionalmente, o processo de definição das metas não recorreu à modelação de cenários climáticos nem incorporou pressupostos críticos suscetíveis de influenciar materialmente os resultados projetados.

Complementarmente às metas de redução de consumos e emissões estabelecidas no âmbito PED ECO.AP 2030, a ADENE definiu um conjunto de metas operacionais associadas aos seus principais instrumentos, programas e iniciativas. As tabelas seguintes apresentam as metas estabelecidas para 2025, os resultados alcançados e o respetivo grau de concretização.

Tabela 11. Sistemas de classificação voluntária e portais

Indicador	Realizado 2024	Realizado 2025	Metas 2025	Grau realiz.	Evol. 2024
N.º de etiquetas emitidas pelo CLASSE+	136.746	124.791	100.000	124,8%	-8,7%
N.º de viaturas classificadas pelo MOVE+	8.163	4.052	7.000	57,9%	-50,4%
N.º de pedidos de adesão no portal casA+	7.428	9.402	10.000	94,0%	+26,6%
N.º de organizações classificadas pelo eCIRCULAR	37	13	40	32,5%	-64,9%

Tabela 12. Metas e desempenho relativo ao SGCIE

Indicador	Realizado 2024	Realizado 2025	Metas 2025	Grau realiz.	Evol. 2024
N.º de Planos de Racionalização de Energia (PREn)	155	161	96	167,7%	+3,9%
N.º de Relatórios de Execução e Progresso (REP)	250	311	1.007	30,7%	+24,4%
N.º de visitas técnicas realizadas	43	49	50	98,0%	+14,0%

07 — INFORMAÇÕES AMBIENTAIS

Tabela 13. Metas e desempenho relativos ao SCE

Indicador	Realizado 2024	Realizado 2025	Metas 2025	Grau realiz.	Evol. 2024
N.º de certificados emitidos	249.625	262.015	-	-	+5,0%
N.º de processos de verificação da qualidade	654	58	840	6,9%	-91,1%

Tabela 14. Metas e desempenho relativos aos instrumentos, programas e iniciativas de política pública

Indicador	Realizado 2024	Realizado 2025	Metas 2025	Grau realiz.	Evol. 2024
N.º de simulações no Poupa Energia	119.382	96.839	120.000	80,7%	-18,9%
N.º de ações de capacitação no âmbito do autoconsumo coletivo (ACC) e das comunidades de energia renovável (CER)	9	12	12	100,0%	+33,3%
N.º de ações de capacitação no âmbito da pobreza energética	7	6	10	60,0%	-14,3%

Tabela 15. Metas e desempenho relativo ao programa ECO.AP 2030

Indicador	Realizado 2024	Realizado 2025	Metas 2025	Grau realiz.	Evol. 2024
N.º de entidades registadas no Barómetro ECO.AP	798	861	850	101,3%	+7,9%
N.º de instalações registadas no Barómetro ECO.AP	15.103	14.574	15.000	97,2%	-3,5%
N.º de GER registados no Barómetro ECO.AP	698	757	700	108,1%	+8,5%
N.º de documentos técnicos de apoio a Partes Interessadas	9	5	2	250,0%	-44,4%

7.1.3.2 Consumo e mix energético

A tabela seguinte apresenta a evolução do consumo energético da ADENE entre 2023 e 2025, desagregado por fonte de energia renovável e não renovável.

Tabela 16. Consumo de energia por fonte³

	2023	2024	2025	Evol. 2024
(1) Consumo de combustível proveniente do carvão e produtos do carvão (MWh)	0	0	0	-
(2) Consumo de combustível proveniente do petróleo bruto e de produtos petrolíferos (MWh)	59,2	61,4	64,3	+4,7%
(3) Consumo de combustível proveniente do gás natural (MWh)	0	0	0	-
(4) Consumo de combustível proveniente de outras fontes fósseis (MWh)	0	0	0	-
(5) Consumo de eletricidade, calor, vapor e arrefecimento comprados ou de fontes fósseis (MWh)	85,3	0	0	-
(6) Consumo total de combustível de fontes fósseis (Soma 1-5) (MWh)	144,5	61,4	64,3	+4,7%
Percentagem do consumo de energia fóssil no consumo total (%)	71,4%	29,4%	28,3%	-3,7%
(7) Consumo total de energia proveniente de energia nuclear (MWh)	10,8	0	0	-
Percentagem do consumo de energia nuclear no consumo total (%)	5,4%	0	0	-
(8) Consumo de combustível de fontes renováveis, incluindo biomassa, biocombustíveis, biogás, hidrogénio renovável, etc. (MWh)	0	0	0	-
(9) Consumo de eletricidade, calor, vapor e arrefecimento de fontes renováveis (MWh)	47,1	147,3	162,6	+10,4%
(10) Consumo de energia renovável não proveniente de combustíveis gerada pelo próprio (MWh)	0	0	0	-
(11) Consumo total de energias renováveis (soma 8-10) (MWh)	47,1	147,3	162,6	+10,4%
Percentagem do consumo de energias renováveis no consumo total (%)	23,3%	70,6%	71,7%	+1,5%
Total de energia consumida (MWh)	202,4	208,7	226,8	+8,7%
Intensidade energética (MWh/M€)	55,3	45,8	85,6	+87,0%

³ Importa referir que os consumos de energia relativos aos anos de 2023 e 2024 foram recalculados para efeitos do presente relatório. Esta revisão decorre, por um lado, da correção de um lapso identificado no cálculo dos consumos energéticos da frota automóvel, no qual foi incorretamente aplicado o fator de conversão entre tep e kWh à gasolina. Por outro lado, os consumos de energia relativos a 2024 foram igualmente atualizados na sequência da receção de uma fatura de regularização posterior à elaboração do Relatório de Sustentabilidade de 2024, a qual implicou a revisão dos consumos reportados para esse ano. Consequentemente, procedeu-se à atualização dos valores reportados para aqueles anos, assegurando a consistência e comparabilidade da informação apresentada.

07 — INFORMAÇÕES AMBIENTAIS

Em 2024, o consumo total de energia da ADENE ascendeu a 208,7 MWh, dos quais 29,4% correspondiam a fontes fósseis (61,4 MWh) e 70,6% a fontes renováveis (147,3 MWh).

Em 2025, observou-se uma alteração no perfil de consumo energético. O consumo total aumentou para 226,8 MWh, correspondendo a um acréscimo de 8,7% face a 2024. As fontes fósseis mantiveram uma expressão semelhante ao ano anterior, totalizando 64,3 MWh (28,3% do consumo total), associadas exclusivamente ao consumo de gasolina na frota automóvel. Por sua vez, as fontes renováveis continuaram a representar a principal componente do consumo energético da ADENE, atingindo 162,6 MWh (71,7% do consumo total), provenientes da aquisição de eletricidade, calor e vapor de origem renovável.

No que respeita à intensidade do consumo de energia, medida em MWh/M €, verificou-se um aumento de 45,8 MWh/M € em 2024 para 85,6 MWh/M € em 2025. Esta evolução resulta da combinação entre o consumo de energia registado e a variação dos resultados líquidos da ADENE no período em análise, traduzindo-se num aumento do consumo energético por unidade de rendimento gerado.

Este indicador foi calculado com base nos resultados líquidos reportados nos RAC da ADENE, que ascenderam a 4.561.000 € em 2024 e a 2.651.000 € em 2025.

Tabela 17. Consumo de energia nas instalações da ADENE

Ano	Consumo de energia (tep)	Consumo de energia (kWh)	Evolução face ao ano anterior
2023	30,5	141.743,3	
2024	30,8	143.295,7	+1,1%
2025	34,4	159.950,9	+11,6%

Em 2025, o consumo total de energia da ADENE associado às instalações, incluindo os espaços de utilização exclusiva e as áreas comuns do edifício, ascendeu a 34,4 tep, correspondentes a 159.950,9 kWh. Importa salientar que, à semelhança dos anos anteriores, este valor resulta de uma estimativa baseada na proporção de área ocupada pela Agência para a Energia no edifício (25,3%), não correspondendo a uma medição direta dos consumos.

Comparativamente a 2024, verificou-se um aumento do consumo de energia nas instalações, que passou de 30,8 tep para 34,4 tep, correspondendo a um acréscimo de aproximadamente 11,6%. Este aumento poderá estar relacionado com uma maior utilização de equipamentos. Contudo, importa referir que os consumos reportados resultam de uma afetação proporcional baseada na área ocupada pela ADENE, pelo que a evolução observada não reflete necessariamente, de forma exclusiva, alterações nos consumos diretamente imputáveis à Agência.

Tabela 18. Consumo da frota da ADENE

Ano	Gasolina (tep)	Gasolina (kWh)	E. elétrica (tep)	E. elétrica (kWh)	Total (tep)	Total (kWh)	Evolução face ao ano anterior
2023	5,1	59.186,0	0,3	1.488,4	5,4	25.172,4	-
2024	5,3	61.395,3	0,9	4.000,0	6,1	65.395,3	+7,8%
2025	5,5	64.266,7	0,6	2.621,9	6,1	66.888,6	+2,3%

07 — INFORMAÇÕES AMBIENTAIS

No que respeita à frota automóvel, o consumo total de energia foi de 66.888,6 kWh em 2025, registando um ligeiro aumento face aos 65.395,4 kWh verificados em 2024. No entanto, observou-se uma alteração na composição das fontes energéticas utilizadas. Em termos de composição, a gasolina manteve-se como a principal fonte energética da frota, aumentando a sua representatividade de cerca de 94% em 2024 para 96% em 2025. Em sentido inverso, a energia elétrica diminuiu de cerca de 6% para 4% do consumo total da frota. Assim, verificou-se uma redução da utilização relativa de energia elétrica no período em análise.

Importa referir que a ADENE não dispõe de fontes próprias de produção de energia renovável nas suas instalações.

Relativamente aos quilómetros percorridos pela frota, não existe um registo sistemático direto dessa informação. Contudo, é efetuada uma estimativa com base nos consumos de combustível registados, recorrendo a um método de cálculo que permite aproximar a distância percorrida. Com base nesta metodologia, estima-se que a frota tenha percorrido cerca de 135.500 km em 2025, valor superior aos 116.579 km estimados em 2024. Este aumento sugere uma maior utilização dos veículos da Agência para a Energia, em linha com a evolução observada nos consumos energéticos associados à frota.

7.1.3.3 Emissões brutas de GEE dos âmbitos 1, 2 e total

Para o cálculo das emissões de gases com efeito de estufa (GEE) da ADENE, relativas ao período de 2023 a 2025, foi adotada uma metodologia baseada na multiplicação dos consumos energéticos pelos respetivos fatores de emissão, em conformidade com os princípios e orientações estabelecidos pelo Greenhouse Gas Protocol (GHG Protocol). Esta abordagem assegura a consistência, transparência e comparabilidade dos resultados obtidos.

Os cálculos tiveram por base os consumos de energia associados às instalações da ADENE e à frota automóvel, abrangendo quer os combustíveis fósseis, quer a eletricidade utilizada. Os fatores de emissão aplicados refletem as diferentes fontes energéticas consideradas, permitindo estimar as emissões de GEE associadas às atividades da Agência.

Para o cálculo das emissões de GEE foram utilizados os seguintes fatores de emissão (2023 a 2025)⁴:

Âmbito 1

Fonte: Portugal. 2026 Common Reporting Table, United Nations Climate Change.

CO₂: 72,43564 t/TJ | CH₄: 0,00685 t/TJ | N₂O: 0,00109 t/TJ

Âmbito 2

Método de mercado: 0 gCO₂/kWh, considerando o fornecimento de eletricidade 100% renovável pela Iberdrola e pela GALP, de acordo com a informação constante nas respetivas faturas. Para o ano de 2023, 77 gCO₂/kWh com base no Relatório de Gases de Efeito Estufa - Inventário 2023 da Iberdrola.

Método baseado na localização: 92 gCO₂/kWh, de acordo com o fator de emissão publicado pela Agência Portuguesa do Ambiente (APA)⁵.

A abordagem adotada permite estimar as emissões de GEE associadas às atividades da ADENE de forma consistente e transparente, constituindo um instrumento de apoio à monitorização do desempenho carbónico da Agência para a Energia e à definição de objetivos de descarbonização e eficiência energética.

⁴ Importa referir que as emissões GEE para os anos de 2023 e 2024 foram recalculadas para efeitos do presente relatório, com base nos fatores de emissão atualmente disponíveis. Esta revisão decorre do facto de, no Relatório de Sustentabilidade de 2024, terem sido utilizados fatores de emissão divulgados pela APCER para o cálculo das emissões de âmbito 2 pelo método baseado na localização, os quais deixaram de estar disponíveis através da mesma fonte. Adicionalmente, foram igualmente atualizados os fatores de emissão aplicados ao âmbito 1. Consequentemente, os valores de emissões reportados para 2023 e 2024 apresentam diferenças face aos divulgados no Relatório de Sustentabilidade de 2024. Os valores apresentados no presente relatório foram calculados de forma consistente, assegurando a comparabilidade entre os exercícios de 2023, 2024 e 2025.

Tabela 19. Pegada de carbono da ADENE

		2023 (tCO ₂ e)	2024 (tCO ₂ e)	2025 (tCO ₂ e)	Evolução face a 2024
Diretas	Emissões brutas de GEE de âmbito 1	15,4	16,0	16,8	+4,7%
	Emissões brutas de GEE de âmbito 2 baseadas no mercado	11,1	0	0	-
	Emissões brutas de GEE de âmbito 2 baseadas na localização	13,2	13,6	15,0	+10,4%
Total das emissões de GEE (método de mercado)		26,5	16,0	16,8	+4,7%
Total das emissões de GEE (método de localização)		28,6	29,6	31,7	+7,3%

Importa referir que as diferenças entre os valores de 35,4 tCO₂eq associados ao consumo de energia nas instalações e de 15,2 tCO₂eq associados à energia consumida pela frota (50,7 tCO₂eq no total), apurados de acordo com a metodologia ECO.AP 2030, e os valores de 26,5 tCO₂eq (método de mercado) e 28,6 tCO₂eq (método baseado na localização) calculados segundo o GHG Protocol para o ano de 2023, resultam da aplicação de metodologias distintas, que recorrem a pressupostos, critérios de cálculo e fatores de emissão específicos.

Estas abordagens refletem objetivos distintos. Por um lado, a metodologia ECO.AP 2030, orientada para a monitorização e descarbonização da Administração Pública e, por outro, o GHG Protocol, que prevê a quantificação das emissões de âmbito 2 através dos métodos baseados na localização e no mercado. Consequentemente, os resultados obtidos são tecnicamente distintos, embora igualmente válidos para os respetivos fins de reporte e monitorização.

⁵ Dado que a APA não publicou, até à data da elaboração do presente relatório, o fator de emissão de GEE para o setor energético em Portugal referente a 2025, o cálculo das emissões de âmbito 2, pelo método da localização, foi efetuado com base no fator de emissão mais recente disponível, correspondente ao ano de 2023.

Em 2025, as emissões diretas de GEE da ADENE (âmbito 1), associadas principalmente ao consumo de combustíveis na frota automóvel, ascenderam a 16,8 tCO₂e, representando um aumento de 4,7% face aos valores registados em 2024.

Relativamente às emissões indiretas associadas ao consumo de eletricidade (âmbito 2), os resultados diferem consoante a metodologia utilizada. Pelo método de mercado, as emissões mantiveram-se em 0 tCO₂e em 2025, à semelhança do verificado em 2024, refletindo a aquisição de eletricidade de origem renovável. Já pelo método baseado na localização, as emissões ascenderam a 15,0 tCO₂e, face a 13,6 tCO₂e em 2024, representando um aumento de 10,4%, em linha com o aumento do consumo de energia verificado.

Em resultado desta evolução, as emissões totais de GEE calculadas segundo o método de mercado totalizaram 16,8 tCO₂e em 2025, ligeiramente acima do valor registado em 2024, mas significativamente abaixo dos valores registados em 2023 (26,5 tCO₂e). Por sua vez, as emissões totais apuradas segundo o método baseado na localização ascenderam a 31,7 tCO₂e em 2025, acima dos valores observados em 2024 (29,6 tCO₂e) e em 2023 (28,6 tCO₂e).

As diferenças observadas entre os dois métodos de contabilização resultam da aplicação de fatores de emissão distintos para a eletricidade consumida, refletindo, respetivamente, as características específicas do fornecimento contratado (método de mercado) e o fator médio de emissão da rede elétrica nacional (método baseado na localização).

Tabela 20. Intensidade de GEE por receita líquida

Intensidade de GEE por receita líquida	2023 (tCO ₂ e/M€)	2024 (tCO ₂ e/M€)	2025 (tCO ₂ e/M€)	Evolução face a 2024
Emissões totais de GEE (baseadas no mercado) por receita líquida	7,3	3,5	6,3	+80,1%
Emissões totais de GEE (baseadas na localização) por receita líquida	7,8	6,5	12,0	+84,6%

Em 2025, a intensidade das emissões de GEE por unidade de receita líquida aumentou face ao ano anterior. Com base no método de mercado, este indicador passou de 3,5 tCO₂e/M€ em 2024 para 6,3 tCO₂e/M€, correspondendo a um aumento de 80,1%. Por sua vez, segundo o método baseado na localização, a intensidade passou de 6,5 tCO₂e/M€ para 12,0 tCO₂e/M€ no mesmo período. Esta evolução resulta, por um lado, do aumento das emissões de GEE, e, por outro, da redução dos rendimentos líquidos da Agência em 2025.

7.1.3.4 Remoções de GEE e projetos de atenuação de GEE financiados através de créditos de carbono

Em 2025, não foram desenvolvidos projetos de remoção de GEE, nem adquiridos ou utilizados créditos de carbono para compensação das emissões geradas pela atividade da ADENE.

7.1.3.5 Fixação interna do preço do carbono

A ADENE não aplica mecanismos internos de fixação de preços de carbono, pelo que os custos associados às emissões de GEE não são considerados nos processos de tomada de decisão através da atribuição de um preço interno de carbono.

7.1.3.6 Efeitos financeiros previstos dos riscos materiais físicos e de transição e potenciais oportunidades relacionadas com o clima

Até à data, a ADENE não realizou uma avaliação específica dos efeitos financeiros associados a riscos físicos relacionados com as alterações climáticas, designadamente fenómenos meteorológicos extremos. Do mesmo modo, não foram quantificados os potenciais efeitos financeiros associados a riscos de transição, incluindo alterações regulamentares, tecnológicas ou de mercado relacionadas com a transição para uma economia de baixo carbono.

Relativamente às oportunidades, o PED ECO.AP 2030 da ADENE estima um conjunto de poupanças monetárias associadas à implementação de medidas de eficiência de recursos. As poupanças anuais estimadas ascendem a 153,24 € no âmbito da eficiência energética das instalações, 1.513,66 € através da implementação do SGF, 504,55 € decorrentes da adoção de práticas de eco-condução, 21,70 € associadas à eficiência hídrica e 166,64 € resultantes da redução do consumo de papel. No conjunto do triénio 2025–2027, estas medidas poderão proporcionar uma poupança acumulada de 4.682,76 €.

7.2 Recursos hídricos e marinhos

7.2.1 Gestão de impactes, riscos e oportunidades

7.2.1.1 Descrição dos processos para identificar e avaliar os impactes, riscos e oportunidades materiais relacionados com os recursos hídricos e marinhos

Dada a natureza da sua atividade, a informação relativa aos recursos hídricos reportada pela ADENE encontra-se maioritariamente associada ao Programa de Eficiência de Recursos e de Descarbonização na Administração Pública para o período até 2030 (ECO.AP 2030). Neste contexto, o processo desenvolvido no âmbito do PED ECO.AP 2030 da ADENE incidiu sobre a caracterização dos consumos de água associados às instalações da Agência para a Energia, com vista à identificação de impactes relevantes e à definição de medidas e metas de melhoria do desempenho. Adicionalmente, destaca-se o contributo do sistema AQUA+ na promoção da eficiência hídrica.

O impacte material identificado relaciona-se exclusivamente com o consumo de água nas instalações da ADENE em Lisboa. Não foram realizadas avaliações específicas relativas à localização das instalações em zonas de stress hídrico ou de risco relacionado com a água, nem foram identificados impactes materiais associados a outras localizações da cadeia de valor.

Atendendo à natureza das suas atividades, a ADENE não identificou impactes materiais relacionados com recursos marinhos, nem utiliza produtos ou serviços relevantes para o bom estado ambiental das águas marinhas ou para a proteção dos recursos marinhos.

7.2.1.2 Políticas relacionadas com os recursos hídricos e marinhos

A ADENE promove a utilização sustentável dos recursos hídricos através do desenvolvimento de iniciativas, projetos e ferramentas que contribuem para a melhoria da eficiência hídrica e para a sensibilização da sociedade para a utilização responsável da água.

No âmbito da gestão dos impactes, riscos e oportunidades associados aos recursos hídricos, a ADENE promove a utilização racional da água nas suas instalações, nomeadamente através de ações de sensibilização para a redução do consumo e para a utilização adequada dos dispositivos hídricos, contribuindo para uma gestão mais eficiente e sustentável deste recurso.

Esta abordagem encontra-se alinhada com a linha orientadora da política de sustentabilidade da ADENE, na dimensão ambiental, relativa à redução do impacte ambiental das suas operações internas, nomeadamente através da implementação do PED ECO.AP 2030 e da adoção de práticas de gestão sustentável dos recursos, nomeadamente dos recursos hídricos, procurando afirmar a Agência para a Energia como uma referência em boas práticas ambientais. Enquadra-se igualmente nos princípios e eixos de intervenção definidos no plano de responsabilidade social da ADENE, que promovem a sustentabilidade ambiental e a consciencialização ecológica através da utilização eficiente dos recursos e da redução dos consumos.

No âmbito do PED ECO.AP 2030, a ADENE assumiu o compromisso de reduzir o consumo de água nas suas instalações em 1% ao ano entre 2025 e 2027, tendo o ano de 2023 como referência. Este compromisso é suportado por medidas de monitorização, gestão eficiente dos consumos e promoção de boas práticas junto dos colaboradores. Não foram identificados impactes materiais relacionados com recursos marinhos, pelo que não existem políticas específicas para este subtema.

7.2.1.3 Ações e recursos relacionados com os recursos hídricos e marinhos

Enquanto entidade agregadora do setor energético e parceira da sustentabilidade, a ADENE desenvolve diversas iniciativas que contribuem para uma utilização mais eficiente e sustentável dos recursos hídricos.

Com vista à promoção de uma utilização mais eficiente da água, no âmbito do PED ECO.AP 2030 da ADENE, encontravam-se previstas ações de sensibilização interna dirigidas aos colaboradores sobre a utilização adequada dos dispositivos hídricos existentes nas instalações sanitárias e copas da Agência para a Energia. Contudo, estas iniciativas não foram realizadas durante o exercício de 2025, mantendo-se a sua implementação prevista para períodos subsequentes.

No domínio da eficiência hídrica, destacam-se o sistema de classificação AQUA+ e o Compromisso com a Eficiência Hídrica, aos quais se juntam outros instrumentos desenvolvidos pela ADENE como o sistema eCIRCULAR e o programa ECO.AP 2030, que integram a avaliação do desempenho hídrico nas suas metodologias.

O sistema AQUA+ avalia o desempenho hídrico de edifícios residenciais e de comércio e serviços, incluindo empreendimentos turísticos e escritórios, contemplando aspetos como a utilização de origens alternativas de água e a adoção de dispositivos de utilização eficiente deste recurso. Em 2025, foram emitidas 1.456 classificações, face a 1.357 classificações em 2024, correspondendo a um aumento de 7,3%. O potencial de poupança de água na totalidade dos imóveis classificados é de 40,4 milhões de litros de água. À semelhança do sistema eCIRCULAR, o AQUA+ pode ser aplicado em qualquer região do território nacional, incluindo áreas sujeitas a maior pressão sobre os recursos hídricos.

O Compromisso com a Eficiência Hídrica promove a utilização eficiente da água no setor do turismo do Algarve, através da implementação de medidas de eficiência hídrica e da atribuição do selo “Save Water” aos estabelecimentos aderentes. No âmbito desta iniciativa, os empreendimentos turísticos e os alojamentos locais comprometem-se a implementar um conjunto de medidas de redução do consumo de água e a monitorizar o seu desempenho hídrico. Desde a criação do Compromisso e até ao final de 2025, foram registadas adesões de 106 empreendimentos turísticos (ET) e 4 alojamentos locais (AL)⁶.

Durante o exercício de 2025, aderiram à iniciativa 4 ET e 4 AL, evidenciando a continuidade do compromisso do setor com a utilização eficiente e sustentável dos recursos hídricos.

Além das iniciativas anteriormente referidas, a ADENE desenvolveu outras ações relevantes no domínio da eficiência hídrica, contribuindo para a integração deste tema em diferentes instrumentos, metodologias e mecanismos de apoio à decisão.

Destacam-se, em particular:

- No âmbito do sistema eCIRCULAR, foram propostas 20 medidas de melhoria relacionadas com a utilização eficiente dos recursos hídricos, reforçando a integração desta temática na avaliação da circularidade das organizações;
- A colaboração com o Banco de Portugal na definição de critérios de sustentabilidade, incluindo critérios de eficiência hídrica, a integrar na orientação técnica para a atribuição de crédito a particulares;
- A definição de critérios de eficiência hídrica a incluir no aviso “Bairros Mais Sustentáveis” do Fundo Ambiental;
- A continuidade dos trabalhos de alargamento do Compromisso com a Eficiência Hídrica, no âmbito do selo Save Water, aos setores do rent-a-car e da animação turística.

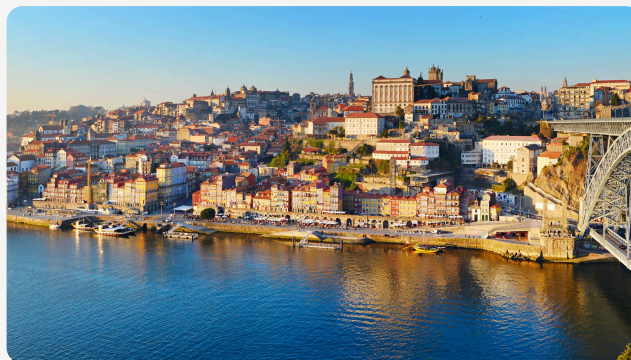
⁶ Importa referir que os dados relativos às adesões ao Compromisso com a Eficiência Hídrica reportados no Relatório de Sustentabilidade de 2024 foram revistos. Em 2024, aderiram à iniciativa 102 empreendimentos turísticos (ET). Em 2025, registaram-se 4 novas adesões de empreendimentos turísticos e 4 de alojamentos locais, totalizando, a 31/12/2025, 106 empreendimentos turísticos e 4 alojamentos locais aderentes.

INICIATIVAS EM DESTAQUE

Impulsionar a eficiência hídrica



Apresentação do AQUA+ nos cursos "Atualização sobre dimensionamento de redes de águas e esgotos em edifícios sustentáveis", promovido pela Ordem dos Engenheiros e pela ANQIP, e "Tourism and Sustainable Water Use: supply, demand and security", da FCT-UNL.



Publicação do artigo "Europa a construir o futuro da água: Portugal em ação pela resiliência hídrica dos edifícios" na revista O Instalador.



Participação no evento "Save Earth – The Real Cost of Comfort – Rethinking Guest Impact" e no webinar "MED Energy Talks – The Importance of the Water-Energy Nexus: Promoting Water Efficiency in the MED Region".



Dinamização de ações de divulgação do Compromisso com a Eficiência Hídrica junto do setor turístico, em parceria com a Região de Turismo do Algarve e o Turismo de Portugal.



Promoção da eficiência hídrica no setor turístico do Algarve através do Compromisso com a Eficiência Hídrica, com reduções de 13% no consumo absoluto de água e de 10% no consumo específico dos empreendimentos aderentes.

7.2.2 Métricas e metas

7.2.2.1 Metas relacionadas com os recursos hídricos e marinhos

No cumprimento da sua atividade, a ADENE definiu metas específicas para a redução do consumo de água nas suas instalações, refletindo o compromisso da Agência para a Energia com a utilização eficiente dos recursos hídricos.

No contexto do PED ECO.AP 2030, a meta estabelecida para 2025 corresponde a uma redução de 1% do consumo de água, equivalente a 4,8 m³/ano, tendo por referência o consumo registado em 2023 (479,1 m³/ano). Importa referir que o consumo de água apurado resulta de uma afetação proporcional baseada na área ocupada pela ADENE no edifício (25,3%), não correspondendo, por isso, a medições diretas de consumo. O valor obtido através desta metodologia foi posteriormente validado no âmbito do sistema AQUA+, reforçando a sua fiabilidade e consistência enquanto indicador de desempenho hídrico.

Para os anos seguintes, 2026 e 2027, mantém-se igualmente definida a meta de redução anual de 1% do consumo de água nas instalações da Agência, tendo por referência o consumo registado em 2023.

No âmbito do programa ECO.AP 2030, encontra-se igualmente estabelecida a meta de redução do consumo de água em 20% nas entidades públicas até 2030, tendo por referência o ano de 2019.

Paralelamente, no âmbito das suas atividades de promoção da eficiência hídrica, a ADENE definiu metas específicas para o sistema AQUA+. Em 2025, foram emitidas 1.456 classificações, ultrapassando a meta definida de 625 imóveis classificados.

Tabela 21. Metas e resultados do sistema de classificação voluntária AQUA+

Indicador	Realizado 2024	Realizado 2025	Metas 2025	Grau realiz.	Evol. 2024
N.º de imóveis classificados pelo AQUA+	1.357	1.456	625	233,0%	+7,3%

Enquanto as metas associadas ao PED ECO.AP 2030 decorrem de obrigações aplicáveis às entidades abrangidas pelo programa ECO.AP 2030, as metas definidas para o sistema AQUA+ e eCIRCULAR assumem um carácter voluntário e encontram-se associadas aos objetivos de desenvolvimento destas iniciativas.

7.2.2.2 Consumo de água

A tabela abaixo reflete o consumo de água na ADENE, no ano 2025, sendo possível comparar com o ano de 2024.

Tabela 22. Consumos de água da ADENE

Indicador	Unidade	2024	2025
(a) Consumo total de água	m³	471,6	558,4
(b) Consumo em zonas com risco hídrico	m³	0	0
(c) Água reciclada e reutilizada	m³	0	0
(d) Água armazenada	m³	0	0
(e) Intensidade do consumo de água	m³/M€	103,4	210,6

Em 2025, o consumo total de água da ADENE aumentou face ao período anterior, passando de 471,6 m³ para 558,4 m³. Considerando a meta definida de redução de 1% do consumo de água face a 2023, correspondente a um consumo máximo de 474,3 m³, o resultado obtido em 2025 não permitiu alcançar a meta estabelecida. À semelhança do consumo de energia, importa referir que os consumos reportados resultam de uma afetação proporcional baseada na área ocupada pela ADENE, pelo que a evolução observada não reflete necessariamente, de forma exclusiva, alterações nos consumos diretamente imputáveis à Agência para a Energia.

Salienta-se que não foi registado consumo de água em zonas com risco hídrico material, incluindo áreas sujeitas a elevado stress hídrico. Do mesmo modo, não se verificou consumo de água reciclada ou reutilizada, nem alterações no armazenamento ou água armazenada.

A intensidade do consumo de água nas operações próprias, medida em metros cúbicos por milhão de euros de resultado líquido, aumentou de 103,4 m³/M€ em 2024 para 210,6 m³/M€ em 2025. Este indicador foi calculado com base nos resultados líquidos reportados pela ADENE no RAC referente ao mesmo ano. A evolução observada resulta do aumento do consumo de água verificado nas instalações da Agência, conjugado com a diminuição dos resultados líquidos registados em 2025 (2.651.000 €).

Em 2025, a ADENE não registou qualquer captação ou descarga direta de água associada às suas atividades. Este facto decorre da natureza das operações da Agência, assentes essencialmente em atividades de carácter administrativo e técnico, que não envolvem processos produtivos ou utilizações de água suscetíveis de originar captações diretas ou descargas para o meio hídrico.

7.2.2.3 Efeitos financeiros previstos de riscos e oportunidades relacionados com os recursos hídricos e marinhos

Não foram identificados nem quantificados efeitos financeiros materiais associados a riscos relacionados com os recursos hídricos ou marinhos.

Relativamente às oportunidades associadas à melhoria da eficiência hídrica, o Plano de Eficiência e Descarbonização ECO.AP 2030 da ADENE estima uma poupança anual de 21,7 €, resultante da implementação de ações de sensibilização dirigidas aos colaboradores para a utilização eficiente da água. Contudo, as ações previstas para 2025 não foram concretizadas durante o período em análise, pelo que as poupanças estimadas associadas à sua implementação não foram alcançadas neste exercício, mantendo-se a sua concretização prevista para períodos subseqüentes.

7.3 Utilização dos recursos e economia circular

7.3.1 Gestão de impactes, riscos e oportunidades

7.3.1.1 Descrição dos processos de identificação e avaliação dos impactes, riscos e oportunidades materiais relacionados com a utilização dos recursos e com a economia circular

Dada a natureza da atividade da ADENE, a informação reportada sobre a utilização de recursos e economia circular encontra-se maioritariamente associada ao Programa de Eficiência de Recursos e de Descarbonização na Administração Pública (ECO.AP 2030).

Nesse âmbito, a Agência para a Energia monitoriza o consumo de materiais, incluindo papel e produtos de uso único, e estabelece metas para a sua redução. Paralelamente, promove a adoção de boas práticas relacionadas com a utilização eficiente de recursos e com a economia circular. Estas iniciativas permitem identificar oportunidades de melhoria associadas à redução do consumo de recursos, à diminuição de custos e à adoção de práticas mais sustentáveis, destacando-se o contributo do sistema eCIRCULAR.

Os impactes, riscos e oportunidades materiais identificados neste domínio encontram-se maioritariamente associados às operações próprias da ADENE, em particular às suas instalações, onde se concentra o consumo de materiais e onde são implementadas as principais medidas de promoção da eficiência de recursos e da circularidade.

7.3.1.2 Políticas relacionadas com a utilização de recursos e a economia circular

As atividades da ADENE no domínio da utilização eficiente dos recursos encontram-se enquadradas no PED ECO.AP 2030. Para o triénio 2025–2027, a Agência para a Energia definiu metas associadas à redução do consumo de energia, água, materiais de impressão e copos de uso único, reforçando o seu compromisso com a utilização sustentável dos recursos e a redução dos impactes ambientais associados às suas operações.

Esta abordagem encontra-se igualmente alinhada com a política de sustentabilidade e com o Plano de Responsabilidade Social da ADENE, que promovem a integração de princípios de sustentabilidade ambiental na gestão interna da Agência para a Energia. Neste âmbito, são privilegiadas medidas orientadas para a utilização eficiente dos recursos, a redução dos consumos e a adoção de práticas que contribuam para minimizar os impactes ambientais das atividades da Agência, reforçando simultaneamente a sensibilização e o envolvimento dos colaboradores nestas matérias.

Paralelamente, o sistema eCIRCULAR, aplicado internamente pela ADENE, promove a adoção de práticas alinhadas com os princípios da economia circular através da avaliação do desempenho das organizações em matéria de circularidade.

07 — INFORMAÇÕES AMBIENTAIS

Embora não exista uma meta quantitativa explícita para o aumento da utilização de recursos secundários (reciclados), as metas definidas para a redução do consumo de materiais, nomeadamente de papel e de copos de uso único, contribuem para uma utilização mais eficiente dos recursos e para a diminuição da dependência de matérias-primas virgens. Adicionalmente, a utilização de energia elétrica de origem renovável nas instalações e a integração de viaturas elétricas e híbridas na frota da Agência para a Energia refletem uma abordagem orientada para um aprovisionamento e utilização mais sustentáveis dos recursos energéticos.

As atividades da ADENE no domínio da gestão de materiais centram-se, sobretudo, na prevenção e redução do consumo de recursos, em alinhamento com os princípios de economia circular e da hierarquia dos resíduos. Neste contexto, destacam-se iniciativas relacionadas com a redução do consumo de papel (impressões) e de produtos de uso único, bem como a disponibilização de alternativas reutilizáveis aos colaboradores. Entre estas incluem-se garrafas de vidro, chávenas e copos de cerâmica, incentivando a substituição gradual de artigos descartáveis e promovendo hábitos de consumo mais sustentáveis no contexto das atividades diárias da Agência para a Energia. Importa ainda referir que a ADENE recorre à contratação de serviços de impressão em regime de locação, em detrimento da aquisição de equipamentos e consumíveis, promovendo uma gestão mais eficiente dos recursos associados a esta atividade.

Complementarmente, a ADENE promove a separação e o encaminhamento adequado dos resíduos produzidos nas suas instalações, disponibilizando contentores para recolha seletiva de embalagens e papel/cartão, assim como de pilhas. A Agência para a Energia dispõe ainda de dispensadores de água, contribuindo para a redução da utilização de embalagens descartáveis e para uma utilização mais eficiente dos recursos.

7.3.1.3 Ações e recursos relacionados com a utilização de recursos e a economia circular

Conforme anteriormente referido, a ADENE tem vindo a promover a utilização eficiente dos recursos materiais nas suas atividades, incentivando a adoção de práticas mais sustentáveis e de soluções que contribuam para a redução do consumo de recursos e dos impactes ambientais associados.

Neste âmbito, a Agência para a Energia desenvolve iniciativas de sensibilização dirigidas aos colaboradores para a redução do consumo de papel e de copos descartáveis, promovendo uma abordagem mais eficiente e circular na gestão dos recursos das suas atividades internas.

Estas iniciativas têm sido desenvolvidas recorrendo a recursos humanos e operacionais internos, sem necessidade de investimento financeiro.

A sede da ADENE manteve, até julho de 2025, a classificação obtida através do sistema eCIRCULAR. A sua renovação não foi efetuada, uma vez que se encontrava prevista a mudança de instalações da Agência para a Energia no início de 2026, circunstância suscetível de influenciar as condições avaliadas pela metodologia, dado que esta incide sobre as características e práticas associadas à instalação. Neste contexto, considerou-se mais adequado não proceder à renovação da avaliação durante o período em análise, considerando que as alterações decorrentes da mudança de instalações poderiam influenciar os resultados obtidos e a respetiva representatividade.

07 — INFORMAÇÕES AMBIENTAIS

O sistema eCIRCULAR, desenvolvido pela ADENE, apoia organizações, independentemente do setor de atividade e dimensão, na transição para modelos mais circulares e sustentáveis, através da avaliação do seu desempenho em matéria de circularidade. A metodologia integra dimensões relacionadas com a utilização eficiente de recursos, incluindo energia, água e materiais, bem como aspetos associados à gestão da organização, da cadeia de valor e do relacionamento com as partes interessadas. Nesse âmbito, são considerados, entre outros aspetos, a integração de critérios ambientais na seleção de fornecedores, o envolvimento em iniciativas de sensibilização e promoção da economia circular e a influência exercida junto de fornecedores e clientes para a adoção de princípios circulares ao longo de toda a cadeia de valor.

Importa, por isso, salientar que a metodologia não se limita à análise interna das práticas da organização, abrangendo igualmente as suas interações a montante e a jusante. A metodologia valoriza práticas alinhadas com os princípios da economia circular e com a utilização eficiente dos recursos ao longo da cadeia de valor, incluindo a redução do consumo de materiais, a valorização de recursos secundários, a criação de simbioses industriais para valorização de resíduos e subprodutos, e a adoção de abordagens que favoreçam a reutilização, reparação e reciclagem. Paralelamente à avaliação, são identificadas oportunidades de melhoria e é elaborado um plano de ação destinado a reforçar o desempenho das organizações em matéria de circularidade.

Em 2025, o sistema eCIRCULAR emitiu 13 classificações, comparativamente às 37 classificações registadas em 2024. No mesmo período, foram propostas 99 medidas de melhoria, face às 368 recomendações emitidas no ano anterior. Destas, 31 estiveram associadas à gestão de materiais e 29 incidiram sobre estratégias e práticas de gestão.

Importa destacar que, em 2025, o eCIRCULAR foi distinguido com o 1.º Prémio Nacional na categoria “Apoio à transição sustentável” dos European Enterprise Promotion Awards 2025 (EEPA 2025), uma iniciativa da Comissão Europeia que reconhece projetos e boas práticas de promoção do empreendedorismo e de apoio às pequenas e médias empresas (PME).

Em 2025, foi celebrado um protocolo de colaboração com a ENTRAJUDA, que integra um plano de ação conjunto entre o eCIRCULAR e o Banco de Bens Doados, com o objetivo de promover a articulação entre as organizações classificadas e esta entidade, potenciando a valorização e reutilização de recursos.

Adicionalmente, no âmbito do protocolo de colaboração estabelecido com a Associação Smart Waste Portugal, foi promovido o evento “Circularidade e Sustentabilidade: Instrumentos para a Ação”, durante o qual foram apresentados o Plano de Ação para a Economia Circular (PAEC 2030) e os instrumentos voluntários de avaliação de sustentabilidade desenvolvidos pela ADENE, nomeadamente os sistemas eCIRCULAR, AQUA+ e MOVE+.

A ADENE contribui ainda para a avaliação da eficiência na utilização de materiais na Administração Pública através do programa ECO.AP 2030, que integra um questionário anual de avaliação quantitativa e qualitativa do desempenho das entidades participantes. Em 2025, 117 entidades públicas concluíram esta avaliação, a partir da qual foram identificadas oportunidades de melhoria destinadas a promover uma utilização mais eficiente dos recursos materiais.

INICIATIVAS EM DESTAQUE

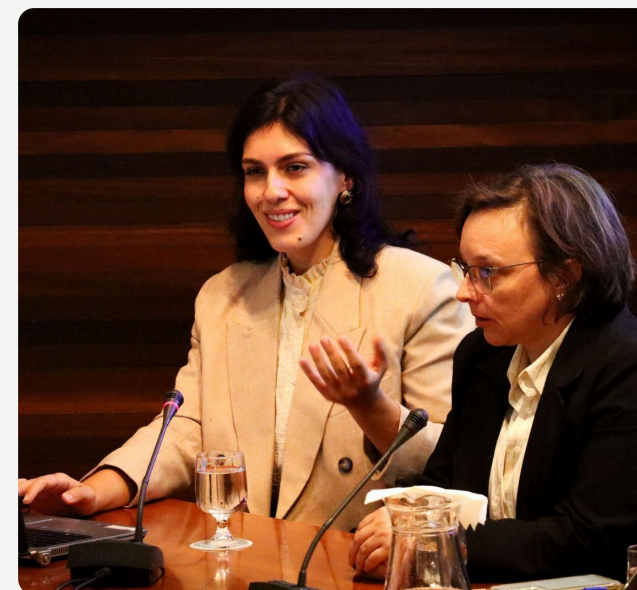
Circularidade em ação



Distinção do eCIRCULAR com o 1.º Prémio Nacional na categoria "Apoio à transição sustentável" dos European Enterprise Promotion Awards 2025 (EEPA 2025), uma iniciativa da Comissão Europeia que reconhece projetos e boas práticas de promoção do empreendedorismo e de apoio às PME.



Celebração de um protocolo de colaboração com a ENTRAJUDA, integrando um plano de ação conjunto entre o eCIRCULAR e o Banco de Bens Doados, com o objetivo de promover a articulação entre as organizações classificadas e potenciar a valorização e reutilização de recursos.



Promoção do evento "Circularidade e Sustentabilidade: Instrumentos para a Ação", em parceria com a Associação Smart Waste Portugal, durante o qual foram apresentados o PAEC 2030 e os instrumentos voluntários eCIRCULAR, AQUA+ e MOVE+.

7.3.2 Métricas e metas

7.3.2.1 Metas relacionadas com a utilização dos recursos e a economia circular

Tomando por referência o consumo registado em 2023, a ADENE definiu no seu PED ECO.AP 2030 para o triénio 2025–2027, metas de redução do consumo de materiais, visando diminuir anualmente 10% do consumo de impressões e cópias (equivalente A4) e 42,31% o consumo de copos de uso único. Estas metas refletem o compromisso contínuo da Agência para a Energia com a utilização eficiente dos recursos materiais, a prevenção da produção de resíduos e a adoção de práticas mais sustentáveis nas suas atividades.

Ainda no âmbito do Programa ECO.AP 2030, encontra-se estabelecida a meta de redução do consumo de materiais em 20% nas entidades públicas até 2030, tendo por referência o ano de 2019.

As metas referentes ao eCIRCULAR e ao Barómetro ECO.AP podem ser consultadas nas Tabelas 11 e 15, da secção 7.1.3.1. Enquanto as metas associadas ao PED ECO.AP 2030 decorrem de um programa cuja implementação se tornou obrigatória com a publicação da RCM n.º 150/2024, que altera a RCM n.º 104/2020, as metas definidas no âmbito do eCIRCULAR têm natureza voluntária, refletindo o compromisso da ADENE com a melhoria contínua do seu desempenho em matéria de eficiência de recursos e economia circular.

Considerando a hierarquia de resíduos definida na presente norma de reporte (i. prevenção; ii. preparação para a reutilização; iii. reciclagem; iv. outros tipos de valorização, por exemplo a valorização energética; e v. eliminação), as metas definidas enquadram-se na categoria de prevenção, na medida em que visam reduzir o consumo de recursos e, consequentemente, a produção de resíduos.

7.3.2.2 Entradas de recursos

Em 2025 foram registadas 256.926 impressões em formato A4, o que representa um aumento de 10,6% face a 2024 (232.294 impressões) e de 14,7% relativamente a 2023 (223.973 impressões).

Relativamente aos copos de uso único, o valor considerado para 2025 manteve-se nas 2.600 unidades, à semelhança do verificado em 2024 e 2023. Importa, contudo, referir que este valor não resulta de uma contabilização direta do consumo efetivo, correspondendo antes a uma repartição anual estimada das unidades remanescentes em stock provenientes do contrato anterior de fornecimento de café. Face aos resultados alcançados, verifica-se que a ADENE não atingiu as metas de redução definidas para o período em análise.

Os dados reportados baseiam-se numa contagem direta dos materiais consumidos, utilizando como referência o número de folhas A4 para o papel e o número de unidades adquiridas para os copos descartáveis, independentemente da sua capacidade.

Atualmente, não se encontra disponível informação relativa à incorporação de materiais reciclados ou de matérias-primas secundárias nos materiais consumidos pela ADENE. Consequentemente, não foi possível reportar estes indicadores no período em análise.

07 — INFORMAÇÕES AMBIENTAIS

7.3.2.3 Saídas de recursos

Atendendo à natureza da sua atividade, a ADENE não apresenta saída de recursos materiais relevantes do ponto de vista da circularidade. Não obstante, promove ativamente os princípios da economia circular através do sistema eCIRCULAR, contribuindo para a adoção de práticas mais sustentáveis e para uma utilização mais eficiente dos recursos pelas organizações.

No que respeita à gestão de resíduos, o PED ECO.AP 2030 centra-se na prevenção da produção de resíduos através da redução do consumo de materiais, não contemplando a quantificação da produção total de resíduos em peso.

Adicionalmente, não são disponibilizadas informações específicas sobre a produção ou gestão de resíduos perigosos ou radioativos, não sendo estes relevantes considerando a natureza das atividades da Agência.

7.3.2.4 Efeitos financeiros previstos dos impactes, riscos e oportunidades relacionados com a utilização dos recursos e com a economia circular

No âmbito da economia circular, não foram identificados nem quantificados efeitos financeiros materiais associados aos riscos identificados.

Relativamente às oportunidades associadas à utilização eficiente de recursos, o PED ECO.AP 2030 estima uma poupança anual de 166,64 €, resultante da redução do consumo de papel. No caso dos copos de uso único, não foi identificada uma poupança monetária direta, uma vez que estes se encontram incluídos no contrato de fornecimento de café.



Informações Sociais

08

8.1 Própria mão de obra

8.1.1 Estratégia

8.1.1.1 Interesses e pontos de vista das partes interessadas

No capítulo Informações Gerais são apresentados os níveis de influência entre a ADENE e as suas partes interessadas, incluindo a sua própria mão de obra (colaboradores), evidenciando a forma como os seus interesses, expectativas e pontos de vista são considerados na formulação da estratégia organizacional.

8.1.1.2 Impactes materiais, riscos e oportunidades e a sua interação com a estratégia e a atividade

Em 2025, a totalidade dos colaboradores da ADENE mantinha uma relação laboral assalariada. Este enquadramento laboral contribui para uma maior previsibilidade de custos operacionais, para a estabilidade da força de trabalho e para a mitigação de riscos associados à rotatividade e à precariedade. A ausência de vínculos laborais não assalariados reflete uma estratégia organizacional orientada para a valorização do trabalho digno e para a promoção de condições estáveis de emprego, que contribuem positivamente para o ambiente organizacional.



8.1.2 Gestão de impactes, riscos e oportunidades

8.1.2.1 Políticas relacionadas com a própria mão de obra

A ADENE dispõe de um conjunto de políticas, planos, regulamentos internos e instrumentos de gestão destinados a gerir os impactes significativos sobre a sua própria mão de obra, bem como os riscos e oportunidades materiais associados. Estes instrumentos promovem o desenvolvimento pessoal e profissional, a saúde e o bem-estar organizacional, a igualdade de oportunidades, a inclusão e a adoção de práticas laborais adequadas, equilibradas e inclusivas.

Os instrumentos adotados pela ADENE encontram-se alinhados com referenciais internacionalmente reconhecidos, nomeadamente os Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos, assentando nos princípios da ética, responsabilidade e transparência.

As principais políticas em vigor são:

Política de acolhimento e integração

- Traduzida no Manual de Acolhimento e Integração estabelece os procedimentos adotados para a integração de novos colaboradores, promovendo uma adequada adaptação à cultura, valores e funcionamento da Agência para a Energia.

Política de saúde e segurança no trabalho

- Visa prevenir acidentes de trabalho e promover condições adequadas de saúde, segurança e bem-estar no local de trabalho, com suporte num sistema de gestão de saúde e segurança.

Política de igualdade, inclusão e não discriminação

- Formalizada no Plano para a Igualdade, Inclusão e Não Discriminação, orientado para a promoção da igualdade de oportunidades, da inclusão e da eliminação de barreiras à plena participação de todas as pessoas.

Política de não discriminação e combate ao assédio

- Consagrada nos instrumentos internos aplicáveis, incluindo o Código de Ética e Conduta e o Plano de Igualdade, Inclusão e Não Discriminação, aprovado já no ano de 2026, proíbe todas as formas de discriminação e assédio com base, entre outros fatores, na origem étnica e racial, cor, sexo, orientação sexual, identidade de género, deficiência, idade, convicções políticas, nacionalidade ou origem social.

Política de conciliação da vida profissional, pessoal e familiar

- Estabelece orientações e medidas destinadas a promover o equilíbrio entre a vida profissional, pessoal e familiar, incluindo medidas de apoio à parentalidade, flexibilidade horária e outras práticas de conciliação.

Política de valorização e desenvolvimento de RH

- Operacionalizada através do programa Estruturar para Valoriza (RH), define diretrizes estratégicas para a contratação, retenção, desenvolvimento e valorização dos colaboradores, com o objetivo de reforçar o desempenho e a competitividade da ADENE.

Política de organização e tempo de trabalho

- Estabelecida no Regulamento Interno da Organização e Duração do Trabalho, define os princípios e regras aplicáveis ao regime de horário e duração do trabalho dos colaboradores da ADENE, em conformidade com o Código do Trabalho e demais legislação aplicável.

Estas políticas, integradas numa visão estratégica de gestão de pessoas, evidenciam o compromisso da ADENE com a promoção de um ambiente de trabalho seguro, inclusivo, respeitador dos direitos humanos e promotor da dignidade no trabalho.

8.1.2.2 Processos para dialogar com a própria mão de obra e com os representantes dos colaboradores sobre os impactes

A ADENE promove um ambiente organizacional assente na comunicação aberta, na inclusão e na participação ativa dos colaboradores. Neste contexto, procura assegurar mecanismos de diálogo que permitam identificar, compreender e gerir potenciais impactes sobre a sua própria mão de obra, em alinhamento com os princípios da responsabilidade social e da boa governação.

Neste âmbito, foram desenvolvidas as seguintes iniciativas e mecanismos de diálogo:

Reconhecimento das estruturas representativas dos colaboradores

A ADENE reconhece a legitimidade de estruturas representativas dos colaboradores, como Comissões de Colaboradores, Sindicatos e Acordos Coletivos de Trabalho, garantindo a liberdade de associação e de participação em processos de negociação.

Promoção da igualdade e inclusão

Em 2025, foram ministradas ações de formação em parceria com a Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género (CIG), dirigidas a todos os colaboradores, com o objetivo de promover a sensibilização e a reflexão sobre diversos temas relacionados com a igualdade, diversidade e inclusão, com especial destaque para a igualdade de género.

Canais de escuta ativa e responsabilização

A ADENE disponibiliza um canal interno de denúncias e um canal de reclamações, acessíveis de forma permanente e geridos com garantia de confidencialidade, assegurando a escuta, análise e tratamento das preocupações apresentadas pela força de trabalho.

Programa "Estruturar para Valoriza(RH)"

Desenvolvido pela Unidade de Gestão de Recursos (UGR), este programa visa promover o envolvimento, a valorização e o desenvolvimento dos colaboradores, das pessoas e influenciar positivamente o comportamento, as atitudes e o desempenho. O programa foi amplamente divulgado através de diferentes canais internos (encontros semestrais, e-mail, reuniões por unidade/direção, AdeNet), estando disponível a todos os colaboradores.

Acompanhamento da integração e progressão dos colaboradores

É assegurado um acompanhamento próximo dos processos de integração, períodos experimentais e renovações contratuais, com o objetivo de monitorizar a satisfação dos colaboradores e apoiar a sua adaptação e integração na ADENE.

Integração e acolhimento estruturado

A ADENE disponibiliza Manuais de Acolhimento e Integração e de Boas-Vindas, contendo informação sobre o funcionamento da Agência para a Energia, os seus princípios, benefícios e instrumentos internos, facilitando a integração e o conhecimento da cultura organizacional.

Estas iniciativas refletem o compromisso da ADENE com uma cultura organizacional assertiva assente na comunicação, participação e valorização das pessoas, assegurando que os colaboradores dispõem de mecanismos adequados para expressar as suas necessidades, preocupações e expectativas perante os processos que afetam diretamente as suas condições laborais e o seu bem-estar.

08 — INFORMAÇÕES SOCIAIS

8.1.2.3 Processos para corrigir os impactos negativos e canais para a própria mão de obra expressar preocupações

Sempre que a ADENE identifica a ocorrência, ou a possibilidade de ocorrência, de um impacto material negativo associado à sua força de trabalho, é desencadeado um processo estruturado de apreciação, acompanhamento e resposta. Este processo assenta na recolha de informação através dos diversos mecanismos de diálogo e participação disponibilizados aos colaboradores, incluindo canais de denúncia e reclamação, formulários de contacto, caixas de sugestões e mecanismos de acompanhamento direto.

A avaliação dos impactos identificados é suportada pela monitorização contínua de indicadores relevantes e pelo acompanhamento de situações que exigem maior proximidade, designadamente processos de integração de novos colaboradores, períodos experimentais e renovações contratuais. Esta abordagem permite identificar necessidades de ajustamento, sinalizar oportunidades de melhoria e assegurar que as medidas adotadas permanecem alinhadas com os princípios de ética, inclusão, responsabilidade social e valorização que orientam a atuação da ADENE.

Os canais internos de denúncia e reclamação, disponíveis de forma permanente e geridos com garantia de confidencialidade, constituem mecanismos relevantes para a identificação e tratamento de situações suscetíveis de gerar impactos negativos sobre a força de trabalho, essenciais para reforçar uma cultura organizacional baseada na confiança, na responsabilização e na integridade. Através destes canais, os colaboradores podem comunicar, em segurança, situações que considerem desconformes com os princípios e normas da Agência. A sua divulgação é assegurada por diferentes meios internos, incluindo a intranet AdeNet, sessões informativas e os manuais de acolhimento, sendo salvaguardada a confidencialidade da identidade de quem os utiliza.



Sempre que são identificados impactos negativos ou situações suscetíveis de os gerar, a ADENE avalia a sua natureza e relevância, adotando as medidas consideradas adequadas. Estas podem incluir a implementação de ações corretivas, a mobilização de recursos internos, a realização de ações de sensibilização ou formação, bem como a revisão de procedimentos e práticas organizacionais, promovendo a melhoria contínua das condições de trabalho e do bem-estar dos colaboradores.

8.1.2.4 Medidas relativas aos impactos materiais na própria mão de obra e abordagens para gerir riscos materiais e procurar oportunidades materiais, bem como a eficácia dessas medidas

A ADENE implementou um conjunto de medidas destinadas a prevenir, mitigar e corrigir impactos materiais sobre a sua força de trabalho, bem como a gerir os riscos e potenciar as oportunidades identificados no âmbito das suas políticas. Estas medidas visam promover o bem-estar, a valorização, a retenção e o desenvolvimento dos colaboradores, contribuindo para um ambiente de trabalho mais inclusivo e participativo.

1

Valorização, desenvolvimento e retenção de colaboradores

No âmbito do programa “Estruturar para Valorizar (RH)”, foram desenvolvidas iniciativas destinadas a reforçar a atratividade da ADENE enquanto entidade empregadora, promover o desenvolvimento profissional dos colaboradores e apoiar a melhoria contínua das práticas de gestão de pessoas. Entre as medidas implementadas destacam-se o reforço da oferta formativa, o aprofundamento de medidas de conciliação entre a vida profissional, pessoal e familiar, o envolvimento dos colaboradores através do Conselho de Administração Sombra (CAS) e a criação do Programa de Saúde Mental e Bem-Estar Organizacional.

O CAS, constituído por colaboradores com idade inferior a 35 anos e anunciado durante o Encontro de Natal de 2025, contribui para a participação dos mais jovens na vida da Agência para a Energia através da apresentação de propostas e recomendações relacionadas com a sustentabilidade, a inovação, a experiência dos colaboradores e a responsabilidade social. As propostas apresentadas aos órgãos de gestão contribuem para o reforço da cultura organizacional, da participação interna e da valorização das pessoas.

O Programa de Saúde Mental e Bem-Estar Organizacional foi concebido com o objetivo de promover a saúde psicológica, o bem-estar e a qualidade de vida no trabalho, reconhecendo a relevância destas dimensões para o desenvolvimento pessoal e profissional dos colaboradores. No âmbito da sua implementação, foram disponibilizados mecanismos de apoio psicológico confidencial, bem como instrumentos de mediação e gestão construtiva de conflitos, procurando reforçar um ambiente de trabalho baseado no respeito, na colaboração e na confiança.

2

Atualizações remuneratórias e compensatórias

Em 2025, foram efetuadas atualizações salariais alinhadas com a evolução remuneratória da Administração Pública, bem como a atualização do subsídio de refeição. Foram igualmente revistas as ajudas de custo e as compensações associadas às deslocações em viatura própria.

3

Igualdade, diversidade e inclusão

A ADENE promove a igualdade de oportunidades, a diversidade e a inclusão através da implementação das medidas previstas nos seus instrumentos internos aplicáveis e da realização de ações de sensibilização e formação dirigidas aos colaboradores. Em 2025, foram realizadas ações de formação em parceria com a CIG, contribuindo para o reforço da sensibilização para matérias relacionadas com a igualdade, diversidade e inclusão.

4

Conciliação entre vida profissional e pessoal

A Agência para a Energia mantém um conjunto de medidas destinadas a promover o equilíbrio entre a vida profissional, pessoal e familiar, incluindo benefícios associados à parentalidade, flexibilidade horária, majoração de férias, compensação por deslocações em dias de descanso, dispensa parcial para acompanhamento do início do ano letivo de filhos até aos 12 anos, dispensa no dia de aniversário do colaborador e dispensa parcial no aniversário de membros do agregado familiar, bem como iniciativas destinadas a promover uma utilização equilibrada dos meios de comunicação profissional.

Em 2025, foi ainda celebrado um protocolo com a Associação de Trabalhadores do Laboratório Nacional de Engenharia Civil (ATLNEC), enquadrado no âmbito do plano de responsabilidade social, alargando o acesso dos colaboradores da ADENE e respetivos agregados familiares a valências de apoio à infância, saúde, bem-estar e atividades desportivas, contribuindo para reforçar as condições de conciliação entre a vida profissional, pessoal e familiar.

5

Formação e desenvolvimento

A ADENE reforçou a aposta na capacitação contínua dos colaboradores através da implementação do plano anual de formação e da realização de ações de desenvolvimento técnico, comportamental e de gestão, promovendo a atualização de competências e o desenvolvimento profissional ao longo da carreira.



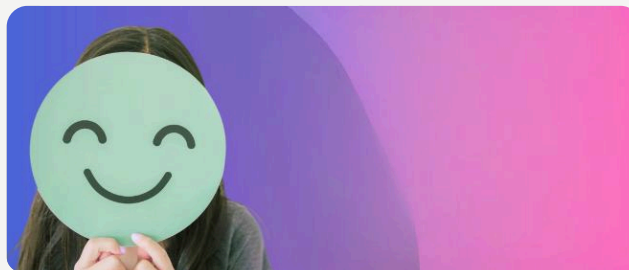
Estas medidas refletem o compromisso da ADENE com a valorização das pessoas, a promoção do trabalho digno e o desenvolvimento de condições de trabalho seguras, inclusivas e orientadas para o bem-estar dos colaboradores.

INICIATIVAS EM DESTAQUE

Valorizar as pessoas



Dinamização da iniciativa "Todos Somos ADENE", em formato online, que reúne todos os colaboradores da ADENE para partilha de trabalhos desenvolvidos por direções ou unidades, bem como de projetos e atividades específicas.



Criação do Programa de Saúde Mental e Bem-estar Organizacional, com o objetivo de promover um ambiente de trabalho saudável e reforçar o bem-estar dos colaboradores.



Realização do Encontro Semestral e do Encontro de Natal, que proporcionaram momentos de partilha e convívio entre colaboradores, incluindo a dinamização de atividades de team building.



Criação do Conselho de Administração Sombra, um órgão composto por colaboradores com menos de 35 anos, promovendo a participação dos jovens talentos nos processos de decisão da ADENE e contribuindo para o reforço da cultura organizacional, da inovação e da sustentabilidade.



Realização da 2.ª edição do "Campo de férias da Páscoa" para filhos de colaboradores, em parceria com o Pavilhão do Conhecimento, promovendo a conciliação entre a vida profissional, pessoal e familiar.



Dinamização de uma atividade interna no âmbito da Semana Europeia da Mobilidade, incluindo um passeio de convívio e reflexão sobre os desafios e oportunidades da mobilidade na cidade de Lisboa.



Celebração de protocolo com a ATLNEC, reforçando as condições de conciliação entre a vida profissional, pessoal e familiar através do acesso a serviços de apoio à infância, saúde, bem-estar e atividades desportivas.

8.1.3 Métricas e metas

8.1.3.1 Metas relacionadas com a gestão de impactes materiais negativos, a promoção de impactes positivos e gestão de riscos e oportunidades materiais – própria mão de obra

A ADENE definiu um conjunto de metas orientadas para a gestão dos impactes na sua força de trabalho, bem como para a gestão dos riscos e a potenciação das oportunidades identificadas. Estas metas contribuem para orientar a atuação da Agência para a Energia na promoção de um ambiente de trabalho mais sustentável, inclusivo e orientado para a valorização dos colaboradores.

Em 2025, verificou-se uma evolução globalmente positiva nos indicadores monitorizados relativos à própria mão de obra. A média de horas de formação por colaborador aumentou de 41 horas, em 2024, para 44 horas, em 2025, superando a meta anual definida. A taxa de saídas reduziu-se de 10% para 5%, evidenciando uma melhoria ao nível da retenção de colaboradores e da estabilidade da força de trabalho.

A taxa de reposição de headcount manteve-se acima da meta estabelecida, aumentando de 181% em 2024 para 275% em 2025, demonstrando a capacidade da ADENE para responder às suas necessidades operacionais.

Destaca-se igualmente a evolução na implementação do Plano de Conciliação e Igualdade, cujo grau de concretização aumentou de 58% em 2024 para 126% em 2025, ultrapassando de forma expressiva a meta definida para o ano em análise.

Tabela 23. Metas e desempenho relativos à própria mão de obra

Objetivo	Iniciativa	Desempenho 2024	Desempenho 2025	Meta	Grau de realização	Evolução face a 2024
Promover o desenvolvimento de competências técnicas, comportamentais e de gestão	Implementação de planos anuais de formação técnica e comportamental	41 h média de formação por colaborador	44 h média de formação por colaborador (109% da meta)	Média de 40 h de formação por colaborador	109%	+7,3%
	Ações de capacitação interna e externa					
Promover a retenção de talento e estabilidade da força de trabalho	Ações de envolvimento e reconhecimento dos colaboradores	10% de taxa de saídas	5% de taxa de saídas (215% da meta)	Taxa de saídas ≤ 10%	215%	-50,0%
	Melhoria de condições de trabalho e comunicação interna					
Garantir a continuidade e reforço da capacidade operacional da ADENE	Recrutamento contínuo com foco em perfis críticos	181% de taxa de reposição de headcount	275% de taxa de reposição de headcount	Reposição de headcount ≥ 95%	289%	+51,9%
	Dinamização de programas de integração rápida					
Reforçar a igualdade de género e a conciliação entre a vida pessoal e profissional	Ações de sensibilização, revisão de políticas internas, medidas de apoio à parentalidade e horários flexíveis	58% de implementação do plano	126% de implementação do plano	Implementação de 80% do Plano de Conciliação e Igualdade	158%	+117,2%

8.1.3.2 Características dos colaboradores assalariados da empresa

A divulgação das informações que se seguem permite caracterizar a força de trabalho da ADENE, incluindo a distribuição dos colaboradores, a natureza dos contratos de trabalho e alguns indicadores relativos à dinâmica da força de trabalho. A informação apresentada encontra-se igualmente refletida nos Relatórios de Recursos Humanos e no RAC.

Em 2025, a ADENE contava com 172 colaboradores assalariados, mais 14 do que em 2024. A grande maioria da força de trabalho encontrava-se abrangida por contratos sem termo (95,3%) existindo também colaboradores com contrato a termo certo (1,2%) e a termo incerto (3,5%), não existindo colaboradores com vínculos temporários. Esta estrutura reflete a aposta da Agência para a Energia em relações laborais estáveis e na valorização dos seus recursos humanos.

A totalidade da força de trabalho da ADENE encontra-se sediada em Portugal.

Tabela 24. Número total de colaboradores e repartição por género

País — Portugal	2024	2025	Evolução face a 2024 (%)
Número total de colaboradores	158	172	+8,9%
Número de colaboradores — homens	68	74	+8,8%
Número de colaboradoras — mulheres	90	98	+8,9%

Em termos de distribuição por género, a composição da força de trabalho manteve-se estável face a 2024, registando-se 74 homens (43%) e 98 mulheres (57%) em 2025. Estes resultados evidenciam uma representação equilibrada entre géneros e a continuidade da diversidade existente na ADENE.

⁷ No Relatório de Sustentabilidade de 2024, as horas de trabalho não garantidas foram consideradas como correspondendo a colaboradores abrangidos por regime de isenção de horário. Após revisão da definição constante na ESRS S1, concluiu-se que esta interpretação não configura uma situação de horas de trabalho não garantidas, uma vez que os colaboradores abrangidos mantêm um período normal de trabalho contratualmente definido. Assim, em 2025, apenas foram considerados trabalhadores sem garantia contratual de um número mínimo ou fixo de horas de trabalho. Não existindo colaboradores nesta situação, o valor reportado para este indicador é nulo.

Tabela 25. Distribuição dos colaboradores assalariados permanentes e a termo (certo e incerto) por género

	Perm. 2024	Certo 2024	Incerto 2024	Perm. 2025	Certo 2025	Incerto 2025	Evol. Perm.	Evol. Certo	Evol. Incerto
N.º total de colaboradores	149	3	6	164	2	6	+10,1%	-33,3%	0%
N.º colaboradores — homens	66	1	1	70	1	3	+6,1%	0%	+200,0%
N.º colaboradoras — mulheres	83	2	5	94	1	3	+13,3%	-50,0%	-40,0%

Uma vez que não existem colaboradores com vínculo temporário na ADENE, não se verifica a existência de horas de trabalho não garantidas, uma vez que todos os colaboradores são abrangidos por um contrato com um período de horas de trabalho estabelecido.

Tabela 26. Número de horas de trabalho não garantidas dos colaboradores assalariados, discriminadas por género

Indicador	2024 ⁷	2025	Evolução face a 2024 (%)
Total de horas de trabalho não garantidas	0	0	0%
Total de horas de trabalho não garantidas (homens)	0	0	0%
Total de horas de trabalho não garantidas (mulheres)	0	0	0%

Tabela 27. Número de admissões, saídas e taxa de rotatividade (turnover)

Indicador	2024	2025	Evolução face a 2024 (%)
Número total de colaboradores admitidos	25	20	-20,0%
Número total de colaboradores que saíram	14 ⁸	6	-57,1%
Taxa de turnover (mulheres)	3,8%	1,7%	-55,0%
Taxa de turnover (homens)	4,4%	1,3%	-71,1%
Taxa de turnover (total)	8,2%	3,0%	-63,4%
Taxa de saída (total)	10,1%	5,0%	-50,5%

Em 2025, a ADENE registou uma evolução positiva ao nível da retenção de colaboradores, com a diminuição do número total de saídas de 14 para 6 e da taxa total de turnover de 8,2% para 3,0%.

Esta evolução traduz-se numa redução na taxa de rotatividade, refletindo uma maior estabilidade da força de trabalho.

A melhoria observou-se em ambos os géneros, tendo a taxa de turnover das mulheres diminuído de 3,8% para 1,7% e a dos homens de 4,4% para 1,3%. As diferenças entre géneros mantiveram-se reduzidas, não se identificando assimetrias relevantes neste indicador.

⁸ O valor apresentado foi atualizado relativamente ao divulgado no relatório de sustentabilidade de 2024 (13).

Tabela 28. Colaboradores por regime de trabalho (tempo completo – TC e tempo parcial – TP), por género

	T.C. 2024	T.P. 2024	T.C. 2025	T.P. 2025	Evol. T.C. (%)	Evol. T.P. (%)
N.º total de colaboradores	158	0	172	0	+8,9%	0%
N.º colaboradores — homens	68	0	74	0	+8,8%	0%
N.º colaboradoras — mulheres	90	0	98	0	+8,9%	0%

Em 2025, a totalidade dos colaboradores assalariados da ADENE encontrava-se em regime de trabalho a tempo completo, mantendo-se a inexistência de colaboradores a tempo parcial já verificada em 2024. O número total de colaboradores a tempo completo aumentou de 158 para 172, correspondendo a um crescimento de 8,9%.

Este aumento verificou-se de forma equilibrada entre géneros, mantendo-se estável a distribuição da força de trabalho, composta por 43% homens e 57% mulheres. Estes resultados evidenciam a continuidade da estrutura de emprego da Agência para a Energia e a estabilidade da distribuição por género observada nos últimos anos.

Tabela 29. Colaboradores abrangidos por representantes dos colaboradores

	Portugal		Evolução face a 2024 (%)
	2024	2025	
Número total de colaboradores	158	172	+8,9%
Colaboradores abrangidos por representantes de colaboradores (n.º)	0	0	0%
Colaboradores abrangidos por representantes de colaboradores (%)	0	0	0%

Em 2025, tal como em 2024, não existiam colaboradores da ADENE abrangidos por representantes formais dos colaboradores em Portugal, mantendo-se a taxa de cobertura em 0%. Apesar do aumento do número de colaboradores de 158 para 172 colaboradores, não se registaram alterações neste indicador.

Esta informação deve ser analisada em articulação com os restantes mecanismos de comunicação, participação e auscultação dos colaboradores, os quais asseguram canais de diálogo permanentes entre os colaboradores e a Agência para a Energia.

8.1.3.3 Caraterísticas dos não assalariados na própria mão de obra da empresa

A ADENE não possui colaboradores não assalariados no seu quadro de pessoal, sendo a totalidade da sua força de trabalho composta por colaboradores assalariados com vínculo permanente.

8.1.3.4 Cobertura da negociação coletiva e diálogo social

A ADENE não se encontra abrangida por instrumentos de negociação coletiva, nem vinculada a convenções ou acordos coletivos de trabalho.

8.1.3.5 Diversidade

Em 2025, a ADENE registou um aumento do número de quadros superiores, que passou de 39 para 44 colaboradores. Esta evolução foi acompanhada por um reforço da representação feminina, com o número de mulheres em posições de quadro superior a aumentar de 20 para 24, enquanto o número de homens passou de 19 para 20.

Tabela 30. Composição dos quadros superiores por género

Género	2024		2025		Evolução face a 2024 (%)
	Quadros sup. (n.º)	Quadros sup. (%)	Quadros sup. (n.º)	Quadros sup. (%)	
Homens	19	48,7%	20	45,5%	+5,3%
Mulheres	20	51,3%	24	54,5%	+20,0%
Total	39	100%	44	100%	+12,8%

Em termos relativos, as mulheres passaram a representar 54,5% dos quadros superiores em 2025, face a 51,3% em 2024. Estes resultados evidenciam uma distribuição equilibrada por género nos níveis mais elevados da estrutura organizacional e o reforço da representação feminina em funções de maior responsabilidade, em linha com os princípios de igualdade de oportunidades e valorização profissional.

Relativamente à distribuição etária dos colaboradores, a mesma manteve-se relativamente estável, verificando-se uma predominância do grupo etário entre 30 e 50 anos, que representa 60,5% do total da força de trabalho.

Tabela 31. Distribuição dos colaboradores assalariados por faixa etária

Grupo Etário	2024		2025		Evolução face a 2024 (%)
	Colab. (n.º)	Colab. (%)	Colab. (n.º)	Colab. (%)	
Menores de 30 anos	10	6,3%	13	7,6%	+30,0%
Entre 30 e 49 anos	99	62,7%	104	60,5%	+5,1%
Maiores de 50 anos	49	31,0%	55	31,9%	+12,2%
Total	158	100%	172	100%	-

Face ao exposto, observou-se um crescimento em todos os grupos etários, com o número de colaboradores com menos de 30 anos a aumentar em 3, o grupo entre os 30 e os 49 anos em 5 e o grupo com 50 anos ou mais em 6 colaboradores.

Estes resultados evidenciam uma força de trabalho maioritariamente composta por profissionais em fases intermédias da carreira, complementada por uma presença significativa de colaboradores mais experientes e pelo reforço da integração de colaboradores mais jovens.

8.1.3.6 Salários adequados

Em 2025, à semelhança de 2024, a ADENE assegurou que todos os colaboradores assalariados auferiam uma remuneração igual ou superior ao valor de referência considerado para efeitos de salário adequado em Portugal.

Tabela 32. Colaboradores abrangidos por salários adequados

País	Indicador	2024	2025
Portugal	Todos os colaboradores assalariados recebem um salário adequado	Sim	Sim

Esta avaliação teve por base instrumentos internos e externos, incluindo o Manual Interno de Gestão de Recompensas, a matriz de funções e categorias profissionais, os princípios de equidade salarial individual, interna e externa, bem como informação de referência sobre os níveis remuneratórios praticados no setor. Esta abordagem contribui para assegurar a coerência e equidade das práticas remuneratórias da ADENE, promovendo a valorização dos colaboradores e a transparência dos processos de gestão de pessoas.

08 — INFORMAÇÕES SOCIAIS

Esta avaliação teve por base a comparação com os seguintes parâmetros de referência:

- Relatório Balanço das Diferenças Remuneratórias entre Homens e Mulheres por setor de atividade, extraído através do Relatório Único (RU);
- Manual Interno de Gestão de Recompensas;
- Matriz de funções, agrupadas por categorias profissionais em níveis internos, e em harmonia com a avaliação efetuada no decurso da análise documental, reuniões de projeto e entrevistas aos colaboradores;
- Princípio de equidade salarial individual entre categorias profissionais;
- Princípio de equidade salarial interna: justiça da distribuição baseada na estrutura, respetivas categorias profissionais e funções;
- Posicionamento e equidade distributiva interna;
- Princípio de equidade salarial externa: justiça relativamente a situações paralelas no setor da Energia, bem como no setor público do Estado;
- Ajustamento às condições do mercado de trabalho por via da recolha de dados salariais correspondentes a funções de cada um dos níveis definidos.

Na ADENE, a remuneração base dos colaboradores assalariados varia em função da categoria profissional e do enquadramento definido na tabela salarial interna. A tabela salarial aprovada em 2024 manteve-se em vigor durante o exercício de 2025, não se registando alterações nos valores mínimo e máximo de remuneração base considerados para efeitos de reporte.

Em 2025, à semelhança de 2024, o vencimento base mensal mais baixo correspondeu à categoria de Técnica – Assistente Técnico, com o valor de 1.079,74 €, enquanto o vencimento base mensal mais elevado correspondeu à categoria de Gestão – Diretor, com o valor de 3.695,67 €.

Tabela 33. Vencimento base mensal mais baixo por categoria (€)

Categoria de remuneração	Vencimento base mais baixo (€)		Evolução face a 2024 (%)
	2024	2025	
Técnica – Assistente Técnico	1.079,74 €	1.079,74 €	0%

Tabela 34. Vencimento base mensal mais alto por categoria (€)

Categoria de remuneração	Vencimento base mais alto (€)		Evolução face a 2024 (%)
	2024	2025	
Gestão – Diretor	3.695,67 €	3.695,67 €	0%

Os valores de vencimento apresentados referem-se à remuneração base mensal, não incluindo outras componentes remuneratórias ou benefícios eventualmente aplicáveis. A sua interpretação deve ser efetuada em articulação com a informação relativa ao salário adequado e com os princípios e critérios de equidade remuneratória adotados pela ADENE.

8.1.3.7 Proteção social

Todos os colaboradores da ADENE encontram-se abrangidos por regimes de proteção social, assegurados através dos mecanismos legalmente aplicáveis e de benefícios complementares disponibilizados pela Agência, garantindo proteção em situações relacionadas com doença, desemprego, acidentes de trabalho, incapacidade, parentalidade e reforma. Esta cobertura é assegurada em conformidade com a legislação em vigor e complementada por um seguro de saúde integralmente suportado pela ADENE.

No quadro do seu compromisso com a promoção de um ambiente de trabalho saudável, inclusivo e orientado para o bem-estar das pessoas, a ADENE tem vindo a reforçar as suas práticas de apoio aos colaboradores. Neste contexto, destaca-se a implementação do Programa de Saúde Mental e Bem-Estar Organizacional, concebido para promover a saúde psicológica, o equilíbrio entre a vida profissional e pessoal e a qualidade de vida no trabalho.

O programa integra iniciativas de sensibilização, prevenção e apoio, incluindo a disponibilização de acompanhamento psicológico confidencial, mecanismos de mediação e gestão construtiva de conflitos, bem como ações de formação e divulgação de conteúdos relacionados com saúde mental, autocuidado, bem-estar e desenvolvimento pessoal. Estas iniciativas contribuem para reforçar a capacidade de resposta dos colaboradores aos desafios do contexto profissional e para promover uma cultura organizacional assente na confiança, respeito, colaboração e valorização das pessoas.

Através destas medidas, a ADENE procura criar condições que favoreçam o bem-estar, o desenvolvimento pessoal e profissional e a construção de um ambiente de trabalho mais saudável, equilibrado e sustentável.

Tabela 35. Coberturas de eventos significativos de vida

Eventos significativos da vida	Cobertura do evento significativo da vida		Evolução face a 2024 (%)
	2024	2025	
Percentagem de colaboradores assalariados abrangidos por proteção social contra perda de rendimentos por doença	100%	100%	0%
Percentagem de colaboradores assalariados abrangidos por proteção social em caso de desemprego	100%	100%	0%
Percentagem de colaboradores assalariados abrangidos por proteção social em caso de acidentes de trabalho/incapacidade	100%	100%	0%
Percentagem de colaboradores assalariados com direito a licença parental (protegida socialmente)	100%	100%	0%
Percentagem de colaboradores assalariados com proteção social para reforma/aposentação	100%	100%	0%
Existência de prestações complementares oferecidas pela empresa (ex.: seguro de saúde)	100%	100%	0%
Existência de plano de políticas internas sobre parentalidade e conciliação	100%	100%	0%

08 — INFORMAÇÕES SOCIAIS

8.1.3.8 Pessoas com deficiência

Em 2025, os colaboradores assalariados com deficiência representavam 2,9% do total de colaboradores assalariados da ADENE, face a 2,5% em 2024. Em termos absolutos, o número de colaboradores com deficiência aumentou de 4 para 5, num contexto de crescimento global do efetivo de 158 para 172 colaboradores. Estes dados evidenciam uma evolução positiva, ainda que moderada, da representatividade de pessoas com deficiência na própria mão de obra da Agência para a Energia.

Tabela 36. Colaboradores assalariados com deficiência

	2024		2025		Evolução face a 2024 (%)
	Colab. com def. (n.º)	Colab. com def. (%)	Colab. com def. (n.º)	Colab. com def. (%)	
Total de colaboradores assalariados com deficiência	4	2,5%	5	2,9%	+25,0%

Neste âmbito, a distribuição por género passou de uma repartição equilibrada, com 50% de homens e 50% de mulheres em 2024, para 40% de homens e 60% de mulheres em 2025. Esta evolução deve ser lida em conjunto com o crescimento global do efetivo e com a maior representatividade feminina na força de trabalho da ADENE.

Tabela 37. Colaboradores assalariados com deficiência, por género

	2024 N.º	2024 Distrib. (%)	2025 N.º	2025 Distrib. (%)	Evolução face a 2024 (%)
Homens	2	50,0%	2	40,0%	0%
Mulheres	2	50,0%	3	60,0%	+50,0%

⁹ Estas percentagens foram atualizadas para refletir o universo total de colaboradores em 2024 (158 colaboradores), em vez de apenas os colaboradores com avaliação de desempenho (156 colaboradores). Contudo, o número absoluto de colaboradores manteve-se inalterado.

8.1.3.9 Formação e desenvolvimento de competências

No que diz respeito às avaliações de desempenho, a ADENE realizou esse processo com 150 dos seus 172 colaboradores, alcançando uma taxa de participação de 87,2%. Analisando por género, foram avaliados 67 homens (39,0%) e 83 mulheres (48,3%).

Tabela 38. Colaboradores abrangidos por avaliações de desempenho

Género	2024		2025		Evolução face a 2024 (%)
	Colab. c/ aval. desemp. (n.º)	Colab. c/ aval. desemp. (%) ⁹	Colab. c/ aval. desemp. (n.º)	Colab. c/ aval. desemp. (%)	
Homens	68	43,0%	67	39,0%	-1,5%
Mulheres	88	55,7%	83	48,3%	-5,7%
Total*	156	98,7%	150	87,2%	-3,8%

Em 2025, 150 colaboradores assalariados da ADENE participaram em avaliações regulares de desempenho, face a 156 em 2024. A categoria de Especialista manteve-se como a mais representada entre os colaboradores avaliados, embora tenha registado uma redução de 97 para 89 colaboradores avaliados. Verificaram-se ligeiros aumentos nas categorias de Diretor/a, Assessor/a e Gestor/a, enquanto as categorias de Assistente e Assistente de Informática permaneceram estáveis. A redução global da participação nas avaliações deve ser analisada à luz dos critérios de elegibilidade aplicáveis ao ciclo de avaliação, designadamente situações de admissão recente, ausência prolongada ou alterações no universo considerado.

Tabela 39. Colaboradores abrangidos por avaliações de desempenho, por categoria profissional

Categoria de Colaborador	N.º 2024	Distrib. 2024 (%)	N.º 2025	Distrib. 2025 (%)	Evolução face a 2024 (%)
Diretor/a	12	7,6%	13	7,6%	+8,3%
Assessor/a	2	1,3%	3	1,7%	+50,0%
Gestor/a	27	17,1%	28	16,3%	+3,7%
Especialista	97	61,4%	89	51,7%	-8,2%
Assistente	9	5,7%	9	5,2%	0%
Especialista de informática	7	4,4%	6	3,5%	-14,3%
Assistente de informática	2	1,3%	2	1,2%	0%

Em 2025, a ADENE reforçou significativamente a aposta na formação e desenvolvimento de competências, registando um total de 7.319 horas de formação concluídas, face a 5.262 horas em 2024. O número de colaboradores abrangidos aumentou de 127 para 167, representando uma cobertura de cerca de 97% dos colaboradores assalariados. A média de horas de formação por colaborador aumentou de 41 h para 44 h, superando a meta anual definida de 40 h por colaborador.

Tabela 40. Número médio de horas de formação por colaborador

Género	2024			2025			Evolução face a 2024 – Média Horas (%)
	Total horas formação	N.º colab. assalar.	Média horas	Total horas formação	N.º colab. assalar.	Média horas	
Homens	1.948	48	41 h	2.579,5	72	36 h	-12,2%
Mulheres	3.314	79	42 h	4.739,5	95	50 h	+19,0%
Total	5.262	127	41 h	7.319	167	44 h	+7,3%

A evolução foi particularmente expressiva entre as mulheres, tendo-se registado uma média de 50 h de formação por colaboradora em 2025, face a 36 h nos homens.

8.1.3.10 Saúde e segurança

No que respeita à gestão da saúde e segurança no trabalho, a ADENE assegurou que 100% dos colaboradores assalariados (172 colaboradores) estavam abrangidos pelo Sistema de Gestão de Saúde e Segurança, garantindo o cumprimento integral das normas aplicáveis e o reforço de uma cultura de prevenção ativa.

Tabela 41. Colaboradores abrangidos por gestão de saúde e segurança

	Colaboradores assalariados		Evolução face a 2024 (%)
	2024	2025	
Número total de colaboradores	158	172	+8,9%
Número de colaboradores abrangidos pelo Sistema de Gestão de Saúde e Segurança	158	172	+8,9%
Percentagem de colaboradores abrangidos (%)	100	100	-

Apesar do aumento do número de colaboradores de 158 para 172, a ADENE assegurou a manutenção da cobertura total do sistema, tal como tinha ocorrido em 2024.

No que respeita à perda de dias de trabalho por motivos relacionados com lesões, problemas de saúde ou mortes, não houve registo de quaisquer ausências durante o período em análise, mantendo-se a situação de 2024.

08 — INFORMAÇÕES SOCIAIS

Tabela 42. Dias perdidos devido a lesões e problemas de saúde

	Colaboradores assalariados		Evolução face a 2024 (%)
	2024	2025	
Número de dias perdidos por lesões	0	0	0%
Número de dias perdidos por problemas de saúde	0	0	0%
Número de dias perdidos por mortes	0	0	0%
Total de dias perdidos	0	0	0%

Em termos de sinistralidade, não se registaram acidentes de trabalho durante o período em análise, num universo de 310.673 horas trabalhadas. A ausência de ocorrências resulta numa melhoria da taxa de acidentes, que foi de 0 por milhão de horas trabalhadas, reforçando os resultados positivos ao nível da segurança operacional e dos cuidados adotados em contexto laboral.

Tabela 43. Acidentes de trabalho registados

	Colaboradores assalariados		Evolução face a 2024 (%)
	2024	2025	
N.º de acidentes registados	1	0	-100%
Total de horas trabalhadas	262.037	310.673	+18,6%
Taxa de acidentes por milhão de horas trabalhadas	3,8	0	-100%

Relativamente ao número de incidentes graves, não foram registadas mortes relacionadas com o trabalho, seja por lesões ou por problemas de saúde associados à atividade laboral.

Tabela 44. Mortes relacionadas com o trabalho, por categoria de colaborador

Colaboradores assalariados	2024	2025	Evolução face a 2024 (%)
N.º de mortes por lesões	0	0	0%
N.º de mortes por problemas de saúde	0	0	0%
Total de mortes relacionadas com o trabalho	0	0	0%

No que respeita a problemas de saúde relacionados com o trabalho, não foram registados casos durante 2025.

Tabela 45. Casos de problemas de saúde relacionados com o trabalho, por categoria de colaborador

Colaboradores assalariados	2024	2025	Evolução face a 2024 (%)
Número de casos de problemas de saúde relacionados com o trabalho	0	0	0%

8.1.3.11 Equilíbrio entre vida profissional e familiar

No que se refere à conciliação entre vida profissional e familiar, os 172 colaboradores assalariados beneficiam de direito a licenças para assistência à família, o que representa uma cobertura de 100%. Esta garantia é assegurada de forma equitativa entre géneros, beneficiando igualmente os 74 homens e as 98 mulheres que compõem a força de trabalho, em alinhamento com os princípios de equidade e bem-estar.

Tabela 46. Colaboradores abrangidos por licenças para assistência à família

Género	2024			2025			Evolução face a 2024 (%)
	Total colab. (n.º)	C/ direito a licenças (n.º)	C/ direito a licenças (%)	Total colab. (n.º)	C/ direito a licenças (n.º)	C/ direito a licenças (%)	
Homens	68	68	100	74	74	100	+8,8%
Mulheres	90	90	100	98	98	100	+8,9%
Total	158	158	100	172	172	100	+8,9%

Em complemento ao direito universal às licenças para assistência à família, foi registado que 4,4% dos colaboradores assalariados recorreram a este direito durante o período em análise.

Este valor corresponde a 6 colaboradores, dos quais 3 são homens e 3 são mulheres, mantendo-se a proporção de utilização (3,5%) entre géneros.

Tabela 47. Colaboradores que usufruíram de licenças para assistência à família

Género	Direito 2024 (n.º)	Usaram 2024 (n.º)	Usaram 2024 (%)	Direito 2025 (n.º)	Usaram 2025 (n.º)	Usaram 2025 (%)	Evolução face a 2024 (%)
Homens	68	3	4,4%	74	3	1,7%	0%
Mulheres	90	4	4,4%	98	3	1,7%	-25,0%
Total	158	7	4,4%	172	6	3,5%	-14,3%

Em 2025, observou-se um reforço da utilização das licenças associadas à parentalidade, sobretudo por mulheres, com aumento da licença de maternidade e da licença parental inicial. Em sentido contrário, a licença de paternidade diminuiu. Nas licenças para assistência aos filhos, verificou-se uma redução do número total de utilizações, mas com uma distribuição mais equilibrada entre mulheres e homens. Destaca-se ainda o aumento da utilização de licenças para assistência a familiares, em particular por mulheres, e uma maior paridade na licença sem vencimento. Globalmente, os dados evidenciam uma utilização mais diversificada das licenças em 2025, mantendo-se, contudo, uma maior expressão feminina nas licenças diretamente associadas à parentalidade. Por fim, a licença sem vencimento foi utilizada por 2 colaboradores (um homem e uma mulher).

Tabela 48. Utilização de licenças para assistência por tipo e género

Tipo de licença	Género	2024		2025		Evolução face a 2024 (%)
		Colab. (n.º)	% por género	Colab. (n.º)	% por género	
Licença de maternidade	Mulher	3	100%	6	100%	+100%
Licença de paternidade	Homem	2	100%	1	100%	-50,0%
Licença parental inicial	Mulher	3	60%	6	85,7%	+100%
	Homem	2	40%	1	14,3%	-50,0%
Licença por adoção	Mulher	0	0%	0	0%	0%
	Homem	0	0%	0	0%	0%
Licença assist. filhos	Mulher	4	66,7%	2	50,0%	-50,0%
	Homem	2	33,3%	2	50,0%	0%
Licença assist. familiares	Mulher	0	0%	2	66,7%	-
	Homem	1	100%	1	33,3%	0%
Licença para formação	Mulher	0	0%	0	0%	0%
	Homem	0	0%	0	0%	0%
Licença sem vencimento	Mulher	1	100%	1	50%	0%
	Homem	0	0%	1	50%	-

8.1.3.12 Remuneração (disparidade salarial e remuneração total)

Entre 2024 e 2025, a remuneração horária média aumentou para homens e mulheres, mantendo-se, contudo, a disparidade salarial praticamente estável. Em 2025, esta situou-se em 10,9%, ligeiramente acima dos 10,5% registados em 2024, continuando favorável aos homens.

Tabela 49. Disparidade salarial entre homens e mulheres (%)

	2024	2025	Evolução face a 2024 (%)
Nível médio de remuneração horária - Homens (€)	12,4	16,0	+ 29,2%
Nível médio de remuneração horária - Mulheres (€)	11,1	14,2	+ 27,9%
Disparidade salarial (%)	10,5%	10,9%	+ 3,8%

Em 2025, a remuneração total anual da pessoa mais bem paga manteve-se inalterada face a 2024, tendo a remuneração anual média considerada para os restantes colaboradores sofrido uma ligeira redução. Face ao exposto, o rácio da remuneração total anual aumentou de 201,2% para 203,8%, evidenciando uma maior diferença relativa entre a remuneração mais elevada e a remuneração média reportada.

Tabela 50. Rácio entre a remuneração total anual da pessoa mais bem paga e a remuneração média dos colaboradores

Indicador	2024	2025	Evolução face a 2024 (%)
Remuneração total anual da pessoa com o salário mais elevado (€)	78.114,56	78.114,56	0%
Remuneração total anual média sem o salário mais elevado (€)	38.819,56	38.325,15	-1,3%
Rácio da remuneração total anual (%)	201,2%	203,8%	+1,3%

8.1.3.13 Incidentes, queixas e graves impactes e incidentes de desrespeito dos direitos humanos

Tal como em 2024, em 2025 não foram reportados incidentes de discriminação nem apresentadas queixas relacionadas com género, raça ou origem étnica, nacionalidade, religião ou crença, deficiência, idade ou orientação sexual.

Tabela 51. Incidentes de discriminação e queixas apresentadas

Categoria de discriminação	Incidentes 2024 (n.º)	Queixas 2024 (n.º)	Incidentes 2025 (n.º)	Queixas 2025 (n.º)	Evolução face a 2024 (%)
Género	0	0	0	0	0%
Raça ou origem étnica	0	0	0	0	0%
Nacionalidade	0	0	0	0	0%
Religião ou crença	0	0	0	0	0%
Deficiência	0	0	0	0	0%
Idade	0	0	0	0	0%
Orientação sexual	0	0	0	0	0%
Total geral	0	0	0	0	0%

Do mesmo modo, continuaram a não ser registados incidentes graves em matéria de direitos humanos, incluindo situações de trabalho forçado, tráfico de seres humanos, trabalho infantil ou outros incidentes graves relacionados com a violação de direitos humanos.

Tabela 52. Incidentes graves em matéria de direitos humanos

Tipo de incidente grave	2024	2025	Evolução face a 2024 (%)
Trabalho forçado	0	0	0%
Tráfico de seres humanos	0	0	0%
Trabalho infantil	0	0	0%
Outros incidentes graves relacionados com direitos humanos	0	0	0%
Total geral	0	0	0%

8.2 Comunidades afetadas | Consumidores e utilizadores finais

8.2.1 Estratégia

8.2.1.1 Interesses e pontos de vista das partes interessadas

Os interesses e pontos de vista das partes interessadas relevantes para a ADENE, incluindo as comunidades afetadas e os consumidores e utilizadores finais, são apresentados no capítulo Informações Gerais. Nesse capítulo, é descrito o modo como os respetivos contributos são considerados e integrados nos processos de tomada de decisão e na definição da estratégia da ADENE.

8.2.1.2 Impactes materiais, riscos e oportunidades e a sua interação com a estratégia e o modelo empresarial nas comunidades afetadas e nos consumidores e utilizadores finais

A ADENE considera materiais, entre as suas partes interessadas, as comunidades afetadas ao longo da sua cadeia de valor, bem como os consumidores e utilizadores finais, sobre os quais a sua atuação gera sobretudo impactes positivos.

As comunidades afetadas incluem entidades públicas e privadas, organizações sociais e territórios com os quais a ADENE se relaciona diretamente no desenvolvimento das suas atividades, projetos, iniciativas e políticas públicas. Por sua vez, os consumidores e utilizadores finais correspondem aos cidadãos, empresas e organizações que utilizam ou beneficiam dos serviços, ferramentas, sistemas e programas disponibilizados pela ADENE, com particular atenção aos públicos em situação de vulnerabilidade socioeconómica e de pobreza energética.

Atendendo à natureza predominantemente técnica, formativa e de interesse público da sua atividade, a ADENE não identificou impactes negativos significativos sobre comunidades, consumidores ou utilizadores finais, incluindo comunidades residentes ou entidades que colaboram nas proximidades das suas instalações. Pelo contrário, a sua intervenção tem contribuído para prevenir e mitigar riscos sociais e ambientais, nomeadamente a pobreza energética, a utilização ineficiente de recursos e a insuficiência de informação qualificada, reforçando o seu papel enquanto promotor da sustentabilidade e agente facilitador de uma transição energética justa, equitativa e inclusiva.

Estas dimensões encontram-se integradas na atuação da Agência para a Energia e refletem o seu compromisso com o interesse público, a inovação sustentável e a criação de valor partilhado. Os impactes, riscos e oportunidades identificados são acompanhados e geridos de forma contínua, através de políticas, parcerias e instrumentos operacionais ajustados aos desafios emergentes e às necessidades das comunidades afetadas, bem como dos consumidores e utilizadores finais.

8.2.2 Gestão de impactos, riscos e oportunidades

8.2.2.1 Políticas relacionadas com as comunidades afetadas e consumidores e utilizadores finais

A ADENE, enquanto pessoa coletiva de tipo associativo com estatuto de utilidade pública, assume uma responsabilidade ativa na gestão dos seus impactos sobre as comunidades afetadas e os consumidores e utilizadores finais.

As principais políticas e abordagens incluem:

1

Missão de interesse público

A ADENE tem como propósito gerar um impacto positivo na sociedade através de ações e soluções inovadoras que promovem a eficiência na descarbonização e contribuem para a sustentabilidade ambiental, social e económica.

2

Compromisso com a transição justa

A ADENE promove uma transição energética justa e sustentável, procurando antecipar e gerir impactos sociais, económicos e ambientais associados à descarbonização, com especial atenção aos grupos mais vulneráveis e em situação de pobreza energética.

3

Apoio ao desenho, implementação e monitorização de políticas públicas

A ADENE participa ativamente no apoio ao desenho, implementação e monitorização de políticas públicas, em articulação e cooperação com as entidades competentes. Esta cooperação abrange as diferentes áreas de atuação da Agência e assenta numa visão integrada da sustentabilidade e da transição energética justa.

4

Política de responsabilidade social

A ADENE assume o compromisso de contribuir para o desenvolvimento sustentável através do seu Plano de Responsabilidade Social, promovendo a valorização do capital humano, a proteção do ambiente, o desenvolvimento comunitário e o fortalecimento das relações com as partes interessadas.

5

Capacitação e literacia

A ADENE desenvolve projetos, iniciativas, ferramentas digitais e ações de sensibilização, prestando apoio técnico contínuo ao consumidor, com o objetivo de reforçar a literacia energética, promover a eficiência no uso dos recursos e contribuir para uma maior equidade no acesso à energia.

Este posicionamento demonstra que a atuação da ADENE vai além do cumprimento das obrigações legais, integrando os princípios da responsabilidade social nas suas práticas internas e externas, com particular enfoque nas comunidades potencialmente afetadas e nos consumidores e utilizadores finais.

8.2.2.2 Processos para interagir com as comunidades afetadas e os consumidores e utilizadores finais sobre os impactes

A ADENE adota uma abordagem sistemática, participativa e multicanal para promover o envolvimento ativo das comunidades e dos consumidores e utilizadores finais ao longo de todo o ciclo de vida dos seus projetos e serviços, desde a sua conceção até à avaliação e melhoria contínua.

Os principais mecanismos de interação incluem:

1

Sistemas voluntários (ex. casA+, AQUA+, MOVE+, eCIRCULAR)

Foram promovidos momentos estruturados de recolha de feedback junto dos utilizadores e profissionais envolvidos, durante e após ações de formação, processos de qualificação e utilização das plataformas, contribuindo para a melhoria contínua dos referenciais, funcionalidades e serviços disponibilizados.

2

Sistema de Certificação Energética dos Edifícios (SCE)

Foram realizados inquéritos de satisfação junto dos peritos SCE, com o objetivo de aferir perceções, recolher sugestões e identificar oportunidades de melhoria dos processos e serviços prestados.

3

Reuniões institucionais e redes de Partes Interessadas

Foram promovidas sessões regulares de diálogo e articulação com representantes institucionais, técnicos e decisores, a nível local, regional e nacional, incluindo municípios, agências de energia, entidades públicas, empresas e organizações da sociedade civil.

4

Programas de capacitação e apoio técnico, como o ECO.AP 2030

Foram desenvolvidas ações de sensibilização, capacitação e partilha de boas práticas, nomeadamente ao nível da eficiência de recursos na Administração Pública, as quais são acompanhadas por mecanismos de recolha de feedback que permitem avaliar a satisfação dos participantes e identificar oportunidades de melhoria.

Estas práticas contribuem para assegurar que as perspetivas, expectativas e necessidades das comunidades afetadas, dos consumidores e dos utilizadores finais, são consideradas no desenvolvimento, implementação e melhoria contínua das estratégias, metodologias, serviços e instrumentos disponibilizados pela ADENE.

08 — INFORMAÇÕES SOCIAIS

8.2.2.3 Processos para remediar impactes negativos e canais para as comunidades afetadas e consumidores e utilizadores finais manifestarem as suas preocupações

A ADENE avalia de forma contínua os impactes da sua atividade sobre as comunidades afetadas e os consumidores e utilizadores finais, não tendo identificado impactes negativos significativos sobre estes grupos. Esta avaliação assenta na monitorização regular das suas iniciativas, na análise dos riscos e oportunidades sociais associados às suas áreas de atuação e no feedback recebido junto das partes interessadas.

Ainda assim, a Agência para a Energia assegura a existência de mecanismos acessíveis e transparentes que permitam a qualquer parte interessada, onde se incluem as comunidades potencialmente afetadas, positiva ou negativamente, apresentar dúvidas, preocupações, reclamações ou sugestões relacionadas com as suas atividades.

Estes mecanismos incluem:

- Contacto direto com as equipas técnicas da ADENE, no âmbito do desenvolvimento de projetos, programas e iniciativas específicas;
- Formulários de contacto e outros canais institucionais, disponibilizados através do website da ADENE;
- Centro de Serviço a Clientes, que assegura o esclarecimento de utilizadores finais em tempo útil, por via telefónica, chat e e-mail, tendo registado, em 2025, um nível de satisfação dos clientes de 8,2 (em 10);
- Inquéritos de satisfação, aplicados regularmente no âmbito de ações de capacitação, programas e sistemas voluntários promovidos pela Agência para a Energia;
- Participação em reuniões institucionais e redes de partes interessadas, que proporcionam oportunidades de diálogo e recolha de contributos de entidades locais, regionais e nacionais.

A ADENE assegura a análise e o tratamento das questões e preocupações recebidas, procurando garantir uma resposta adequada, transparente e atempada, bem como a integração dos contributos relevantes nos processos de melhoria contínua. Embora não tenham sido identificadas situações que justificassem a adoção de medidas de remediação, a Agência para a Energia dispõe da capacidade institucional necessária para avaliar e responder a eventuais impactes negativos que venham a ser identificados, em articulação com as partes interessadas envolvidas.

8.2.2.4 Medidas relativas aos impactos materiais e abordagens para gerir os riscos materiais e procurar oportunidades materiais, bem como a eficácia dessas medidas – comunidades afetadas e consumidores e utilizadores finais

No âmbito da sua atuação, a ADENE implementou diversas medidas com impacto positivo nas comunidades afetadas e nos consumidores e utilizadores finais:



Combate à pobreza energética

No domínio do combate à pobreza energética, a ADENE apoiou a operacionalização da Estratégia Nacional de Longo Prazo para o Combate à Pobreza Energética (ELPPE), destacando-se a conclusão e publicação do Plano de Ação para o Combate à Pobreza Energética 2025–2030 (PACPE 2025–2030). A Agência para a Energia assegurou igualmente a dinamização do Observatório Nacional da Pobreza Energética (ONPE-PT), através da realização da sessão anual da Comissão Consultiva, da recolha e análise de indicadores de monitorização, com o apoio do INE e da ERSE, bem como da conclusão do Índice de Vulnerabilidade à pobreza energética e das ferramentas "Mapa da Pobreza Energética" e "Atlas da Pobreza Energética".

Paralelamente, a ADENE apoiou a implementação e monitorização das medidas do PNEC 2030 no âmbito da pobreza energética, por via do apoio facultado no âmbito do programa "Vale Eficiência", do aviso "E-Lar" e de outros instrumentos de financiamento dirigidos aos consumidores mais vulneráveis.

Durante o período em análise, foi ainda criado o Prémio LIGAR – Energia para Todos e foi assegurada a participação da Agência para a Energia no grupo de coordenação da Comissão Europeia dedicado à pobreza energética e aos consumidores vulneráveis.



Apoio direto ao consumidor e literacia energética

No domínio da informação, sensibilização e apoio aos consumidores, a ADENE assegurou a gestão do portal Poupa Energia, que registou 96.839 simulações e 201.787 visitas em 2025. Neste âmbito, foram ainda desenvolvidas brochuras informativas sobre a fatura de energia elétrica e de gás natural, bem como guias destinados a apoiar cidadãos e empresas na tomada de decisões mais informadas em matéria de energia.

A ADENE deu início à coordenação da Rede Espaço Energia (REE) em 2025, consolidando-a como uma estrutura de proximidade para a promoção da literacia energética e para o apoio aos cidadãos na transição energética. Em 2025, a Rede alcançou 117 balcões em todo o território nacional. Foram formados 227 novos Técnicos Espaço Energia, totalizando 607 técnicos capacitados. Registaram-se 5.421 atendimentos presenciais, 4.193 pedidos de apoio e 6.689 serviços requisitados, tendo 86% dos utilizadores declarado que recomendaria o Espaço Energia.

No âmbito da promoção da literacia energética, foram desenvolvidas ações através da Rota da Energia, abrangendo 41 municípios, num total de 224 ações e 7.952 participantes. Destaca-se a 3.ª edição da Escola de Verão, com 39 alunos do ensino superior.



Capacitação de técnicos e entidades locais

No domínio da capacitação e qualificação, a Agência para a Energia promoveu, através da Academia ADENE, um conjunto de ações de formação dirigidas a técnicos e entidades locais, tendo realizado 75 ações de formação que envolveram 1.578 formandos e alcançaram um nível médio de satisfação de 4,32 numa escala de 1 a 5.

A ADENE contribuiu igualmente para a promoção de competências para o trabalho verde através do Centro de Formação para a Transição Energética, do qual é entidade fundadora, participando ativamente no desenvolvimento e implementação de ações formativas alinhadas com os objetivos da transição energética e da sustentabilidade.

Em 2025, foi assegurada a continuidade da coordenação nacional do Pacto de Autarcas para o Clima e Energia, incluindo a organização do 2.º Encontro Nacional do Pacto de Autarcas, realizado em articulação com a reunião da rede europeia de energia EnR e com a sessão nacional do Fórum Energia e Comportamento. No âmbito desta coordenação, foram promovidas diversas ações de acompanhamento, capacitação e partilha de conhecimento, abrangendo um total de 89 municípios.

Foi igualmente promovida a capacitação de técnicos e dirigentes da Administração Pública no âmbito do ECO.AP 2030, através da dinamização e participação em ações de formação, informação e sensibilização. Em 2025, realizaram-se 20 ações que abrangeram 1.028 participantes.



Promoção da eficiência energética na indústria e serviços

No domínio da promoção da eficiência energética na indústria e nos serviços, a ADENE deu continuidade à iniciativa "Roteiro da Indústria: da teoria à eficiência", através da realização de 24 ações de informação e capacitação dedicadas à eficiência energética e da participação em 18 eventos promovidos por associações setoriais e empresariais. Em paralelo, foi concluída a recolha de informação sobre o estado da arte da eficiência energética na indústria nacional, no âmbito do inquérito à indústria, contribuindo para o reforço do conhecimento sobre o setor e para o apoio ao desenho de políticas e medidas de eficiência energética.

No âmbito da produção e disseminação de conhecimento, o Observatório da Energia assegurou a elaboração da edição de 2025 do anuário "Energia em Números", em colaboração com a Direção-Geral de Energia e Geologia (DGEG). Foi igualmente concluída a coordenação do estudo "Avaliação do potencial e viabilidade técnico-económica da instalação de sistemas fotovoltaicos nas autoestradas portuguesas" e desenvolvidos oito artigos técnicos e de divulgação, contribuindo para a disponibilização de informação relevante para a transição energética e para a tomada de decisão por parte de entidades públicas, empresas e cidadãos.



Responsabilidade social e apoio a comunidades vulneráveis

No âmbito da sua política de responsabilidade social, a ADENE desenvolveu e apoiou diversas iniciativas em parceria com organizações da sociedade civil, incluindo a Associação Pedalar Sem Idade Portugal, a Associação Portuguesa contra a Leucemia (APCL), a CRESCER, a Fundação AFID e o Instituto Português do Sangue e da Transplantação (IPST), entre outras.

Foi lançada uma iniciativa de voluntariado em colaboração com a Pedalar Sem Idade Portugal e a APCL, promovendo a mobilidade suave urbana com uma forte componente social, que contou, em 2025, com três voluntários para a realização da fase piloto.

A ADENE promoveu ações de solidariedade dirigidas a públicos vulneráveis. No âmbito do Encontro de Natal, foram desenvolvidas iniciativas em parceria com a associação CRESCER, incluindo a recolha de bens destinados a pessoas em situação de sem-abrigo.

A ADENE apoiou o projeto POWGEN da associação CRESCER, destinado a promover a integração social e profissional de migrantes através da formação nos setores das energias renováveis e da reabilitação energética.

No domínio da promoção da saúde, realizaram-se duas ações de dádiva de sangue com o IPST, com a participação de 21 colaboradores.

A taxa de execução do Plano de Responsabilidade Social atingiu 91% em 2025. Estas iniciativas refletem o compromisso da ADENE com a promoção da responsabilidade social e da solidariedade.



Cooperação e relações institucionais

No âmbito da cooperação e das relações institucionais, a ADENE reforçou a sua rede de parcerias estratégicas através da celebração de 15 novos protocolos de cooperação e da dinamização de 59 ações associadas aos protocolos em vigor. Esta atividade contribuiu para consolidar a colaboração com entidades públicas, privadas, académicas e da sociedade civil.

A atuação da Agência para a Energia incluiu a participação em reuniões institucionais, grupos de trabalho, órgãos sociais de associações e redes de cooperação nacionais e internacionais, bem como a representação de Portugal em iniciativas promovidas por entidades europeias e organizações internacionais.

Em 2025, foram asseguradas 35 representações institucionais e registados 114 eventos de cooperação institucional, abrangendo missões técnicas, conferências e iniciativas na Europa, América Latina, África e Ásia. Destaca-se a participação na 8.ª "European Conference on Behaviour Change and Energy Efficiency (BEHAVE 2025)".

Importa destacar a participação da ADENE na COP30, em Belém do Pará (Brasil), onde promoveu sessões sobre acesso à eletricidade em África e o papel das mulheres na transição energética, assinou um protocolo com a DGPM no domínio da Economia Azul e realizou reuniões bilaterais com entidades internacionais.

Foi igualmente assegurada a coordenação do programa ADENE +Próxima, iniciativa destinada à partilha de experiências e boas práticas no setor da energia. Estas atividades contribuíram para reforçar a partilha de conhecimento e a consolidação de parcerias estratégicas.

INICIATIVAS EM DESTAQUE

Transição energética no terreno



Reconhecimento da qualidade do apoio técnico prestado no SCE, com 92% dos inquiridos a considerar a interação boa ou excelente, refletido numa pontuação de 4,27 em 5 no inquérito anual de satisfação dos técnicos.



Realização do inquérito "Partilhe a sua experiência no portal casA+ 2025", permitindo recolher feedback dos utilizadores e apoiar a melhoria contínua dos conteúdos e funcionalidades do portal casA+.



Desenvolvimento de novas ferramentas para conhecer melhor a realidade da pobreza energética em Portugal, no âmbito do ONPE-PT, incluindo a conclusão do Índice de Vulnerabilidade à Pobreza Energética e o lançamento do Mapa e do Atlas da Pobreza Energética.



No âmbito do Poupa Energia, publicação de brochuras informativas sobre a fatura de energia elétrica e de gás natural, e desenvolvimento de guias de apoio a cidadãos e empresas.



Cerimónia de lançamento da Rede Espaço Energia, com apresentação do website e da plataforma digital, assinalando um marco importante na promoção da eficiência energética em Portugal.



Rede Espaço Energia – Participação em iniciativas de promoção da literacia energética e da transição sustentável, incluindo o programa Minuto Energia, o Global Green Action Day e a sessão Espaço para +Mobilidade.

INICIATIVAS EM DESTAQUE
Transição energética no terreno


Promoção da literacia energética em 41 municípios, incluindo as Regiões Autónomas, no âmbito da Rota da Energia, através da realização de 224 ações de sensibilização que envolveram 7.952 participantes.



Planeamento de ações de formação e educação para os PALOP, visando alargar o alcance das iniciativas de capacitação e sensibilização em matéria de energia.



Realização da 3.ª edição da Escola de Verão que reuniu 39 alunos do ensino superior para explorar temas ligados à energia, sustentabilidade e transição energética.



Reforço da capacitação de profissionais e entidades locais através de 75 ações de formação dinamizadas pela Academia ADENE, que envolveram 1.578 participantes e registaram um nível médio de satisfação de 4,3 numa escala de 1 a 5.



Organização do 2.º Encontro Nacional do Pacto de Autarcas para o Clima e Energia, em articulação com o EnR Thinking Group Meeting, promovendo a partilha de conhecimento e a cooperação entre entidades nacionais e europeias.



Capacitação de técnicos e dirigentes da Administração Pública através de 20 ações de formação, informação e sensibilização, no âmbito do programa ECO.AP 2030, que envolveram 1.028 participantes.

INICIATIVAS EM DESTAQUE

Transição energética no terreno



Lançamento da edição de 2025 do anuário Energia em Números, desenvolvido em colaboração com a DGEG, reforçando a disponibilização de informação e indicadores sobre o setor energético nacional.



Lançamento de uma iniciativa de voluntariado desenvolvida com a Pedalar Sem Idade Portugal e a APCL, promovendo a mobilidade suave e o bem-estar de pessoas em tratamento oncológico.



Apoio à implementação do projeto POWGEN, promovido pela associação CRESCER, contribuindo para a inclusão social de migrantes através da qualificação profissional nos setores das energias renováveis e da reabilitação energética.



Promoção de duas ações de dádiva benévola de sangue em colaboração com o IPST, mobilizando 21 colaboradores para um gesto solidário com impacto na comunidade.



Reforço da rede de parcerias através da assinatura de 15 novos protocolos de cooperação institucional e da realização de 59 ações no âmbito dos protocolos em vigor.



Participação nas Comissões Nacionais dos programas Eco-Escolas e Jovens Repórteres para o Ambiente, contribuindo para a promoção da educação ambiental e da cidadania ativa.

INICIATIVAS EM DESTAQUE

Transição energética no terreno



Apoio à organização da 8.ª European Conference on Behaviour Change and Energy Efficiency (BEHAVE 2025), um dos principais fóruns internacionais sobre comportamento e eficiência energética.



Participação da ADENE na COP30, promovendo a partilha de conhecimento, a cooperação internacional e o diálogo em torno dos desafios da energia e da sustentabilidade.



Dinamização de visitas técnicas a entidades de referência no âmbito do programa ADENE +Próxima, fomentando a partilha de conhecimento e a disseminação de boas práticas no setor da energia.



Organização da Conferência Comemorativa dos 25 anos da ADENE, em colaboração com o Ministério do Ambiente e Energia, dedicada à reflexão sobre o papel da Agência na transição energética.



Continuidade das iniciativas "Toda a Energia", em parceria com a Antena 1, "Minuto Energia", na RTP, e a ADENE Talks, promovendo a divulgação de informação sobre energia junto de diferentes públicos.



Reforço da presença da ADENE nas redes sociais, com um alcance de 524.359, e através das ADENE News, promovendo temas como a transição energética, eficiência energética e mobilidade sustentável.

8.2.3 Métricas e Metas

8.2.3.1 Metas relacionadas com a gestão de impactes materiais negativos, promoção de impactes positivos e a gestão de riscos e oportunidades materiais – comunidades afetadas e consumidores e utilizadores finais

Os resultados esperados relacionados com a gestão de impactes materiais negativos, promoção de impactes positivos e a gestão de riscos e oportunidades materiais, no âmbito das comunidades afetadas e consumidores e utilizadores finais, são apresentados na tabela seguinte.

Tabela 53. Metas relacionadas com a gestão de IRO materiais nas comunidades afetadas e nos consumidores e utilizadores finais

Objetivo	Meta	Iniciativa	Desempenho 2025 (ref. a 2024 entre parênteses)
Consumidores e escolhas informadas			
Promover escolhas informadas e mais eficientes por parte dos consumidores	Aumentar o número de simulações e mudanças de comercializador via portal	Portal Poupa Energia	96.839 simulações efetuadas (2024: 119.382); 936 pedidos de mudança de comercializador (2024: 1.717); poupança média de 131 €/ano por mudança de tarifário (2024: 247 €/ano); publicação de 3 guias
Melhorar continuamente o relacionamento com parceiros e cidadãos	Esclarecer os utilizadores finais em tempo útil	Centro de Serviço a Clientes	91% de chamadas atendidas em 30s (2024: 87%); 8,2/10 de satisfação dos clientes (2024: 8,1); 0,2 dias úteis de resolução de e-mails (2024: 0,55); 38.402 interações recebidas (2024: 44.245)
		SCE	99% de chamadas respondidas no próprio dia (2024: 97%); 92% de emails respondidos no próprio dia (2024: 93%); Satisfação dos técnicos SCE: 4,27 em 5 (2024: 4,2)
Interação e divulgação dos sistemas de certificação e classificação			
Promover a adoção de soluções de eficiência energética e sustentabilidade	Reforçar as atividades de informação e promoção dos sistemas da ADENE	SCE	24 atividades (2024: 21)
		SGCIE	7 atividades (2024: 12)
		casA+	15 atividades (2024: 28)
		CLASSE+	23 atividades (2024: 38); 31 visitas técnicas (2024: 37)
		AQUA+	28 atividades (2024: 37)
		MOVE+	9 atividades (2024: 32)
		eCIRCULAR	19 atividades (2024: 29)

Objetivo	Meta	Iniciativa	Desempenho 2025 (ref. a 2024 entre parênteses)
Combate e monitorização da pobreza energética			
Combater a pobreza energética em Portugal	Apoiar a implementação da ELPPE até 2030	Apoio técnico à ELPPE; ONPE-PT	Criação e aprovação do PACPE 2025–2030; apoio à implementação das medidas do PNEC 2030 ("Vale Eficiência", "E-lar"); criação do prémio LIGAR (2024: criação do ONPE-PT; 11 ações; 3 documentos técnicos)
Monitorizar a pobreza energética	Desenvolver indicadores e ferramentas de avaliação	ONPE-PT	Conclusão do índice de vulnerabilidade à pobreza energética e das ferramentas "mapa" e "atlas"; indicadores com INE e ERSE; sessão anual da Comissão Consultiva (2024: comissão consultiva com 40 entidades)
Literacia, capacitação e proximidade territorial			
Apoiar cidadãos e organizações na adoção de medidas de eficiência energética	Criar uma rede de apoio em todo o território	Rede Espaço Energia	117 balcões aderentes (2024: n.a.); 31 fichas informativas (2024: n.a.); 20 sessões de capacitação (2024: n.a.); 227 técnicos capacitados (2024: 380; total: 607)
Promover o conhecimento e desenvolvimento de competências	Dinamizar formação contínua e avaliação positiva	Academia ADENE	75 ações de formação (2024: 82); 1.578 formandos (2024: 1.454); 4,32/5 de satisfação (2024: 4,2); 10 formadores internos
Reforçar a literacia energética e de sustentabilidade	Promover a literacia de técnicos municipais e cidadãos	Rota da Energia + Escola de Verão	7.952 participantes (2024: 8.033); 224 ações (2024: 221); 41 municípios (2024: 43); 39 alunos na Escola de Verão (2024: 52)
Municípios, indústria e informação energética			
Apoiar os municípios nas metas energéticas	Capacitar municípios signatários do Pacto de Autarcas	Pacto de Autarcas	89 municípios com ações promovidas (2024: 41); 55 stakeholders envolvidos (2024: 25); 29 eventos organizados (2024: 21)
Promover a eficiência energética e de recursos na indústria	Criar proximidade com a indústria na transição energética	Roteiro da Indústria	24 ações de apoio a empresas e associações; 18 eventos (2024: 18 eventos; 21 associações setoriais)
Melhorar o acesso público à informação energética	Disponibilizar dados e estudos atualizados	Observatório da Energia + ONPE-PT	1 estudo lançado; 8 artigos desenvolvidos (2024: anuário "Energia em Números" e estudo sobre armazenamento de energia)
Responsabilidade social e comunidades			
Gerar impacto social positivo nas comunidades e promover cidadania ativa	Executar o Plano de Responsabilidade Social, envolvendo os colaboradores	Protocolos, campanhas, voluntariado	Novo protocolo com benefícios para colaboradores; ações com ONG sociais; dadas de sangue e voluntariado; levantamento de materiais para reutilização/doação; parcerias ambientais (2024: protocolos com 5 ONG; campanhas solidárias; apadrinhamento Make-A-Wish)
Assegurar transparência e acompanhamento das metas	Acompanhar a execução do Plano de Responsabilidade Social e metas anuais	REOT e RAC	91% de execução do Plano de Responsabilidade Social (2024: monitorização contínua com indicadores quantitativos e qualitativos)

Informações sobre Governança

9.1 Conduta empresarial

9.1.1 Governança

9.1.1.1 O papel dos órgãos de administração, de direção e de supervisão

Os órgãos sociais da ADENE incluem a Assembleia Geral, o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal, que asseguram, em conjunto, a coerência institucional, a boa governança e a fiscalização da conduta organizacional.

Assembleia Geral

À Assembleia Geral compete, de forma destacada, a eleição dos órgãos sociais da ADENE, bem como a avaliação do desempenho dos membros do Conselho de Administração e da qualidade global da gestão. Tem ainda a responsabilidade de deliberar sobre propostas de alteração aos estatutos da instituição e de zelar pelo seu integral cumprimento.

Compete-lhe, igualmente:

- apreciar a atuação do Conselho de Administração;
- apreciar e aprovar o Relatório de Atividades e Contas, o Plano de Atividades e Orçamento e os pareceres emitidos pelo Conselho Fiscal, conforme previsto no artigo 15.º dos Estatutos da ADENE.

Este conjunto de competências coloca a Assembleia Geral numa posição de supervisão estratégica, que assegura o alinhamento institucional com os princípios da boa governança e da responsabilidade corporativa.

Conselho de Administração

Nos termos do artigo 23.º dos Estatutos da ADENE, ao Conselho de Administração incumbe a responsabilidade pela condução corrente da atividade da Agência, destacando-se, entre as suas atribuições, a de cumprir e fazer cumprir os estatutos, os regulamentos internos e as deliberações da Assembleia Geral.

Compete-lhe ainda:

- a administração dos bens da ADENE;
 - a direção e gestão das suas atividades e serviços, estruturando-os de forma a promover a eficiência e a consecução dos fins estatutários da Agência para a Energia.
- Integram também as suas competências:
- a execução dos planos de atividades aprovados;
 - a elaboração do Relatório e Contas do exercício, dos planos de atividade (anuais e plurianuais), dos orçamentos e de outros documentos fundamentais à gestão económico-financeira da instituição.

Estas funções exigem um elevado grau de competência técnica e conhecimento especializado em gestão organizacional, economia, finanças e política energética.

Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal, nos termos do artigo 29.º dos Estatutos, é o órgão encarregado da fiscalização das atividades anuais da ADENE e respetivos orçamentos.

Ao Conselho Fiscal compete dar pareceres sobre os planos de atividade anuais e respetivos orçamentos, o Relatório e Contas do exercício, e os relatórios de execução das atividades. Adicionalmente, compete-lhe verificar a correta afetação dos subsídios, participações, donativos ou legados atribuídos à ADENE.

Assim, os órgãos sociais da ADENE exercem funções com um elevado grau de especialização, assegurando uma abordagem profissional e competente às exigências da conduta organizacional responsável, conforme previsto.

9.1.2 Gestão dos impactes, riscos e oportunidades

9.1.2.1 Descrição dos processos para identificar e avaliar os impactes, os riscos e as oportunidades materiais

Conforme referido no capítulo Informações Gerais, a ADENE implementa um processo estruturado para identificar e avaliar os impactes, riscos e oportunidades materiais, em articulação com as partes interessadas.

9.1.2.2 Políticas de Conduta empresarial e Cultura Empresarial

No âmbito da conduta e da cultura organizacional da ADENE, encontra-se implementado um conjunto estruturado de planos e instrumentos destinados a garantir a integridade, a transparência e a ética organizacional, que promovem um ambiente interno saudável e alinhado com as melhores práticas de governação corporativa.

Ao nível da conduta e cultura organizacional, estão implementados os seguintes planos:

Plano de Prevenção de Riscos

Em consonância com as recomendações do Conselho de Prevenção da Corrupção (CPC), nomeadamente a Recomendação n.º 1/2009, a ADENE procedeu à elaboração e implementação do Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (PGRIC).

Este plano constitui um instrumento fundamental para a identificação, avaliação e mitigação dos riscos associados à corrupção e contempla os seguintes elementos essenciais:

- a) Identificação detalhada dos riscos de corrupção e infrações conexas, segmentados por áreas de atuação da Agência para a Energia;
- b) Descrição das medidas preventivas adotadas para minimizar a ocorrência desses riscos;
- c) Definição clara das responsabilidades e dos responsáveis designados para a gestão e monitorização do plano;
- d) Elaboração anual de um relatório global que avalia a execução e os resultados do plano;
- e) Elaboração do relatório intercalar que avalia a execução e os resultados do plano, no caso de riscos com graduação elevada ou muito elevada.

Em 23 de abril de 2018, o Conselho de Administração aprovou formalmente o primeiro PGRIC, que inclui uma matriz abrangente dos riscos a prevenir, as respetivas medidas de mitigação e uma avaliação contínua do grau de implementação destas medidas. Em 2023, existiu a última atualização deste plano, acessível publicamente, tendo sido adotada a designação de Plano de Prevenção de Riscos (PPR). O PPR para o triénio 2024–2026 encontra-se atualmente em aprovação, tendo sido elaborado por um grupo de trabalho especializado, assim como os manuais de procedimentos. Importa referir que já foram elaborados ambos os relatórios referentes ao ano de 2025 (global e intercalar), os quais serão submetidos a aprovação após aprovação do PPR para o referido triénio.

Código de Ética e Conduta

O Código de Ética e de Boa Conduta da ADENE, acessível publicamente, configura-se como um documento fundamental que agrega e harmoniza os princípios, normas e boas práticas de carácter ético, orienta os colaboradores e dirigentes no exercício das suas funções, bem como nas suas relações profissionais, tanto internas quanto externas. Este código assume, igualmente, um papel de referência externa e expressa o padrão de conduta exigido pela ADENE a todos os seus membros. Atualmente está em curso um processo de revisão do Código, com o intuito de incorporar as obrigações decorrentes da nova legislação aplicável.

Plano de Igualdade, Inclusão e Não Discriminação

O Plano de Igualdade, Inclusão e Não Discriminação tem como objetivo principal orientar os colaboradores e dirigentes da ADENE no desempenho das suas funções e na condução das suas relações profissionais internas. Adicionalmente, procura influenciar positivamente o relacionamento externo com entidades parceiras, fornecedores, formandos, a sociedade civil e demais atores sociais. Importa referir que, após o período de relato, em junho de 2026, foi aprovada uma atualização do Plano de Igualdade, Inclusão e Não Discriminação, reforçando o compromisso da ADENE com a promoção da igualdade de oportunidades, da diversidade e da inclusão.

Canal interno de denúncias e canal de reclamações

Para assegurar a transparência e facilitar a comunicação de situações graves ou irregulares, a ADENE dispõe de um canal interno de denúncias, associado à plataforma Whistleblower e em conformidade com a Lei n.º 93/2021, de 20 de dezembro, acessível na intranet. A gestão de reclamações, distinta das denúncias, é realizada através do endereço de email criado para o efeito.

Este canal interno de denúncias permite que os colaboradores reportem anonimamente situações que configuram condutas antiéticas, ilegais ou que violem as políticas internas da Agência para a Energia. As denúncias podem ser efetuadas de forma confidencial, com indicação do nome e contactos do denunciante, ou de forma totalmente anónima, assegurando, assim, a proteção e o sigilo necessários para a adequada investigação e resolução das questões apresentadas.

No âmbito dos processos de recrutamento e seleção realizados em 2025, que culminaram na contratação de 20 colaboradores, foi promovida, no momento de acolhimento de cada um, uma sessão de formação interna. Esta formação incluiu, entre outros temas, a apresentação do Código de Ética e Boa Conduta da ADENE, tendo os colaboradores assinado uma declaração onde confirmam ter tomado conhecimento e concordado com os seus termos.

9.1.2.3 Gestão das relações com os fornecedores

A ADENE gere as suas relações com fornecedores com base em princípios de legalidade, transparência, equidade e sustentabilidade e promove uma cadeia de abastecimento ética e responsável, alinhada com os ODS.

No âmbito da contratação de bens e serviços, a ADENE aplica as regras do Código dos Contratos Públicos (CCP), atuando como entidade adjudicante nos termos da alínea i) do n.º 1 do artigo 2.º do CCP. Este enquadramento legal garante transparência e equidade nos processos de seleção e contratação, incluindo no relacionamento com pequenas e médias empresas (PME).

- **Política de pagamentos a PME**

Com o objetivo de evitar atrasos no pagamento, incluindo às PME, a ADENE assegura o cumprimento rigoroso dos prazos de pagamento definidos na legislação aplicável. Esta prática contribui para a construção de relações comerciais justas e equilibradas, promovendo a confiança e a estabilidade financeira na sua cadeia de fornecedores.

- **Sustentabilidade social e ambiental na contratação**

Nos procedimentos de aquisição de bens e serviços, a ADENE tem vindo a adotar mecanismos de garantia e controlo em matéria de responsabilidade social. São incluídas cláusulas contratuais que asseguram o cumprimento de direitos humanos, laborais e sociais, sendo exigido aos fornecedores o preenchimento de uma declaração sob compromisso de honra, em conformidade com o modelo constante do Anexo I ao CCP, assumindo o cumprimento integral das obrigações legais e contratuais. São ainda adotados critérios de adjudicação que valorizam práticas ambientais sustentáveis.

● **Critérios ambientais na contratação pública**

A ADENE encontra-se a implementar voluntariamente a Resolução do Conselho de Ministros n.º 132/2023, de 25 de outubro, que define critérios ecológicos aplicáveis à celebração de contratos públicos. Esta abordagem visa reforçar a integração de critérios ambientais em todos os procedimentos de contratação, com as devidas adaptações às especificidades da organização.

A sua aplicação concretiza-se da seguinte forma:

- Procedimentos não concorrenciais (ajustes diretos, contratação excluída, entre outros): definição de critérios ambientais por objeto de aquisição, considerados nas consultas preliminares ao mercado e nos pedidos de orçamento.
- Procedimentos concorrenciais (concursos públicos, consultas prévias): definição de critérios de adjudicação que valorizem as componentes ambientais na avaliação das propostas.

● **Impacte na cadeia de abastecimento**

A abordagem da ADENE à gestão da cadeia de abastecimento permite mitigar riscos associados à responsabilidade social e à sustentabilidade ambiental, garante a conformidade legal e promove práticas responsáveis junto dos fornecedores.

9.1.2.4 Prevenção e deteção de corrupção e suborno

A ADENE dispõe de um conjunto de mecanismos estruturados de prevenção e controlo no domínio da integridade e ética, que se refletem diretamente na forma como gere as suas relações com fornecedores e outros parceiros externos. Entre estes instrumentos destacam-se o PPR, o Código de Ética e de Boa Conduta, um canal interno de denúncias e um programa de formação específico para a prevenção da corrupção.

A monitorização dos riscos de corrupção e infrações conexas é realizada com uma periodicidade semestral. Em outubro são avaliados os riscos classificados com o grau mais elevado e em abril do ano seguinte, é efetuada a avaliação de todos os riscos identificados. Desta análise resultam dois relatórios: o relatório de avaliação intercalar (outubro) e o relatório de avaliação anual (abril), ambos fundamentais para a melhoria contínua do sistema de controlo interno.

O canal interno de denúncias encontra-se ativo e permanentemente monitorizado e permite o reporte confidencial de eventuais situações de corrupção ou outras infrações conexas. Sempre que é registada uma denúncia, é acionada uma comissão de inquérito independente, composta por elementos independentes da cadeia de gestão envolvida na questão, assegurando imparcialidade e rigor na investigação. Esta comissão é responsável por acompanhar o processo e elaborar o respetivo relatório de ocorrência.

Para garantir que todos os públicos relevantes, incluindo fornecedores e colaboradores, compreendem e têm acesso às políticas e procedimentos relacionados com a prevenção da corrupção, a ADENE assegura a sua ampla divulgação através da publicação no seu website institucional. Adicionalmente, no âmbito do PPR, são divulgadas as matrizes de risco por direção/unidade, bem como os relatórios de avaliação, acessíveis tanto na intranet como na internet, promovendo a transparência e o compromisso com a ética e a integridade organizacional.

9.1.3 Métricas e Metas

9.1.3.1 Casos de corrupção ou suborno

Durante o período de reporte, não se registaram casos de corrupção ou suborno na ADENE. Não houve condenações por infração das leis de combate à corrupção e ao suborno, nem foram aplicadas multas ou coimas relacionadas com este tipo de práticas.

Igualmente, não se verificaram despedimentos ou ações disciplinares a colaboradores da ADENE por envolvimento em situações de corrupção ou suborno, nem ocorreram rescisões ou não-renovações de contratos com parceiros comerciais por violação de normas relacionadas com estas matérias.

Também não foram instaurados processos judiciais públicos contra a ADENE ou os seus colaboradores, incluindo processos iniciados em anos anteriores cujo desfecho tenha ocorrido no presente período de reporte.

Estes resultados refletem o compromisso da ADENE com a integridade, a transparência e a aplicação rigorosa dos mecanismos preventivos.

9.1.3.2 Influência política e atividades de representação de grupos de interesse

A ADENE não realizou donativos políticos, financeiros ou em espécie, diretos ou indiretos, nem desenvolveu atividades de lobbying ou representação política junto de partidos, representantes públicos ou entidades governamentais, em Portugal ou noutros países.

A ADENE está inscrita no registo de transparência da União Europeia, permitindo aceder e contribuir para consultas públicas a nível europeu, na sua área de intervenção.

Não houve nomeação de membros dos órgãos de administração, direção ou supervisão que tivessem exercido cargos na administração pública ou em organismos reguladores nos dois anos anteriores à sua nomeação.

No presente período, não se identificaram temas relevantes relacionados com influência política que estejam associados aos impactes, riscos ou oportunidades materiais da ADENE.

9.1.3.3 Práticas de pagamento

Em 2025, o número médio de dias de pagamento das faturas por parte da ADENE foi de 12 dias, calculado a partir da data em que se inicia o prazo contratual ou legal de pagamento. Tal prazo reflete uma melhoria significativa em relação ao ano de 2024. Não existem variações no número de dias de pagamento entre diferentes categorias de fornecedores, sendo aplicadas condições uniformes a todos os prestadores de bens e serviços.

A ADENE não calcula separadamente o tempo médio de pagamento especificamente para PME, uma vez que a política de pagamento não distingue fornecedores com base na sua dimensão.

09 — INFORMAÇÕES SOBRE GOVERNAÇÃO

Durante o ano de 2025, 95% dos pagamentos foram efetuados dentro do prazo de vencimento definido em cada fatura, sendo que uma parte significativa dos pagamentos considerados fora de prazo corresponde a faturas pagas nos dias imediatamente seguintes ao vencimento, tratando-se, frequentemente, de pagamentos em fase de processamento.

Não existem processos judiciais pendentes por atrasos de pagamento, nem foram identificadas práticas diferenciadas por país, região geográfica ou tipo de fornecedor.

Para o cálculo do número médio de dias de pagamento das faturas foi utilizada uma amostragem representativa, que abrangeu cerca de 95% do total de pagamentos a fornecedores em 2025, assegurando assim a fiabilidade dos dados apresentados.

Tabela 54. Prazo de pagamento a fornecedores

Pagamento a fornecedores	2024	2025	Evolução face a 2024 (%)
Tempo médio para pagar uma fatura (a partir da data em que começa a ser calculado o prazo contratual ou legal) (n.º de dias)	24	12	-50,0%
Amostragem representativa do total de pagamentos a fornecedores para definir o tempo médio de pagamento da fatura (%)	95	95	0%
Pagamentos efetuados dentro do prazo definido para cada fatura (%)	71	95	+33,8%





Adene

Agência para a Energia